

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Pensamento & expressividade
um estudo sobre os signos mentais
em Ockham e Peirce

Danilo Luiz Silva Maia

Brasília – DF, 2012

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Pensamento & expressividade
um estudo sobre os signos mentais
em Ockham e Peirce

Daniilo Luiz Silva Maia

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação *strictu sensu* em Filosofia da Universidade de Brasília para obtenção do título de Mestre em Filosofia. Professor Orientador: Dr. Guy Hamelin

Danilo Luiz Silva Maia

Pensamento & expressividade
um estudo sobre os signos mentais
em Ockham e Peirce

Dissertação aprovada em 13 de Abril de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Guy Hamelin (Orientador)
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Julio Cabrera (Examinador)
Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Rodrigo Guerizoli (Examinador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

A Miguel e Juliana,
os amores da minha vida.

Agradeço a toda minha família,
principalmente a meu pai Luiz,
a minha mãe Norma e a meu irmão Juan,
pela presença constante e reconfortante.

Agradeço a todos os amigos, presentes
ou não, mas que fazem parte do que sou.

Agradeço aos membros do Grupo de Pesquisa
em Filosofia Antiga e Medieval da UnB,
pelas boas conversas e discussões.

Agradeço também ao Prof. Dr. Guy Hamelin,
pela atenção e competência empregadas
na orientação que resultou neste trabalho.

*Começar a pensar
é começar a ser atormentado.*

Camus

*Pois procurar a verdade seria como
“correr atrás de pássaros voando”.*

Aristóteles

Resumo

Este trabalho pretende expor comparativamente o conceito de signo mental presente no contexto filosófico de Ockham e de Peirce, dois pensadores da história da filosofia pouco vistos em um plano em comum. O signo mental, que traz implícita a ideia de que possuir pensamento implica em deter certo tipo de expressão possível que o constitua, se posiciona de modo crucial tanto em meio à teoria da linguagem mental pressuposta no nominalismo de Ockham, quanto na teoria dos signos pressuposta no pragmatismo de Peirce.

Em Ockham, um signo mental é o que caracteriza um conceito em geral (*conceptus*), sendo regulado funcionalmente por uma gramática mental e natural pressuposta na estrutura cognitiva de todo ser humano. Tais signos mentais compõem o vocabulário básico da linguagem mental humana, aparato cognitivo responsável pela sustentação da relação epistêmica entre sujeito cognoscente e mundo. Em Peirce, o signo mental também é o que descreve mais ordinariamente um conceito (*concept*), contudo, a noção geral de signo é mais extensamente abordada, em comparação a Ockham, o que fornece um conjunto de detalhamentos e especificações mais amplo a seu desenvolvimento do signo mental. Ademais, a estrutura de regulação funcional desses signos, diferentemente de Ockham, é dada através não de uma gramática mental, inata e interior, mas através de uma gramática convencional, pública e adquirida no convívio entre membros de uma comunidade de comunicação.

O que há em comum entre o signo mental para ambos é basicamente o fato de que a capacidade de expressão própria aos signos é posta como condição necessária para a funcionalidade do pensamento humano. Pensar o mundo requer uma expressão linguística possível, que possa evidenciar certa compreensão do mundo, seja através de signos interiores regidos por regras sintático-semânticas naturais, seja através de signos regidos por regras públicas e usados na prática constante de uma comunidade de comunicação engajada, entre outras atividades, em investigar a realidade.

Tomando tal relação entre pensamento e expressividade como algo que compõe o cerne do movimento de mudança de paradigma filosófico entre os séculos XIX e XX, a chamada *viragem linguística* atribuída à filosofia contemporânea, nosso intuito geral é o de elucidar o contexto teórico do signo mental em Ockham e em Peirce, tendo em vista que a diferenciação contextual e conceitual entre ambos se mostra como uma fonte

pertinente de compreensão acerca do fato de o âmbito geral da linguagem ser tomado como característica central e como traço essencial a toda atividade filosófica considerada, de um modo ou de outro, como contemporânea ou pós-moderna.

Palavras-chave: signo mental, gramática mental, comunidade de comunicação, pensamento e expressividade.

Abstract

This thesis main goal is to analyze the concept of mental sign by comparison of philosophical views of Ockham and Peirce - thinkers in history of philosophy that are rarely studied through this method. The mental sign which implicitly carries the idea that having thoughts involves having certain kinds of possible expression that constitutes the thought, takes a crucial position in the theory of mental language presupposed as in the nominalism of Ockham, as in the theory of signs presupposed in the pragmatism of Peirce.

In Ockham, a mental sign is what characterizes a general concept (*conceptus*), and is functionally regulated by a mental and natural grammar presupposed in the cognitive structure of every human being. These mental signs compose the basic vocabulary of the mental human cognitive language, the apparatus that is responsible for sustaining the epistemic relationship between the knower and the world. In Peirce, the sign is also what describes more ordinarily a concept; however, the general notion of sign is most widely prepared, in comparison to Ockham, which provides a set of drawings and specifications broader to his development of mental sign. Moreover, the structure of the functional regulation of these signs, unlike Ockham, is given not through a mental grammar, innate and inside, but through a conventional grammar, public, and acquired in socializing among members of a community of communication.

What is common between the mental sign for both is basically the fact that the capacity of expression of the signs is seen as necessary condition for the functionality of human thought. Thinking the world requires a possible linguistic expression, that we can show some understanding of the world, whether through the insider signs governed by syntactic-semantic and nature rules, either through signs governed by public rules used in a constant practice of a community of communication engaged, among other activities, to investigate reality.

Taking this relationship between thought and expression as something that composes the core of the movement of shift in the philosophical paradigm between the nineteenth and twentieth centuries, the so-called *linguistic turn* attributed to contemporary philosophy, our overall aim is to elucidate the theoretical context of mental sign in Ockham and Peirce, in view of the contextual and conceptual differentiation between them is shown as a relevant source of understanding to the fact that the general scope of language be taken as a central characteristic and as an essential

trait to all philosophical activity considered, in a way or an another, such as contemporary or postmodern.

Keywords: mental sign, mental grammar, community of communication, thought and expressivity.

Sumário

Introdução	Pg. 1
Cap. I – O contexto da linguagem mental de Ockham	Pg. 8
1.1 – O projeto nominalista	Pg. 8
1.1.1 – O aspecto positivo do nominalismo	Pg. 12
1.1.2 – O aspecto crítico do nominalismo	Pg. 23
1.2 – Signos	Pg. 29
1.2.1 – A definição de signo	Pg. 29
1.2.2 – Os quatro tipos de signos – uma reconstrução	Pg. 35
1.2.2.1 – Significações linguísticas e o poder de definição	Pg. 39
1.3 – Signos mentais e gramática mental	Pg. 48
1.3.1 – Relações entre signos convencionais e signos mentais	Pg. 48
1.3.2 – Relações entre gramática convencional e gramática mental	Pg. 59
Cap. II – O contexto do pragmatismo de Peirce	Pg. 66
2.1 – O projeto crítico-realista	Pg. 69
2.1.1 – As categorias básicas	Pg. 73
2.2 – Signos	Pg. 80
2.2.1 – A definição de signo	Pg. 80
2.2.2 – Os dez tipos de signos	Pg. 84
2.3 – Signos mentais e hábitos de ação	Pg. 99
2.3.1 – O elemento interpretante	Pg. 99
2.3.2 – O dilema sobre os tipos de interpretante lógico	Pg. 103
Cap. III – O signo mental em perspectiva	Pg. 113
3.1 – Signo mental e as necessidades de expressão do pensamento	Pg. 113
3.2 – Diferenças de contexto	Pg. 119
Conclusão	Pg. 127
Anexos	Pg. 131
Referências Bibliográficas	Pg. 137

Introdução

Propor um estudo sobre o tema “signos mentais” pressupõe, a princípio, uma intersecção de explicações sobre signos e mentes, e seus respectivos modos de funcionamento, de tal modo que no núcleo dessa intersecção a noção de signo mental possa unir ambos esses modos de funcionamento de alguma forma. Nesse trabalho nos propomos a analisar tal conceito em uma perspectiva de comparação entre a abordagem de Ockham e a de Peirce, onde o signo mental em ambos, de fato, se mostra como um elemento que mescla os mecanismos de significação, próprios aos signos em geral, com a atividade mental de pensamento.

Apesar da distância temporal e da aparente distância intelectual desses autores, os escolhemos por uma série de motivos. O primeiro critério, que está acima de tudo, é fundamentalmente conceitual, ou seja, Ockham e Peirce são tomados como representantes de modos de entendimento e de elaboração da noção de signo mental que interessam ser analisados neste trabalho. Os outros critérios estão em características próprias a esses autores.

Guilherme de Ockham (1288–1347), frade franciscano, filósofo e teólogo inglês, é um pensador bastante original com relação à análise do pensamento através de uma estrutura linguística de funcionamento¹. Apesar de não podermos dizer que a noção de linguagem mental nasce com ele², é com Ockham que a noção de signo mental é proposta e analisada sistemática e apropriadamente com características linguísticas, de modo a fornecer explicações do nosso funcionamento mental de entendimento conceitual explicitamente através de elementos próprios ao âmbito linguístico.

Charles Sanders Peirce (1839–1914), matemático, filósofo e cientista estadunidense, por sua vez, é considerado como fundador de diversas correntes de pensamento contemporâneas, como o pragmatismo³ e a semiótica⁴, é estimado ser um importante contribuinte para o aprimoramento de diversas disciplinas, como a lógica

¹ “L’originalité d’Ockham dans l’histoire de l’idée de langage mental est d’avoir systématiquement transposé à l’analyse de la pensée discursive non linguistique les catégories grammaticales et sémantiques que la science de son temps employait à l’étude du langage oral ou écrit.” (Panaccio, *Le discours intérieur*, Pg. 277).

² Roger Bacon (1214-1294), por exemplo, pode ser considerado um predecessor acerca da linguagem mental. (Cf. Aho & Yrjönsuuri, *Late medieval logic*, Pg. 21).

³ Cf. Dewey, *The pragmatism of Peirce*, Pg. 301.

⁴ Cf. Nöth, *A semiótica no século XX*, Pg. 11; & Nöth, *Panorama da semiótica*, Pg. 60.

das relações e a lógica matemática em geral⁵, sendo também interpretado como precursor da própria viragem linguística, característica atribuída à filosofia contemporânea em geral⁶. Com relação ao signo mental, sua posição é a de adotá-lo como elemento básico e ordinário de descrição do pensamento, contudo não de modo exclusivo. Em meio ao teor pragmatista de suas ideias, Peirce utiliza como central a noção de hábitos de ação – disposições mentais que conduzem a consequências práticas – para determinar a constituição mais fundamental da semântica dos conceitos.

Algo que ambos, Ockham e Peirce, pressupõem ao sustentarem a noção de signo mental é que todo pensamento é ligado intrinsecamente com uma expressão sígnica ou linguística possível, e que ambos têm um modo amplo de compreender os signos, através de uma teoria geral sobre os signos. Em Peirce é muito claro o modo como ele elabora sua teoria dos signos, principalmente pelo fato de ele ser considerado uma das principais fontes para a semiótica contemporânea. Em Ockham, contudo, a presença de tal teoria pode não ser tão clara, mas certamente se faz pressuposta em seu pensamento.

Historicamente, muitos pensadores podem ser considerados precursores da semiótica, em vários sentidos diferentes⁷, de modo que as contribuições de Ockham nesse sentido não chegam a tomar lugar frente a de outros autores, situados ao longo da história da filosofia e que efetivamente realizaram contribuições mais evidentes para uma teoria geral acerca dos signos. Contudo, Ockham deixa pressuposto, em seu modo de abordar a lógica, e mais especificamente em seu modo de abordar as propriedades semânticas dos termos lógicos, uma abrangência maior própria a uma teoria geral dos signos, na medida em que fornece explicitamente definições para o signo em geral⁸.

⁵ Cf. Kneale, *O desenvolvimento da lógica*, Pg. 43; & Blanché, *História da lógica*, Pg. 297.

⁶ “Apel cunhou este termo [*sinnkritik*] para distinguir entre o filosofar contemporâneo, e a anterior preocupação filosófica ocupada com a crítica do conhecimento. (...) Nesta nova fase da filosofia dirige-se a atenção para a linguagem e outros tipos de signos, em vez de “ideias” ou “mentes”, que deste ponto de vista parecem ser constructos que dependem do fenômeno mais básico do significado. Que o significado da máxima pragmatista é uma “crítica do significado” ver-se-á ainda com mais detalhe ao longo deste trabalho, bastando por ora fazer notar que questionar os efeitos práticos de um objeto ou expressão é o equivalente a questionar o seu significado (...).” (Gradim, *O sistema semiótico de Charles S. Peirce*, Pg. 72, nota 11) & Cf. Apel, *Transformação da Filosofia*, II, Pg. 187.

⁷ Alguns precursores relevantes da semiótica são: Roger Bacon (1214-1294), Pedro da Fonseca (1528-1599), João de São Tomás (1589-1644), John Locke (1632-1704), George Dalgarno (1626-1687), Johann Heinrich Lambert (1728-1777). (Cf. Biard, Intr. *Somme de logique*, I, Pg. 12; & Peirce, Intr. *Collected Papers* [CP], Pg. 02; & Gradim, *O sistema semiótico de Peirce*, Pg. 284 e 29; & Nöth, *Panorama da semiótica*, Pg. 18 e 22). Esses autores contribuíram desde a sugestão do termo “semiótica” e outros derivados até a elaboração de uma abordagem mais sistemática sobre o tema dos signos. De certo ponto de vista, todos os autores considerados historicamente como filósofos que apresentam ideias sobre os signos podem ser considerados precursores da semiótica. (Cf. Nöth, *Panorama da semiótica*, Pg. 18).

⁸ “Avant cette époque [de la *Somme de Logique*], la seule réflexion explicite sur le signe était celle d’Augustin (354-430). Dans la seconde moitié du XIII^e siècle, Roger Bacon élabore toute une sémiologie, qui se trouve exposée aussi bien dans le *De Signis* (...). La théorie du signe linguistique, fondant elle-

Dessa forma, apesar de ele mesmo não ter elaborado sistemática e apropriadamente explicações sobre os signos, há sim uma teoria dos signos pressuposta e implícita no seu modo de lidar com a significação dos termos lógicos, que pode ser reconstituída, em maior ou menor grau, a partir de suas sugestões.

O ponto em comum mais importante a ser ressaltado é o fato de que a noção de signo mental sugere uma aproximação estreita entre os âmbitos de pensamento e de significação, no sentido de que ambos assumem que o pensamento, mesmo em seu aspecto interior – que se diz acessível exclusivamente à primeira pessoa –, seja algo que se expressa e se desenvolve enquanto tal através de meios linguísticos. A noção em si de signo mental, contudo, não implica necessariamente na necessidade de haver expressões para que possa haver pensamento. Mas ambos assumem, cada um a sua maneira, essa necessidade de haver expressividade para que o pensamento seja constituído e funcione como tal.

Essa característica que Ockham e Peirce envolvem nos signos mentais, a da expressividade do pensamento e a discussão sobre sua necessidade, pode ser vista também em relação com uma compreensão teórica sobre o cerne conceitual da viragem linguística atribuída à filosofia contemporânea, da qual Peirce pode ser considerado um precursor. O signo mental, tanto em Ockham quanto em Peirce, pode ser considerado um elemento que envolve estreitamente o caráter típico do âmbito da consciência e pensamento com o caráter do âmbito da linguagem e significação. Para fins de uma proposta geral de entendimento do cerne conceitual da viragem linguística, podemos tomar Ockham como representante do início da noção de signo mental e Peirce como representante, não do fim da noção de signo mental em geral, mas do início de uma interpretação bastante diferente sobre os signos mentais, de modo que essa diferenciação frente às características do signo mental entre Ockham e Peirce possa nos servir como meio de elucidação da viragem linguística na filosofia contemporânea, que, a princípio, envolve essa equivalência entre âmbito geral de pensamento com âmbito geral de significação linguística.

même l'étude de la signification, se trouve incluse dans une théorie générale de signes. Quoiqu'il ne cite jamais Roger Bacon, Guillaume d'Ockham adopte une démarche similaire. Il ne développe pas l'analyse sémiologique autant que le faisait son prédécesseur franciscain, mais il commence son ouvrage par une définition générale du signe, suivie d'une division permettant de préciser les caractères propres des signes dont il est question en logique. ” (Biard, Intr. *Somme de Logique*, I, Pg. 12).

Para delinear o que chamamos por cerne conceitual da viragem linguística atribuída à caracterização da filosofia contemporânea podemos pensar a partir das seguintes considerações:

“Com razão se pode afirmar, com K.-O. Apel, que a linguagem se transformou em interesse comum de todas as escolas e disciplinas filosóficas da atualidade. (...) Pouco a pouco se tornou claro que se tratava, no caso da “reviravolta linguística” (*linguistic turn*), de um novo paradigma para a filosofia enquanto tal, o que significa dizer que a linguagem passa de objeto da reflexão filosófica para a “esfera dos fundamentos” de todo pensar (...). (...) *não existe mundo totalmente independente da linguagem, ou seja, não existe mundo que não seja exprimível na linguagem. A linguagem é o espaço de expressividade do mundo, a instância de articulação de sua inteligibilidade.* (...) A reviravolta linguística do pensamento filosófico do século XX se centraliza, então, na tese fundamental de que é impossível filosofar sobre algo sem filosofar sobre a linguagem, uma vez que esta é o momento necessário constitutivo de todo e qualquer saber humano, de tal modo que a formulação de conhecimentos intersubjetivamente válidos exige reflexão sobre sua infraestrutura linguística.”⁹

Atendo-nos ao que grifamos nesta passagem, podemos destacar como informações centrais os fatos de que haja um mundo, de que pensamos um mundo, e de que a linguagem – ou o domínio das articulações próprias aos mecanismos de funcionamento de um sistema público de significação –, é a condição de possibilidade para que nosso pensamento sobre o mundo já seja possível. Toda compreensão do mundo requer, dessa forma, uma união intrínseca entre pensamento conceitual e expressividade linguística. Isso é o que é sugerido como principal característica em meio a essa pressuposta mudança de paradigma filosófico.

Tentemos compreender melhor essa tese fundamental da viragem linguística expressa acima. Um ponto expresso ao final do trecho citado é o de que a atividade de filosofar sobre a linguagem é uma condição necessária para se filosofar sobre qualquer outra coisa. Outro ponto, que em verdade é uma especificação sobre esse primeiro, indica que refletir sobre os mecanismos básicos de funcionamento da linguagem é um elemento constitutivo para criação e formulação de nosso conhecimento sobre o mundo. Podemos concordar com o primeiro ponto¹⁰, mas apenas na medida em que possamos

⁹ Araújo, *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*, Pg. 11 a 13. [itálico meu]. A viragem linguística não é algo necessariamente atrelado à filosofia contemporânea, é possível verificar a presença da linguagem como tema fundamental em diversos períodos entre a Antiguidade e o Medievo, analogamente aos períodos históricos de maiores desenvolvimentos no campo da lógica (Cf. Spade, *Thoughts, words and things*, Pg. 5).

¹⁰ Mesmo em casos onde um pensador, em sua explicação sobre o ofício do filósofo, negue explicitamente qualquer relação da atividade filosófica com a comunicação, ou qualquer outro tipo de prática linguística, ainda sim o âmbito da expressividade linguística se aplica como condição de

entender melhor o segundo ponto. Não é bem a reflexão sobre a linguagem, mas antes o próprio uso prático (corriqueiro ou especializado) da linguagem que toma posição como elemento constitutivo de nosso conhecimento sobre o mundo. Entendendo esse fator de “ser constitutivo” como “ser uma condição necessária”, podemos formular o cerne conceitual implícito nessa proposta do que seja a viragem linguística do seguinte modo: *ter pensamento (ou ter conceitos) implica em ter alguma expressão linguística (ou ter domínio sobre certa linguagem)* ¹¹.

Essa interpretação sobre o que é “ser constitutivo” para o pensamento pode ser argumentada como inapropriada. Contudo, assinalamos que esse sentido em que a linguagem é dita ser constitutiva do pensamento não pode ser encarado como um sentido que esgote as condições constitutivas do pensamento. Pois, certamente não podemos assumir os mecanismos da linguagem como condições necessárias e **suficientes** do pensamento, de tal modo que assim precisaríamos fazer equivaler toda atividade de pensar com atividades de significação, de modo que só conseguiríamos isso se ignorássemos certas diferenças básicas e suas consequências contra-intuitivas ¹². Enfim, poderíamos dizer que a linguagem é constituinte de conceitos, ou assinalar que ela é, mais apropriadamente, co-constituente de conceitos.

Esse cerne conceitual da viragem linguística aqui sugerido pode ser entendido como, nos termos do Cabrera, aquilo que muda na passagem de uma concepção puramente veicular da linguagem para uma concepção constitucional da linguagem, algo que pode ser dirigido à descrição de todas as posturas filosóficas a respeito da linguagem a partir do século XX:

possibilidade para a tarefa da filosofia: “(...) o conceito não é discursivo, e a filosofia não é uma formação discursiva, porque não encadeia proposições.” (Deleuze & Guattari, *O que é a filosofia*, Pg. 34). E: “Todo filósofo foge quando ouve a frase: vamos discutir um pouco. (...) As discussões, o mínimo que se pode dizer é que elas não fariam avançar o trabalho, já que os interlocutores nunca falam da mesma coisa. (...) A comunicação vem sempre cedo demais ou tarde demais, e a conversação está sempre em excesso, com relação a criar. (...) A filosofia tem horror a discussões.” (Deleuze & Guattari, *O que é a filosofia*, Pg. 41 e 42). Isso que é dito é bastante coerente numa descrição sobre a filosofia. Porém, a possibilidade mesma de criação de conceitos filosóficos requer, ainda que a princípio, que o filósofo seja ou tenha sido inserido numa comunidade de comunicação e que tenha domínio sobre certa linguagem específica. Assim, mesmo em uma posição onde a própria definição de filosofia exclua de si o âmbito da expressividade linguística, essa mesma expressividade é requerida para que a própria formulação dessa definição proposta seja inteligível.

¹¹ Ou de outra perspectiva: *não ter alguma expressão linguística (ou não ter domínio sobre certa linguagem) implica em não ter pensamento (ou não ter conceitos)*.

¹² Uma das diferenças básicas entre pensar e significar pode ser entendida nos termos de relação externa que a significação teria com o pensamento, onde “(...) o que eu significo pode passar ao largo do que eu penso (...)” (Hilan, *Excessos e exceções*, Pg. 205). Se quiséssemos ignorar isso para, ainda assim, concluirmos que de fato pensar e significar são atividades idênticas, na sugestão de Wittgenstein, “poderíamos falar também de uma atividade da manteiga, quando seu preço sobe; e se disso não resulta nenhum problema, esse fato é inofensivo.” (Wittgenstein, *Investigações filosóficas*, I, afo. 693).

“(…) já ao longo da história da filosofia, de maneira lenta e fragmentada, vai se adquirindo aguda consciência do fato de a linguagem ser algo mais que um mero “veículo” de transmissão de conceitos já totalmente constituídos, para começar a ser vista como uma estrutura *constituente* (ou co-constituente) de conceitos. É no século XX, entretanto, sob as mais diversas perspectivas, que essa consciência se agudiza e encontra suas mais claras formulações. (...) todas as filosofias da linguagem do século XX assumem, de maneiras muito diferentes, uma concepção *constitucional* da linguagem, abandonando, ou pelo menos problematizando, a concepção puramente *veicular*. A tematização e a superação de uma teoria puramente veicular na direção de uma teoria constitucional da linguagem são, sustento, algo comum a todas as abordagens que, em outros aspectos, são profundamente diferentes e antagônicas.”¹³

Não pretendemos aqui desenvolver mais a fundo qualquer posição contemporânea em particular sobre essa questão. Nosso propósito detém um caráter mais histórico e conceitual, onde o interesse está em explorar como “já ao longo da história da filosofia” é possível reconstruir e entender o que há de comum a todas as abordagens contemporâneas que envolvem essencialmente a linguagem em seu discurso e as desenvolvem com uma atenção mais privilegiada.

Nosso objetivo específico neste trabalho é, portanto, o de realizar uma comparação entre as características do signo mental entre Ockham e Peirce, analisados em meio aos diferentes contextos intelectuais e teóricos de ambos e, com isso, podermos verificar em que medida a expressividade deve ser entendida como uma característica necessária ao pensamento, frente às sugestões extraídas de cada um desses autores. Nosso objetivo geral, servindo como um horizonte de compreensão de nossa proposta específica, é o de nos apropriarmos da elucidação dessas diferenças entre esses dois pensadores como uma amostra sugestiva de entendimento e aproximação ao cerne conceitual da viragem linguística da filosofia contemporânea.

Para isso, nosso trabalho se divide em três capítulos. No primeiro capítulo abordaremos o contexto de entendimento do signo mental em Ockham, através de sua proposta sobre uma semântica baseada numa linguagem mental. Analisaremos previamente o projeto nominalista em que Ockham elabora a proposta sobre a linguagem mental e evidenciaremos o modo como ele entende os signos de uma maneira mais ampla. Textualmente, Ockham fornece os traços de sua teoria dos signos e da noção de signo mental mais explicitamente no primeiro livro da *Summa Logicae*,

¹³ Cabrera, *Margens das filosofias da linguagem*, Pg. 17 e 18.

onde elucida as propriedades de significação e suposição dos termos lógicos, sendo assim esse texto a principal fonte para nossos fins.

No segundo capítulo, trataremos do contexto de compreensão do signo mental em Peirce, que é o pragmatismo. Tal doutrina implica uma abordagem específica sobre a semântica, onde Peirce se utiliza paralelamente tanto da noção de hábitos de ação quanto da noção de signo mental para explicar a constituição dos significados dos conceitos. Previamente a este apanhado, realizaremos uma análise sobre as categorias semântico-ontológicas mais básicas de Peirce e de seu teor metafísico, e sobre os signos e suas classificações gerais, para assim podermos compreender coerentemente os signos mentais nos âmbitos das discussões semânticas do pragmatismo. Textualmente, a noção de signo mental aparece em artigos de juventude, e em diversos outros fragmentos e em artigos não publicados durante sua vida, onde os temas centrais variam entre discussões sobre as bases epistemológicas de Peirce e sobre os desdobramentos de suas ideias pragmáticas. Tais textos estão todos reunidos na coletânea básica intitulada *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, que será nossa principal fonte primária.

No terceiro capítulo iremos tematizar o modo como a expressividade do pensamento, pressuposta pelo signo mental, pode ser defendida como uma característica necessária e indispensável para Ockham e para Peirce. Analisaremos também as diferenças do contexto teórico em que são desenvolvidas as noções de signo mental em Ockham e Peirce, com vistas a sugerir certas considerações sobre nosso objetivo mais geral.

Cap. I – O contexto da linguagem mental de Ockham

1.1 – O projeto nominalista

A semântica de Ockham, que pressupõe a existência de uma linguagem mental, é desenvolvida intrinsecamente em meio a seu posicionamento acerca da questão do estatuto ontológico dos universais. O nominalismo de Ockham, e sua postura radical contra o realismo, é um projeto historicamente inovador¹, pois ele elabora, para isso, uma rigorosa teoria semântica com o intuito de fornecer todos os recursos necessários a uma solução plausível para as complicações de uma posição anti-realista sobre o assunto. Neste capítulo iremos esboçar um retrato do nominalismo de Ockham, visto que tais considerações serão fundamentais para uma compreensão abrangente de sua teoria semântica, que é o contexto em que é elaborada a noção de signo mental. Neste capítulo, portanto, começaremos por uma caracterização geral do problema dos universais. Depois trataremos do duplo aspecto da abordagem de Ockham em seu nominalismo: uma parte afirmativa ou construtiva, que é o conjunto de explicações propriamente ditas de Ockham para a questão sobre a natureza dos universais, e outra parte crítica e desconstrutiva, que mostra a motivação da rejeição de Ockham às posturas realistas sobre essa questão.

O nominalismo de Ockham representa não apenas uma posição contrária ou crítica contra um conjunto de opiniões familiares entre si sobre o assunto da natureza e do conhecimento dos universais em sua época, mas ele é também um movimento de desarticulação das fontes de concepções consideradas por ele incoerentes acerca do conhecimento e do mundo. Sua crítica pressupõe uma realidade extremamente econômica, onde apenas objetos singulares concretos podem ser ditos como existentes, e também uma semântica digna de confiança, que seja capaz de detalhar a fonte tanto

¹ Haveria a figura de Abelardo como uma referência anterior significativa em termos de crítica ao realismo, apesar de Abelardo poder ainda ser considerado como assumindo certos aspectos realistas: “After considering and rejecting several theories current in his own day, Abelard sets out his own view. The correct interpretation of this view is a matter of considerable disagreement. But it is plain that throughout the discussion Abelard is operating mainly in terms of the Aristotelian notion of a universal. At least as I read the passage, Abelard embraces a strict nominalism in the Aristotelian sense (...). But he also argues that there is a real basis for our universal terms. It is what he calls a *status* (...), and is *not* “predicated of many”. Thus if I am correct, Abelard is a nominalist in the Aristotelian sense but a realist in the Boethian sense.” (Spade, Intr. *Five texts on the mediaeval problem of universals*, Pg. 11).

para a explicação do fenômeno de universalidade, quanto dos mal-entendidos cometidos por explicações realistas.

Para começarmos a delinear o teor dessa disputa entre realistas e nominalistas, consideremos a questão da natureza dos universais. Tomemos a seguinte estrutura de exemplo sobre esse assunto. Imaginemos que haja dois objetos particulares quaisquer que tenham alguma propriedade que possa ser afirmada como sendo comum a ambos. Sejam duas chaves, destacando-se que ambos são objetos metálicos; sejam duas zebras, destacando-se o fato de que ambos são animais de uma mesma espécie; sejam duas maçãs, destacando-se que ambas são da mesma espécie e/ou são saborosas, etc.

Em meio a qualquer exemplo que queiramos tomar, o que precisa ser explicado é a capacidade de certa coisa (uma propriedade, ou uma essência) *ser comum* a duas coisas particulares numericamente distintas entre si. Esse poder de “ser comum” a coisas numericamente distintas é o que caracteriza funcionalmente um universal. O perfil completo de um universal seria o seguinte: *ser algo aplicável a várias coisas de modo repetível*, ou seja, ser compartilhável por várias coisas – que podem ser chamadas de ocorrências, instâncias, exemplos, casos particulares, etc. –, *de modo completo* – não apenas em partes, pois o universal é aplicado inteiramente em suas instâncias –, e *de modo simultâneo* – não meramente de maneira isolada e pausada a cada ocorrência, mas para várias coisas ao mesmo tempo, sem fazer distinção². Quando pensamos na capacidade de várias zebras terem, por exemplo, diversas características compartilhadas, ou em comum, e concebermos a espécie de zebra, ou a “zebridade”, trazemos à mente as características de um universal e as aplicamos à noção de espécie: a zebridade é algo que as zebras compartilham ou que têm em comum entre si (que é a capacidade de ser zebra, seja ela o que for, tenha ela a explicação que for), de modo completo e simultâneo (nenhuma zebra é mais zebra ou menos zebra que outra, e nenhuma zebra espera uma zebra terminar de ser zebra para que possa finalmente vir a ser uma zebra).

O problema reside justamente no momento em que se questiona sobre a natureza dessa capacidade de algo ser comum a mais de um indivíduo. A dificuldade não é tanto se existem ou não existem tais universais, mas se eles são de natureza extra-mental, e independente da mente humana, ou se eles não são de natureza extra-mental, e assim dependem de certo modo de formulações vinculadas ao poder da mente humana. Dessa forma, dado o perfil de um universal, é possível formular basicamente dois caminhos de

² Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 6; & Spade, *Intr. Five texts on the mediaeval problem of universals*, Pg. 7 e 8.

resposta para essa questão: ou há universais extra-mentais, e entramos num âmbito de explicação realista (passível de vários tipos de explicações diferentes), ou não há universais extra-mentais, e adentramos um âmbito de tipo anti-realista.

O nominalismo é, de maneira negativa, um tipo de anti-realismo, sendo este basicamente uma postura onde se nega de uma maneira determinada aquilo que é afirmado na postura realista, a saber, a existência extra-mental e autônoma de um tipo de fato ou de coisa. O debate entre realismo e anti-realismo é uma discussão geral que pode ser originada em meio a diversos temas, onde podemos estar mais ou menos propensos a ser realistas ou anti-realistas, podendo ser mais ou menos relativo ao senso-comum. Por exemplo, é possível levantar tal inquirição sobre a existência autônoma das entidades matemáticas, das propriedades morais, estéticas e teológicas, de um mundo externo e objetivo, etc. Um dos temas em que, por exemplo, há um longo histórico de discussão é justamente sobre a natureza e o conhecimento dos universais.

Os universais, geralmente, têm suas características estabelecidas e reconhecidas em primeiro lugar num âmbito epistemológico-metafísico e linguístico. O que nominalistas e realistas podem dizer em comum, ao menos em grande parte dos casos³, é que nossos conceitos e nossas palavras têm a capacidade funcional de ser universal, apesar de entenderem de modo completamente diferente o que é “ser um universal”. Nosso poder linguístico-conceitual funciona somente na medida em que torna as coisas significativas por meio do trabalho de reconhecimento de características comuns entre as mais diversas coisas passíveis de tematização, compartilháveis de modo completo e simultâneo entre elas.

Dada essas características gerais do problema, como seria a defesa mais pontual de Ockham sobre o nominalismo? Em primeiro lugar, podemos dividir seu nominalismo em dois momentos: um relativo à parte positiva, onde ele dá um apanhado sobre como podemos entender a natureza dos cinco universais tradicionais⁴ e sobre quais categorias aristotélicas são as mais relevantes em sua posição nominalista. Outro momento seria

³ A rigor, haveria um tipo de realismo onde essa descrição da funcionalidade universal de nosso aparato linguístico-cognitivo, em comum com o nominalismo, poderia ser vista como duvidosa, a saber, no realismo de tipo platônico. Na medida em que no platonismo tudo aquilo que pode ser considerado universal é algo singular, incorpóreo e que existe independentemente da realidade, a única coisa que seria predicável, por exemplo, com a propriedade de “ser humano”, seria a própria forma ou ideia universal de homem, de modo que, levando isso ao limite, toda nossa capacidade funcional de entendimento conceitual sobre as coisas particulares ficaria comprometida. (Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 10 e 11).

⁴ Os tipos de coisas predicáveis pelas categorias aristotélicas: gênero, espécie, propriedade, diferença específica e acidente (*quinque voces*), tematizadas no *Isagoge* de Porfírio, texto de referência e de impulso básico para as discussões sobre os universais realizadas no final da Antiguidade. (Cf. Spade, *Intr. Five texts on the mediaeval problem of universals*, Pg. 8 e 9).

crítico, onde ele evidencia seu questionamento mais direto contra as teses do realismo e tenta mostrar as incoerências e os mal-entendidos lógico-semânticos cometidos por eles, mantendo como núcleo comum à posição afirmativa o seu princípio metodológico de parcimônia teórica e as consequências deste sobre as entidades ontológicas pressupostas⁵.

⁵ Ambas essas partes podem ser consideradas bastante independentes entre si. Contudo, elas mantêm uma diretriz em comum, que é a orientação de economia teórica da “navalha de Ockham”, tornando essas tarefas coerentes entre si em prol de uma posição “ockhamiana” consistente. (Cf. Spade, *Ockham's nominalist metaphysics*, Pg. 100 e 101).

1.1.1 – O aspecto positivo do nominalismo

O primeiro passo da análise da parte positiva do nominalismo de Ockham é a interpretação e a readaptação das categorias aristotélicas. Ele mantém a ideia básica de que haja um número finito e definido de gêneros mais amplos que descrevem de modo abrangente tudo que possa ser dito existente. Contudo, reconhece que há dois aspectos indissociáveis que as categorias aristotélicas sugerem, a saber, um aspecto ontológico, que as permitem listar os tipos de coisas existentes, e um aspecto semântico, que as permitem listar os tipos de significações existentes para os termos. Assim, o diferencial no apanhado de Ockham se dá com base em dois pontos: as pressuposições ontológicas das categorias não se igualam exatamente ao número de categorias em todas as suas funções semânticas, sendo tais pressuposições ontológicas baseadas em um número mínimo de tipos de coisas¹. Enfim, as coisas referidas por tais categorias são consideradas como estritamente coisas individuais².

Em meio ao aspecto semântico, o critério usado por Ockham para estabelecer a aplicação das categorias aos diversos termos categoremáticos pertinentes a cada categoria é a forma clássica dada pela resposta aos interrogativos: “(...) segundo se responde por incomplexos diversos a questões diversas feitas sobre a substância, colocam-se os [incomplexos] diversos nos predicamentos diversos”³. E, seguindo esse critério, ele estabelece aqueles termos incomplexos categoremáticos que cabem na categoria da substância, a saber:

“(…) todos os incomplexos pelos quais convenientemente se responde à questão feita por “o que é” sobre algum indivíduo da substância estão no predicamento da substância, como o são todos aqueles tais como ‘homem’, ‘animal’, ‘pedra’, ‘corpo’, ‘terra’, ‘fogo’, ‘sol’, ‘lua’ e semelhantes.”⁴

¹ “Traditionally, Aristotle’s categories have been interpreted as a list of the most general kinds to which objects can belong. (...) they represent a list of all the objects to which we are ontologically committed. It is not surprising, then, that Ockham stands opposed to this traditional interpretation of the categories. The categories, he insists, involve a minimum of ontological presuppositions. They are not a classification of non-linguistic objects at all, but an attempt to classify categorematic terms according to what Ockham calls their *mode of signification*.” (Loux, *The Ontology of William of Ockham*, Pg. 8).

² Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 143. Apesar de sua intenção de redução ontológica poder ser considerada “essencialmente programática”. (Cf. Spade, *Ockham’s nominalist metaphysics*, Pg. 107; & Adams, *William Ockham*, Pg. 313).

³ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 230. “(...) secundum quod ad diversas quaestiones factas de substantia per diversa incomplexa respondetur, secundum hoc diversa in diversis praedicamentis collocantur.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.41, Pg. 122).

⁴ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 230 e 231. “(...) omnia incomplexa per quae convenienter respondetur ad quaestionem factam per ‘quid est’ de aliquo individuo substantiae sunt in praedicamento substantiae,

A resposta à pergunta sob o formato “o que é” (*quid est*) indica a presença de uma substância. Esse tipo de pergunta, a princípio, pode ser feito para todo tipo de coisa imaginável, o que nos levaria a afirmar que tudo que respondermos a respeito de qualquer coisa perguntada nesse formato seria uma substância. Isso, em sentido mais estrito, é errôneo, pois é exigido que se respondesse “convenientemente” (*convenienter*) à pergunta, o que implica a pressuposição de outros elementos em tal determinação. Contudo, esse sentido amplo dado à substância é de conhecimento de Ockham, sendo um dos sentidos viáveis para essa noção. Isso mostra como essa distinção das categorias através desse interrogativo é em grande medida insuficiente, sendo apenas uma amostra sugestiva de como iniciar uma diferenciação entre a classificação de termos através do aspecto semântico das categorias⁵.

A substância é a principal categoria aristotélica, que se mantém como a mais importante das categorias para Ockham. Apesar de sua centralidade e importância, ela é uma noção que possui uma grande gama de significações possíveis, das quais Ockham explicita três significações mais relevantes, a saber:

“(…) a substância é tomada de três modos. De um primeiro modo, diz-se substância qualquer coisa distinta das outras; assim, frequentemente encontram-se nos autores [expressões] tais como ‘a substância da brancura’, ‘a substância da cor’, etc. De outro modo, chama-se substância mais estritamente a toda coisa que não é um acidente realmente inerente a outra. E assim chama-se substância tanto a matéria quanto a forma, ou também o composto de ambas. De outro modo, chama-se substância do modo maximamente estrito aquilo que não é nem um acidente inerente a outra [coisa], nem é parte essencial de algo, embora se possa compor com algum acidente. E deste modo a substância é admitida como um gênero generalíssimo.”⁶

cuiusmodi sunt omnia talia ‘homo’, ‘animal’, ‘lapis’, ‘corpus’, ‘terra’, ‘ignis’, ‘sol’, ‘luna’, et huiusmodi.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.41, Pg. 122).

⁵ Os demais interrogativos seriam dados da seguinte forma: “In our search for ever more general questions about substance, we arrive, sooner or later, at ten very general questions. (...) No categorematic term is included in the answer-range of more than one of these ten questions, and every categorematic term is included in the answer-range of one of the questions. According to Ockham the ten questions are: What is it? (*Quid?*); How is it qualified? (*Quale?*); How much is it? (*Quantum?*); How is it related to other things? (*Cuius? Or Ad Quid?*); What is it doing? (*Quid agit?*); What is being done to it? (*Quid patitur?*); Where is it? (*Ubi?*); When is it? (*Quando?*); In what position is it? (*In quo situ?*); What does it have on? (*In quo habitu?*). Ockham identifies the answer-ranges of these ten questions with Aristotle’s ten categories.” (Loux, *The Ontology of William of Ockham*, Pg. 9).

⁶ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 232. “ (...) substantia multipliciter accipitur. Uno modo substantia dicitur quaecumque res distincta ab aliis, sicut frequenter talia inveniuntur in auctoribus ‘substantia albedinis’, ‘substantia coloris’, et sic de aliis. Aliter dicitur substantia magis stricte omnis res quae non est accidens realiter inhaerens alteri. Et sic substantia dicitur tam de materia quam de forma quam etiam de compositio ex utrisque. Aliter dicitur substantia strictissime de illo quod nec est accidens alteri inhaerens nec est pars alicuius essentialis, quamvis possit componere cum aliquo accidente. Et isto modo substantia ponitur genus generalissimum.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.42, Pg. 124).

O primeiro modo é compatível com aquela noção que emerge nas possibilidades amplas de resposta à questão sobre “o que é” (*quid est*) um indivíduo, que em seu sentido lato abarca quase todo tipo de resposta. O segundo modo diz respeito à teoria do hilemorfismo aristotélico, posição pressuposta em grande medida por Ockham⁷, onde a substância pode ser entendida como composta de matéria e forma, ou como mais especificamente um desses dois elementos. O terceiro modo é o que diz respeito ao caráter da substância como um gênero de classificação de palavras e de coisas. Esse é o modo central que Ockham intenciona atribuir em sua adaptação da noção de substância. Não que ele discorde ou contradiga os demais sentidos para a categoria de substância, porém a substância como gênero é o modo mais enfatizado por ele, sendo o que se faz mais pertinente aos seus propósitos nominalistas.

Outro entendimento importante em relação à substância é aquele relativo à divisão entre substâncias primeira e segunda. Nesses aspectos da substância, Ockham deixa explícito seu caráter proeminente como de gênero generalíssimo, como um universal, porém constituído essencialmente como um nome. Visto que essa classificação da substância em primeira e segunda é uma distinção explícita entre nomes próprios e nomes comuns: “(...) chamam-se substâncias primeiras e segundas os signos próprios e comuns das substâncias existentes fora da alma”⁸. Portanto, a substância é mais apropriadamente concebida como um conceito, ou seja, um termo mental que se predica de muitas coisas, e sua divisão em substância primeira e substância segunda é uma divisão baseada na capacidade de ele ser um nome mais ou menos comum a muitas coisas, ou a uma coisa apenas. A substância primeira é um nome que se predica diretamente de uma coisa particular com existência extra-mental (no sentido em que se pode dizer que “isto é uma substância” apontando para uma pessoa, e tendo em mente a noção de “ser humano”). Substância segunda é um nome que não se predica diretamente dos particulares, mas antes se predica do conjunto coletivo dessas substâncias primeiras, que em si mesmas não são coisas existentes fora da mente, mas são apenas certos tipos de nomes que significam coisas individuais.

⁷ “Medieval Aristotelianism adopted and utilized the theory of hylomorphism extensively. Ockham is no exception. Matter and form are essential principles and causes. Ockham rejects the abstract character of the Aristotelian analysis, however, for Ockham considers matter and form to be real, though not independent, constituents of things.” (Goddu, *Ockham's Philosophy of Nature*, Pg. 148).

⁸ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 240. “(...) substantia primae et secundae vocantur signa propria et communia substantiarum extra animam existentium.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.43, Pg. 131).

Como dissemos ao início, as categorias para Ockham dizem respeito tanto a nomes quanto a coisas. Dessa forma, é preciso deixar claro sobre o que está sendo descrito com a categoria de substância, se são nomes, coisas, ou ambos indistintamente. Aqui, Ockham fala sobre ambas as possibilidades, no sentido de que a substância é um nome de certo tipo atribuído a certas coisas, e que as características contidas nesse nome descrevem características reais que estão nas coisas individuais elas mesmas. Assim, há a substância existindo fora da mente, há a substância primeira, que é um nome que predica substâncias particulares, e há a substância segunda, que é um nome que predica nomes menos gerais, ou seja, predica as substâncias primeiras.

A constituição ontológica desses tipos diversos de substâncias é distinta, na medida em que um deles é uma coisa existente particularmente fora da mente, e os outros são coisas existentes na mente, como nomes⁹. E é nesse sentido que Ockham diz ser verdadeira a frase em que se afirma que “nenhuma substância segunda é uma substância”¹⁰, onde nessa frase a “substância segunda” denomina um nome e a “substância” que a predica se refere a coisas com existência extra-mental particular.

Na medida em que a substância segunda não pode ser considerada uma substância – no sentido em que se considera um objeto concreto individual como uma substância, – mas deve ainda ser considerada a partir de algum tipo de categoria, visto que é algo que se mostra como existente, então ela deve ser enquadrada mais apropriadamente na categoria da qualidade:

“(…) dos nomes que importam ou significam substâncias fora da alma, uns são nomes próprios a uma só substância, e tais nomes são chamados aqui substâncias primeiras; outros nomes, porém, são comuns a muitas substâncias, e estes são chamadas substâncias segundas. Estes [últimos] são ulteriormente divididos, porque alguns são gêneros e outros são espécies; todos, no entanto, são verdadeiramente qualidades. E, assim, todos aqueles nomes comuns chamados substâncias segundas estão no predicamento da qualidade, entendendo ‘estar em um predicamento’ que ‘qualidade’ se predicado do próprio pronome demonstrativo que designa essas [substâncias segundas].”¹¹

⁹ Para uma prévia compreensão, tais substâncias são consideradas gêneros universais na medida em que são entendidas como nomes que atuam na mente, ou seja, como signos mentais (tipos de termos lógicos ou conceitos), que existem na mente humana como qualidades de caráter singular e que significam muitas coisas. Veremos isso mais a frente.

¹⁰ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 233. “nulla secunda substantia est substantia.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.42, Pg. 124).

¹¹ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 234. “(...) nominum importantium seu significantium substantias extra animam quaedam sunt nomina propria uni substantiae, et illa nomina vocantur hic primae substantiae; quaedam autem nomina sunt communia multis substantiis, et illa nomina vocantur secundae substantiae. Quae nomina postea dividuntur, quia quaedam sunt genera et quaedam sunt species, quae tamen omnia vere sunt qualitates. Et ita omnia illa nomina communia quae vocantur secundae substantiae sunt in

A substância segunda, na medida em que é um universal, se situa no âmbito mental e é classificada no predicamento da qualidade, de tal modo que lhe é permitido predicar um pronome demonstrativo que designe aquela qualidade mental, onde, nesse caso, é possível afirmar que: “isto é uma qualidade”, mas não que “isto é uma substância” se referindo a esse mesmo universal. O gênero da substância ele mesmo não é uma substância, mas sim uma qualidade que existe na mente humana¹². O sentido em que se pode dizer que “a substância é substância” é de modo impróprio baseando-se somente no aspecto de que o gênero da substância tem como função fazer referências a coisas que são substâncias, e que as características descritas pela substância em sentido universal são próprias às coisas que são ditas substâncias individuais.

A segunda categoria mais importante é a categoria da qualidade, a qual as substâncias segundas elas mesmas se enquadram, enquanto nomes mentais. Essa categoria também pode ser caracterizada inicialmente por um tipo de interrogativo sobre determinados termos e coisas:

“(…) o predicamento da qualidade é um conceito ou signo que contém sob si tudo aquilo pelo qual se responde convenientemente à questão feita por “de que qualidade” a respeito da substância e que não exprime uma parte substancial da substância.”¹³

Ockham reitera os quatro pares de tipos de qualidades aristotélicas, que são: o hábito e a disposição (qualidades que são passíveis ou não de modificação), a aptidão e a inaptidão natural (qualidades baseadas em capacidades e incapacidades consideradas inatas), a qualidade passível e a afecção (qualidades sensíveis, ou que são caracterizadas

praedicamento qualitatis, accipiendo ‘esse in praedicamento’ pro eo de cuius pronome demonstrante ipsum praedicatur ‘qualitas’.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.42, Pg. 125).

¹² Essa dupla possibilidade, ou dupla perspectiva, de se enquadrar a substância segunda tanto na categoria de qualidade quanto na de substância se dá devido o fato de podermos encarar o conceito que é a substância segunda tanto como o que ela é “materialmente”, quanto o que ela é funcionalmente”: “Ockham (...) is insisting that universals are nothing other than names. And if we identify the primary names (concepts) (...) with real things, it will turn out that all universals are particulars. Further, they will all be qualities. But Ockham finds nothing absurd in this, because he thinks that what makes names universal and what sorts them into one category rather than another is not what they *are*, but what and how they *signify*. Thus, ‘man’ is universal, not because it is not a particular thing, but because it signifies numerically distinct particulars equally in such a way that it signifies one no more than another.” (Adams, *William Ockham*, Pg. 106).

¹³ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 299. “(...) praedicamentum qualitatis est quidam conceptus vel signum continens sub se omnia illa per quae respondetur convenienter ad quaestionem factam per ‘quale’ de substantia, quod non exprimit partem substantialem substantiae.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.55, Pg. 185).

pelo fato das substâncias as sofrerem de certo modo) e, finalmente, a forma e a figura (qualidades presentes no formato sensível das coisas) ¹⁴.

A substância e a qualidade, para Ockham, são as duas categorias ontologicamente relevantes, e as demais categorias podem, nesse aspecto ser explicadas em termos dessas duas categorias, sem maiores perdas. O critério para efetuar essa redução está no método de parcimônia, que fornece as orientações metodológicas para se assumir apenas aquelas categorias indispensáveis na descrição geral das coisas, às quais todas as outras categorias poderiam se reduzir. Tal critério impõe que tenhamos o menor número possível de comprometimentos ontológicos para uma teoria ao passo que se conserve, ou mesmo se aprimore o poder de explicação proporcionado por esses itens assumidos¹⁵. Enfim, tal critério sugere que é preciso haver uma forte motivação para podermos adotar um tipo de explicação sobre algo.

Dessa forma, dentre as dez categorias, Ockham defende que apenas duas são necessárias para descrever que tipos de coisas existem. Ou seja, as categorias da quantidade, da relação, do lugar, do tempo, da ação, da paixão, da posição e da posse não implicam em comprometimentos ontológicos, e podem ter seu teor ontológico explicado, sem maiores prejuízos, em termos de qualidade e de substância¹⁶. Essa redução, contudo, não elimina a importância semântica dessas categorias, que continuam indispensáveis na composição de todo o poder semântico de nossa linguagem¹⁷. Portanto, para descrever todo e qualquer tipo de coisas absolutas, coisas que podem ser ditas realmente existentes, a substância e a qualidade são as categorias de plena suficiência: “(...) para além das coisas absolutas, a saber: substâncias e qualidades, nenhuma coisa é imaginável, nem em ato, nem em potência” ¹⁸.

Essa redução ontológica das categorias pode ser entendida mais especificamente pela decisão de se designar apenas os termos da categoria de substância e qualidade como termos absolutos, visto que esses tipos de termos envolvem certo

¹⁴ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 55, Pg. 300 e 301. & Aristóteles, *Categorias*, Cap. 8, 8b 25 a 10a 25.

¹⁵ A forma específica da navalha de Ockham tem uma aplicação precisa para um determinado contexto. Antes, indicamos que a intenção de efetivar tal redução é baseada em uma diretriz metodológica mais geral que Ockham apresenta em seu modo de afirmar um escopo ontológico relevante. (Cf. Spade, *Ockham's nominalist metaphysics*, Pg. 101).

¹⁶ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 44, 45, 49, 57, 58, 61 e 62. A categoria da relação ainda mantém certa importância teológica, sendo então uma categoria que não tem sua redução deixada tão clara como posição assumida por Ockham ele mesmo.

¹⁷ Cf. Spade, *Ockham's nominalist metaphysics*, Pg. 103.

¹⁸ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 272. “(...) praeter res absolutas, scilicet substantias et qualitates nulla res est imaginabilis, nec in actu nec in potentia.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.49, Pg. 160).

comprometimento ontológico. Os termos absolutos são aqueles que têm apenas um modo de se referirem às coisas designadas por eles, sem haver quaisquer outros tipos de significações secundárias, como no exemplo do termo “animal”, que se refere igual e diretamente aos animais, e apenas a essas coisas ditas animais. Diferentemente, o termo “pai” possui objetos que são significados de modos diferentes, onde tal termo se refere primeira e diretamente a uma pessoa, e secundária e indiretamente, ao filho dessa pessoa, como parte da descrição contida no modo de significação desse tipo de termo, que é chamado de termo conotativo¹⁹.

O comprometimento ontológico implícito nos termos de tipo absoluto se dá com base no fato de que tais termos não são passíveis de terem definições nominais, cabendo apenas definições reais, que implicam uma descrição que seja essencial à coisa referida²⁰, e no fato de que todos os objetos significados por esses termos devam poder ser ostensivamente indicados por um pronome demonstrativo que possa se predicar verdadeiramente do termo absoluto²¹. Por exemplo, com o termo absoluto “animal”, podemos construir a proposição “isto é um animal” de modo a torna-la verdadeira sempre que apontarmos para qualquer pessoa, ou para qualquer outro tipo de animal. Um termo conotativo, como “pai”, não pode ser predicado verdadeiramente de um pronome demonstrativo usado ostensivamente junto à pessoa que é o filho, apesar de esse mesmo filho ser significado secundariamente por esse termo. Assim, não é possível que todos os objetos envolvidos na significação de um termo conotativo possam ser predicados verdadeiramente por ele.

Juntamente com o fato de não haver definição nominal possível para os termos absolutos, o que já implica que a explicação sobre a significação desse termo requer um

¹⁹ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 10, Pg. 146. Os termos absolutos e conotativos serão abordados ainda em nossa parte crítica do nominalismo de Ockham.

²⁰ “(...) stricte loquendo nullum eorum habet definitionem exprimentem quid nominis.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.10, Pg. 37). Não possuindo definição que expresse o *quid nominis*, o outro único tipo de definição possível para esse tipo de termo é o que expressa o *quid rei*: “Definitio autem dupliciter accipitur. Quaedam est definitio exprimens quid rei et quaedam est definitio exprimens quid nominis.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.26, Pg. 88).

²¹ Se entendermos os termos absolutos e conotativos da maneira que Loux entende, e o que Loux chama de *a* no sentido de “ser um uso ostensivo de um pronome demonstrativo na presença de certo objeto [aquilo que é referido por ‘a’]”, na seguinte passagem: “(...) a term ‘x’ signifies an object, *a*, just in case the use of ‘x’ has the effect of introducing *a* into discourse. Henceforth, I shall use the numerical subscript ‘₀’ to mark this sense of ‘signify’. (...) a term, ‘x’, signifies primarily (signifies₁) an object, *a*, just in case ‘x’ signifies₀ *a* and ‘*a* is (an) *x*’ is true. (...) a term, ‘x’, signifies₂ an object, *a*, just in case ‘x’ signifies₀ *a*, but does not signify₁ *a*. (...) **A term, ‘x’ is absolute** just in case the class of objects it signifies₀ is wholly composed of *significata*₁ of ‘x’. **A term, ‘x’, is connotative** just in case at least one of the *significata*₀ of ‘x’ is a *significatum*₂ of ‘x’.” (Loux, *The Ontology of William of Ockham*, Pg. 6 e 7) [negrito meu].

trato anterior e direto com os objetos referidos pelo termo²², não é possível que os termos absolutos possam de fato significar algo sem que possam formar proposições verdadeiras que indiquem ostensivamente essas coisas. Apesar de os termos absolutos poderem formar proposições falsas sobre o que quer que seja, na medida em que eles possam ser utilizados *verdadeiramente* numa proposição onde prediquem um pronome demonstrativo que indique certos objetos, sua significação implica que haja ao menos um objeto existente que possa ser referido por eles. Isso é uma indicação de que não há termos absolutos que sejam vácuos, ou que não tenham nenhum objeto possível referido por eles, pois na medida em que eles não possuam referência, eles não podem ter sua significação entendida, não sendo, dessa forma, realmente termos absolutos. Dessa forma, está implícito na definição dos termos absolutos certo comprometimento ontológico, pois é necessária a pressuposição de certas coisas reais que tenham participação na formação da capacidade semântica do termo.

Levando isso em consideração, o fato de se admitir que apenas os termos das categorias da substância e a da qualidade são termos absolutos nos leva a nos comprometermos apenas com a existência de coisas tais como as descritas pelos gêneros de substâncias e qualidades. Dessa forma, todas as outras categorias, fora a substância e a qualidade, são termos conotativos, e se referem às coisas positivamente existentes (substâncias e qualidades particulares) mediante relações e descrições específicas e variáveis²³.

Em meio ao apanhado de Ockham sobre as categorias exposto acima, um fator a ser levado em conta nessa parte afirmativa e construtiva é a própria intenção que Ockham tinha ao sustentar o nominalismo. Ele não foi o primeiro a propor uma crítica ao realismo e a defender uma posição anti-realista, mas talvez ele tenha sido o mais incisivo a fazer isso, dentre os pensadores até meados do séc. XIV, visto que ele não deixa as consequências de suas ideias, a rigor, contradizerem sua proposta inicial, a de que os universais não tenham nenhuma realidade autônoma²⁴. E, conseqüentemente,

²² “(...) Ockham holds that categorematic terms that are what he calls “absolute” (i.e., nonconnotative) ones – are acquired by “acquaintance” with corresponding objects in the world. At a minimum, therefore, Ockham’s program is committed to the claim that absolute terms are confined to the categories he accepts. (...). Absolute terms commit us to the reality of certain kinds of entities.” (Spade, *Ockham’s nominalist metaphysics*, Pg. 107).

²³ “(...) aqueles que admitem que qualquer coisa é substância ou qualidade devem admitir que tudo o que está contido nos outros predicamentos que não a substância e a qualidade são nomes conotativos (...)” (Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 149). “(...) qui ponunt quod quaelibet res est substantia vel qualitas, habent ponere quod omnia contentia in aliis praedicamentis a substantia et qualitate sunt nomina connotativa.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.10, Pg. 38).

²⁴ “O que caracteriza a posição de Ockham é que ele parece ter-se considerado o primeiro a não conceder

defender que os universais não têm realidade autônoma alguma é reservar essa característica básica apenas aos entes considerados individuais e singulares.

Ockham, então, leva à risca a afirmação de que só existem coisas individuais, de modo elementar. As categorias da substância e da qualidade se referem apenas a coisas individuais²⁵: a substâncias individuais e a qualidades individuais. Todo o comprometimento ontológico que Ockham se propõe a assumir é relativo a coisas individuais e particulares. E o indivíduo, para Ockham, tem um primado básico. Um dos principais alvos das críticas de Ockham, Duns Scotus, coloca-se de início perguntas sobre o que é que faz algo ser um ente individual²⁶, o princípio de individuação, para assim começar a considerar a natureza dos universais. Tal questão no âmbito ockhamiano é respondida primitivamente. Não há nada que precise ser elaborado para explicar a individuação das coisas, pelo simples motivo de que a existência singular das coisas é um fato elementar e primitivo, tudo que existe já é individual.

O esforço central do nominalismo de Ockham é o de explicar a natureza dos universais em um mundo de uma multiplicidade inesgotável de indivíduos diferentes entre si, sem comprometer a funcionalidade e a fidedignidade desses universais. Existindo apenas coisas individuais, os universais não podem ser considerados entidades abstratas reais. Eles então passam a ser entendidos como nomes, e mais precisamente como nomes ou conceitos de segunda ordem. Os universais são reduzidos a conceitos lógicos, que significam e organizam termos comuns. A categoria da substância como foi vista, por exemplo, é um gênero generalíssimo, um universal nesse sentido estrito.

Na medida em que os universais são conceitos, eles são defendidos como sendo ontologicamente singulares, mantendo a explicação de sua generalidade com base na capacidade semântica dessa sua forma singular. Algo seria universal apenas na medida

ao universal verdadeiramente nenhuma existência real.” (Gilson, *A filosofia na idade média*, Pg. 799).

²⁵ “(...) na substância particular nada é, de fato, substancial, senão a forma particular e a matéria particular, ou algo composto delas. E, portanto, não se deve imaginar que em Sócrates haja uma humanidade ou uma natureza humana, distinta de qualquer modo de Sócrates, a que se acrescenta uma diferença individual que contrai aquela natureza, mas o que quer que possa ser imaginado como substancial existente em Sócrates, ou é a matéria particular, ou a forma particular, ou algo composto destas.” (Ockham, *Lógica dos Termos*, Pg. 168). “(...) in substantia particulari nihil est substantiale penitus nisi forma particularis et materia particularis vel aliquid compositum ex talibus. Et ideo non est imaginandum quod in Sorte sit humanitas vel natura humana distincta a Sorte quocumque modo, cui addatur una differentia individualis, contrahens illam naturam, sed quidquid imaginabile substantiale existens in Sorte vel est materia particularis vel forma particularis vel aliquid compositum ex his.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.16, Pg. 59). Observe-se que o fato de tais categorias se referirem a coisas particulares não impede que haja naturezas ou essências particulares, a que elas possam também fazer referência.

²⁶ Cf. Spade, Intr. *Five texts on the mediaeval problem of universals*, Pg. 12.

em que consegue manter uma função significativa de predicação de múltiplos indivíduos simultaneamente:

“(…) qualquer universal é uma coisa singular, e, por isso, não é universal senão pela significação, porque é signo de muitas [coisas]. (...) em razão de ser destinada a ser predicada de muitas [coisas], não por si, mas por essas muitas [coisas], é dita universal; porém, em razão de ser uma forma, existente realmente no intelecto, é dita singular.”²⁷

A universalidade de algo se fundamenta, portanto, na sua capacidade de significação, o que limita o caráter de ser universal apenas aos signos que podem ser predicados de muitas coisas. Com base nisso, Ockham consegue fornecer uma proposta coerente de explicação para as complicações da afirmação de que só existem coisas individuais, com relação aos universais, ao harmonizar o fato de esses universais serem individuais, mantendo preservadas as características funcionais de um universal (deter uma aplicação comum, completa e simultânea a várias coisas distintas entre si) através do fenômeno de significação, de uma coisa ser signo de muitas coisas, mantendo um formato individual. Assim, reiteramos o fato de que a noção de substância fica reservada a se referir apenas a coisas individuais. Não existe uma coisa abstrata e universal em si mesmo, que possa ser considerado uma substância em sua universalidade, mas tal universalidade se mantém funcionalmente ainda como uma relação semântica entre uma forma singular e várias outras coisas e, nesse sentido, Ockham pode afirmar que: “(...) nenhum universal é uma substância, mas toda substância segunda é um universal (...)”²⁸.

Em geral, podemos dizer que em Ockham as considerações metafísicas passam a ter um caráter metalinguístico. Um exemplo dessa característica ockhamiana estaria em entender a frase “homem é uma espécie” através da seguinte paráfrase: “o termo ‘homem’ é um nome comum”. E, com essa diretriz estratégica, Ockham fornece um direcionamento coerente para se explicar o fenômeno dos universais sem assumir que existam coisas universais.

Tanto o realismo quanto o nominalismo têm complicações específicas em suas tarefas de entender a universalidade. Numa posição realista, a dificuldade maior é explicar como algo pode realmente ser uma entidade universal, e tentar fazer isso de

²⁷ Ockham, *Lógica dos Termos*, Pg. 160. “(...) quodlibet universale est una res singularis, et ideo non est universale nisi per significationem, quia est signum plurium. (...) non pro se sed pro illis pluribus, ipsa dicitur universalis; propter hoc autem quod est una forma, existens realiter in intellectu, dicitur singularis.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.14, Pg. 50).

²⁸ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 233. “(...) nullum universale est substantia; omnis autem secunda substantia est quoddam universale (...)” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.42, Pg. 124).

modo plausível. Já numa posição nominalista, explicar como é uma coisa universal não é a tarefa mais difícil; de um modo ou de outro o universal acaba sendo algo de individual e singular. O que mais complica na posição nominalista é sua parte epistemológica, no procedimento de se obter conhecimento e de se assegurar que ele descreva de modo relevante as coisas consideradas reais. E, para assegurar a relevância do conhecimento humano, Ockham precisa depositar uma confiança muito grande no poder cognitivo humano, o que é feito em grande medida.

1.1.2 – O aspecto crítico do nominalismo

Além das próprias teses subjacentes à posição nominalista, Ockham dirige algumas críticas ao realismo, sendo tais críticas basicamente de dois tipos: em primeiro lugar, entrando nos pormenores das diversas teorias realistas para tentar achar incoerências ou pressupostos implausíveis¹ e, em segundo lugar, tentando mostrar que a convicção em entidades abstratas nas teorias realistas é um mal-entendido gramatical, em relação aos termos abstratos e suas relações com os termos absolutos e conotativos². Nessa parte desconstrutiva, vamos nos ater à crítica que ele faz ao mal-entendido gramatical dos realistas, onde ele aplica suas concepções semânticas e avalia a capacidade dessas concepções serem meios viáveis de se solucionar essas questões.

A propriedade metafísica sugerida nos mais diversos tipos de realismo dos universais, que é dita ser uma natureza comum a vários indivíduos e que garante a identidade aos membros de uma espécie, é tradicionalmente referida por um termo de tipo abstrato (“cavalidade” é a propriedade essencial compartilhada pelos cavalos, que faz com que eles sejam de uma mesma espécie, e o meio pelo qual isso é expresso é por um termo abstrato). Ockham vê que o problema das teorias realistas está no engano que os autores são levados a cometer por causa de um uso equivocado desses termos abstratos. O mal entendido realista é o de realmente acreditar que termos abstratos implicam na existência de certa entidade comum e que nomeiam essas coisas abstratas. Para entendermos a análise crítica de Ockham, comecemos por esclarecer o que seja os termos concretos e seus correlatos abstratos.

Os termos concretos e abstratos são tipos de termos correlacionados entre si, que têm uma raiz comum, mas uma terminação diferenciada. Essa classificação dos termos é calcada principalmente na diferenciação das palavras mediante determinados sufixos e na inter-relação entre essas distinções de sufixos, e não especificamente no que eles podem se referir. Esse par de termos pode exercer funções semânticas variadas³.

Algumas das funções para os pares de termos abstratos e concretos seriam: se referir a uma relação entre um sujeito e seus acidentes, onde tanto o concreto quanto o abstrato pode exercer qualquer um dos papéis, de sujeito ou de acidente do sujeito. Ex.:

¹ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 15 a 17 & Ockham, *Ordinatio*, D. 2, Q. 4-8.

² Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 146 a 148 & Klima, *Ockham's semantics and ontology of the categories*. Pg. 118, 119 e 123.

³ Cf. Loux, *The Ontology of William of Ockham*, Pg. 5 e 6.

“branco” e “brancura”, onde o termo concreto “branco” se refere a um sujeito, e o abstrato “brancura” se refere a um acidente que tal sujeito possui⁴. Outra função é a de se referir a uma relação entre um todo e suas partes, onde qualquer um dos termos pode representar a parte ou o todo. Exemplo: “alma” e “animado”, onde o termo abstrato “animado” se refere a uma pessoa, e o concreto “alma” se refere a parte dessa pessoa⁵. Outra é a de se referir a uma relação entre um tipo de indivíduo e uma coletividade desses indivíduos. Exemplo: “plebe” e “plebeu”, onde o termo concreto “plebeu” se refere a pessoas individuais, enquanto “plebe” se refere ao coletivo dessas pessoas⁶. Outra ainda é a de se referir a duas coisas distintas, onde essas coisas referidas distintas entre si podem seguir o molde de uma relação de causa e efeito, ou de uma relação entre signo e significado, ou de uma relação entre local e localizado⁷. E, por fim, há a função de se referir a um mesmo tipo de coisa, ou seja, quando os termos concretos e os abstratos são sinônimos⁸.

Essa última função do par concreto/abstrato é que fornece o principal caminho para a caracterização do mal-entendido realista, onde ao invés de sugerir que os termos abstratos nomeiem entidades abstratas, se defende que os termos abstratos nomeiam aquilo que os seus respectivos concretos nomeiam. Pois, o que é nomeado é sempre algo individual. A saída, portanto, se situa na indicação de que haja uma sinonímia entre certos termos abstratos e seus respectivos concretos⁹.

A sinonímia entre esses tipos de termos concretos e abstratos é estabelecida por eliminação das possibilidades anteriores de caracterização desses tipos de termos. Quando um par de nomes concretos e abstratos não se referir a uma relação entre sujeito e acidentes do sujeito, nem a uma relação de todo e partes do todo, nem a uma relação de indivíduo e coletividade, nem a uma relação entre coisas distintas, então é porque tal par de concreto e abstrato é sinônimo, e se referem à mesma coisa¹⁰. Um exemplo seria o par de termos “animal” e “animalidade”. O termo abstrato “animalidade” não se refere a um acidente ou a algum tipo de forma dos animais, nem é parte dos animais, nem é algo como uma coletividade de animais, nem é algo distinto dos animais, a que se possa fazer uma comparação; esse termo, para Ockham, se refere exatamente àquilo que seu

⁴ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 5, Pg. 128.

⁵ Cf. *Ibid.*

⁶ Cf. *Ibid.* Cap. 9, Pg. 145.

⁷ Cf. *Ibid.* Cap. 5, Pg. 129.

⁸ Cf. *Ibid.* Cap. 6, Pg. 130.

⁹ O que encontra uma exceção nos casos da categoria de qualidade. (Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 148).

¹⁰ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 6, Pg. 131.

correspondente concreto se refere, a animais particulares, sendo, portanto um caso de sinonímia¹¹.

Outro modo de visualizar como os realistas são levados a se enganar nomeando entidades abstratas é a partir do erro de análise desses termos abstratos enquanto absolutos ou conotativos. Os termos absolutos são aqueles que têm apenas um modo de significação, que, na medida em que eles significam um tipo de algo, eles o fazem de modo primário e direto, sem sugerir nenhum tipo de significação secundária. Enquanto os termos conotativos sempre significam algo primária e/ou diretamente, e significam outra coisa secundária e/ou indiretamente. Outra distinção entre esses tipos de termos é referente à capacidade de definição nominal deles. Os termos absolutos são incapazes de serem definidos nominalmente, enquanto os termos conotativos podem ter uma definição que expresse o que é esse nome definido (o *quid nominis*)¹². Diferentemente dos termos abstratos e concretos, os termos absolutos e conotativos são definidos com relação à sua capacidade de significação e referência a coisas, enquanto aquele primeiro par de termos é definido basicamente pela sua forma gramatical, tendo diversos usos semânticos. Isso explica também porque um termo absoluto não precisa ter nenhum correlato conotativo, e vice-versa, pois o que importa para tais termos é o modo de significação daquilo que elas significam, e não a formação gramatical correlacionada dos termos.

Na medida em que um termo abstrato e absoluto é tomado como um abstrato conotativo, ou um termo abstrato conotativo é tomado como um abstrato absoluto, é que ocorre o mal entendido que gera a expectativa em torno da existência de entidades de tipo abstrato. Confundir um absoluto com um conotativo implica que haja alguma coisa a mais significada indiretamente pelo termo, onde na verdade não há. E confundir um

¹¹ Cf. *Ibid.*, Cap. 6, Pg. 130. Ockham coloca a ressalva ainda de que esses termos abstratos que são sinônimos dos correlatos concretos podem ter implícitos em si certos termos sincategoremáticos ou outros tipos de determinações gramaticais, que alterem um pouco o sentido da sinonímia. (Cf. Loux, *The Ontology of William of Ockham*, Pg. 11).

¹² “Os nomes puramente absolutos são aqueles que não significam algo de maneira principal e algo distinto, ou o mesmo, de maneira secundária, mas o que quer que seja significado por este nome é significado de maneira igualmente primeira (...). E assim se dá quanto aos nomes puramente absolutos: estritamente falando, nenhum deles tem uma definição que expressa o quid do nome.” & “Nome conotativo, por outro lado, é aquele que significa algo primariamente e algo secundariamente. E tal nome tem propriamente definição que expressa o quid do nome (...).” (Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 146 e 147). “Nomina mere absoluta sunt illa quae non significat aliquid principaliter et aliud vel idem secundário, sed quidquid significatur per illud nomen, aequo primo significatur (...). Et ita est de nominibus mere absolutis quod stricte loquendo nullum eorum habet definitionem exprimentem quid nominis.” & “Nomen autem connotativum est illud quod significat aliquid primario et aliquid secundario. Et tale nomen proprie habet definitionem exprimentem quid nominis.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.10, Pg. 36 e 37).

conotativo com um absoluto pressupõe fortemente que aquilo que é referido de modo primeiro e direto pelo termo exista, visto que aquilo que é significado por um termo absoluto é o que concede única e exclusivamente significado para o termo. Na condição de termo conotativo, sua significação poderia ser estabelecida, em último caso, apenas nominalmente, através de elementos secundários, sem que fique imposta a necessidade de um comprometimento com a existência daquela coisa referida de modo primeiro.

Dessa forma, uma resolução possível para esse engodo reside ou em tornar explícita a paráfrase correspondente a um termo conotativo visto erroneamente como absoluto, ou em dissolver sua correspondente paráfrase, mostrando que esse termo em questão é um termo absoluto. Enfim, a resolução está em delimitar bem se o termo abstrato em questão é conotativo ou absoluto.

A resolução desse problema no caso se tomar termos abstratos absolutos como termos abstratos conotativos seria assim. Numa posição realista, em geral, quando se fala em “cavalidade”, por exemplo, duas coisas são referidas, certa entidade abstrata de natureza comum e os objetos particulares que possuem tal natureza comum. O termo abstrato “cavalidade” aparece, dessa forma, como um conotativo, referindo-se tanto à propriedade metafísica que eles devem ter em comum, de modo primeiro, quanto aos indivíduos que compartilham tal propriedade, de modo secundário. Para Ockham, o termo abstrato “cavalidade” é simplesmente um termo absoluto, que não indica indiretamente os indivíduos particulares, mas os indica diretamente, sem ter nenhuma outra significação implícita e pressuposta. Ele vê como um erro dos realistas o fato de se admitir que o termo “cavalidade” possa se referir a certa propriedade metafísica compartilhada por todos os cavalos, algo como a cavalidade comum a todos os cavalos¹³. Outro exemplo seria dado pelo termo “brancura”, que não pode ser entendido como termo conotativo, indicando uma qualidade comum às coisas brancas, mas antes é visto como um termo absoluto, onde indica igual e diretamente a brancura particular de qualquer objeto particular¹⁴.

A resolução dessa questão no caso se tomar termos abstratos conotativos como termos abstratos absolutos seriam em linhas gerais assim. Numa posição realista, em geral, quando se fala em “similaridade”, por exemplo, se faz referência a uma

¹³ “Thus, ‘horsehood’ does not signify anything distinct from and inhering in a horse, but is a merely absolute term signifying particular horses, just as ‘horse’ is.” (Adams, *William Ockham*, Pg. 148).

¹⁴ “ ‘Whiteness’ is a merely absolute noun in that it does not signify one thing principally and something else or the same thing secondarily, but signifies whatever it signifies with equal primacy”. (Adams, *William Ockham*, Pg. 147).

característica que é comum ou compartilhada por duas coisas. Assim, o termo abstrato “similaridade” surge como um termo absoluto, referindo-se diretamente àquela característica que torna duas coisas similares em certo aspecto. Para Ockham, o termo “similaridade” é um termo abstrato conotativo, e não absoluto, pois ele significa diretamente certas substâncias, os objetos similares, e secundariamente certas partes ou aspectos qualitativos individuais que são semelhantes em ambos¹⁵. Dessa forma, ele evita descrever qualquer tipo de entidade abstrata absoluta, como uma similaridade em si¹⁶.

Ockham pode propor tais correções baseando-se fundamentalmente em duas premissas, a de que tudo que existe são coisas individuais, e a de que todas as coisas individuais que existem são da categoria ou da substância ou da qualidade. Isso, em meio à relação dos termos abstratos e concretos com os absolutos e conotativos, se dá na medida em que Ockham assume que os termos abstratos e concretos que se enquadram nas demais categorias que não sejam a substância e a qualidade são todos termos conotativos¹⁷ e, conseqüentemente, que apenas os termos abstratos e concretos da categoria da substância, e alguns casos da qualidade, são termos absolutos¹⁸. Na medida em que os termos absolutos envolvem comprometimentos ontológicos, apenas os termos das categorias da substância e alguns da qualidade podem ser de fato considerados absolutos por Ockham. Visto que na categoria da substância os termos concretos são todos absolutos, e que há a possibilidade de se assumir certos abstratos

¹⁵ ‘Similar’ e ‘similitude’ são termos relativos sinônimos para Ockham (Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 6, Pg. 132). Dessa forma, ambos os termos são relativos e conotativos, significam diferentemente as partes dessa relação. Essa relação semântica desse par conotativo de concreto/abstrato não indica uma entidade abstrata diferente dos objetos concretos e que porventura seriam inerentes a eles, mas antes seu modo de significação é semelhante a um termo coletivo: “ (...) ‘similarity’, at least in one plausible analysis according to Ockham, can supposit for the individualized qualities of those individuals that are similar to one another in respect of that quality, say the whiteness of Plato and the whiteness of Socrates together, in the same way as collective names such as ‘army’ stand for several individuals taken together.” (Klima, *Ockham’s semantics and ontology of the categories*. Pg. 131).

¹⁶ “A relation such as ‘similarity’ signifies something real, namely that something (an essential characteristic, a property, a quality, or whatever) two things have that makes them similar, not similarity itself as an entity inhering subjectively in them.” (Goddu, *Ockham’s philosophy of nature*, Pg. 146).

¹⁷ Em relação às oito categorias fora a substância e a qualidade: “(...) all Ockham needs to do is show these abstract terms are connotative rather than absolute.” (Klima, *Ockham’s semantics and ontology of the categories*, Pg. 132). Na medida em que todos os termos que são classificados nas categorias que não sejam da substância ou da qualidade são conotativos, eles podem ser vistos, portanto, como paráfrases que indicam de modo primeiro ou uma substância ou uma qualidade, e de modo secundário indicam descrições que especificam suas características através também ou de uma substância ou de uma qualidade.

¹⁸ “(...) abstract and concrete terms in the category of substance are synonymous and are like merely absolute terms while abstract and concrete terms in all of the accidental categories except for certain species of quality are synonymous and are connotative terms that signify some substance or quality directly and some substance or quality obliquely.” (Adams, *William Ockham*, Pg. 148).

como sinônimos dos concretos, como visto anteriormente, os abstratos da categoria da substância podem ser considerados também como termos absolutos sem com isso gerar um comprometimento a entidades abstratas¹⁹.

Em resumo, o nominalismo de Ockham se baseia na adoção apenas de entidades particulares, substâncias e qualidades individuais. Ao nominalismo de Ockham une-se intrinsecamente o espírito de economia de pensamento, que é, a princípio, o que motiva a redução das entidades consideradas como existentes apenas aos individuais concretos. As complicações a respeito da universalidade dos conceitos são resolvidas principalmente com estratégias semânticas. A própria semântica de Ockham acaba sendo, de modo suficientemente camuflado, o desenvolvimento de uma fundamentação rigorosa para se explicar a recusa da existência de entidades abstratas de natureza comum. A partir daqui, procuraremos delimitar o que concerne ao núcleo dessa semântica de Ockham, a saber, o funcionamento da linguagem mental – e as características dos signos mentais que a compõe –, a partir de uma análise geral dos signos e suas especificações em Ockham.

¹⁹ “Because concrete absolute terms for Ockham ultimately signify only the particulars falling under them, the abstract terms corresponding to them will signify and supposit for the same things.” (Klima, *Ockham’s semantics and ontology of the categories*. Pg. 130).

1.2 – Signos

Neste capítulo iremos analisar o modo como Ockham aborda os signos em geral. Em primeiro lugar, iremos remontar os traços gerais de um signo e tematizar sua definição, através do modo como Ockham aborda o assunto. Iremos em seguida reconstruir os tipos de signos subjacentes ao modo em que é dada tal definição. Ockham ele mesmo não torna explícito nem tematiza quais sejam os tipos mais gerais de signos concebíveis, contudo ele fornece em grande medida os elementos necessários para reconstruirmos os tipos de signos que permanecem implícitos em seu modo de lidar com os termos lógicos e suas propriedades semânticas. Por fim, nos ateremos aos signos de tipo lógico, dotados de significações linguísticas, para assim analisarmos a capacidade que Ockham atribui aos signos em definir coisas, nos permitindo visualizar melhor seu entendimento tanto sobre suas concepções nominalistas quanto sobre suas convicções frente à capacidade semântico-cognitiva da linguagem mental.

1.2.1 – A definição de signo

Ockham usa constantemente, na *Summa Logicae*, a expressão “signo” (*signum*) ao falar sobre os modos de significação, seja de palavras, seja de nomes, seja de expressões conectivas e quantificadoras, etc., onde tais usos não indicam por si só o fato de que ele tenha em mente uma noção de signo que abranja itens além daqueles presentes numa linguagem verbal. Essa prática mostra antes o fato de que ele pressupõe que toda a multiplicidade de tipos de expressões linguísticas pode ser reunida sobre o título de “signo”, o que, por sua vez, implica numa definição possível que perpassa todas essas expressões linguísticas diversas e que possa nos informar sobre o que há de comum entre elas.

Porém, certamente a noção de signo em Ockham não se reduz aos exemplos de signos que se encontram em um meio linguístico e discursivo. O fato de não encontrarmos o uso da expressão “signo” com um sentido mais amplo, indo além dos linguísticos, é dado pela razão de que ele tem interesse apenas em desenvolver os signos linguísticos, e não vê muita relevância em tipos de signos mais gerais, tomados por si só. Recorrentemente no texto, Ockham estabelece a definição de algo mostrando o uso da palavra dessa coisa que ele pretende definir. Isso, de um lado, permite esclarecer os

pontos de vista que ele tem interesse em ressaltar através de exemplos linguísticos práticos, e de outro, não elimina a diversidade de usos implícitos e possíveis presentes na noção a ser esclarecida.

Ockham explica o uso do termo “signo” numa breve passagem ao final do primeiro capítulo da primeira parte da *Summa*, onde ele sugere ligeiramente dois modos básicos de se distinguir o uso do termo “signo”. Entre esses dois modos básicos, podemos traçar uma definição comum entre eles, e verificar as diferenças entre esses sentidos básicos sugeridos explicitamente por Ockham. O trecho mencionado é o seguinte:

“Em razão dos impertinentes, cumpre saber que ‘signo’ é tomado de dois modos. Primeiramente, como tudo aquilo que, ao ser apreendido, traz algo diverso à cognição, embora não leve a mente à primeira cognição daquilo, (...) mas à cognição atual, após a habitual. E assim, a palavra falada significa naturalmente, como um efeito qualquer significa ao menos a sua causa, ou também como o círculo significa o vinho na taberna. Aqui, porém, não falo de signo de um modo tão geral. Diferentemente, toma-se signo como aquilo que traz algo à cognição e é capaz de supor por isto ou de ser acrescentado na proposição a termos sincategoremáticos, a verbos e àquelas partes da oração que não têm significação determinada, ou é capaz de ser composto de tais, como é o caso da oração. E, assim tomado, o vocábulo ‘signo’ não é um signo natural de nada.”¹

Aqui Ockham fala em duas acepções que podemos usar para compreender um signo, e em ambas as acepções temos definições com elementos em comum, que dão o formato de um signo em geral, e temos características próprias e peculiares a cada acepção dessas. Tais acepções ou modos de compreensão do signo sugeridos por Ockham são apenas parciais, pois ele está nesse trecho a fazer uma distinção grosso modo para esclarecer de forma geral que um signo linguístico não é um signo em um sentido mais geral e assim evitar possíveis confusões a serem cometidas por “impertinentes” (*protervos*) no assunto. Tal distinção do signo em dois modos é explicitada, portanto, apenas em vista de se deixar claro que o uso do termo “signo” ao longo do texto será tomado em um âmbito linguístico, e não em outro âmbito que não

¹ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 120. “Propter tamen protervos est sciendum quod signum dupliciter accipitur. Uno modo pro omni illo quod apprehensum aliquid aliud facit in cognitionem venire, quamvis non faciat mentem venire in primam cognitionem eius, (...), sed in actualement post habitualement eiusdem. Et sic vox naturaliter significat, sicut quilibet effectus significat saltem suam causam; sicut etiam circulus significat vinum in taberna. Sed tam generaliter non loquor hic de signo. Aliter accipitur signum pro illo quod aliquid facit in cognitionem venire et natum est pro illo supponere vel tali addi in propositione, cuiusmodi sunt syncategoremata et verba et illae partes orationis quae finitam significationem non habent, vel quod natum est componi ex talibus, cuiusmodi est oratio. Et sic accipiendum hoc vocabulum ‘signum’ vox nullius est signum naturale.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.1, Pg. 7).

seja linguístico, ou que seja mais amplo do que esse, já que a noção de signo sugere uma abrangência bastante ampla de tipos de significações.

Nesse trecho, além desses dois modos de compreensão ou de uso da palavra “signo”, que são diretamente indicados por Ockham, ficam pressupostos outros dois modos possíveis de compreensão, dados os critérios que Ockham se utiliza para descrever as acepções de signo que ele expõe. Um desses tipos de signo implícitos é de suma importância para a semântica de Ockham, e não tem uma exposição direta como sendo propriamente um tipo de signo geral possível, da mesma forma como essas duas acepções expressas por ele. Sobre isso discutiremos mais adiante.

A questão da definição do signo começa pelo fato de que Ockham, como um pensador de seu tempo, usa de maneira convicta a noção de que há uma expressão possível que tem a capacidade de informar sobre como as coisas são na realidade. É certo que, como já assinalamos, em várias passagens de seu texto, Ockham, ao invés de propor uma definição daquilo que ele quer discutir, procede tematizando os usos da palavra que ele quer discutir. Isso pode ser entendido justamente como uma amenização do comprometimento que implica o uso de definições estrito senso. Suas definições de “definição” serão abordadas mais a seguir. Por ora, tal consideração serve para termos em mente que ele, ao falar de signo, não está dando uma definição propriamente dita, mas sim está a falar de usos para a palavra “signo”, usos esses que não têm todas as suas possibilidades explicitadas por Ockham, que ainda pressupõe algumas outras formas de uso para a palavra signo em seu modo de abordar seus assuntos.

Na passagem acima mencionada sobre as duas acepções explícitas de Ockham para um signo, o primeiro modo de abordagem do signo é extremamente semelhante à definição usada por Agostinho para o signo, que é a seguinte: “O signo é o que, além de se mostrar ao sentido, mostra através de si outra coisa, diferente de si mesmo, à alma”². Esse signo de Agostinho é marcado por ter dois efeitos básicos, onde um é o aparecimento de algo diverso do signo ele mesmo ao pensamento; e o outro efeito é a impressão sensível que o signo deve produzir no intérprete, anteriormente à causa do aparecimento daquela outra coisa ao pensamento. Esse primeiro efeito do signo, o de tematização de outra coisa além de si, é um tipo de direcionamento de nossa atenção

² “Signum est quod et se ipsum sensui et praeter se aliquid animo ostendit.” (Agostinho, *De Dialectica*, §5) [Tradução minha]. Outra passagem de Agostinho sobre o signo, que é bastante semelhante, seria: “Signum est enim res, praeter speciem quam ingerit sensibus, aliud aliquid ex se faciens in cogitationem venire.” (Agostinho, *De Doctrina Christiana*, L. 2, C. 1, §1) & Cf. Panaccio, *Le discours intérieur*, Pg. 118.

para certa coisa alheia, que podemos considerar como sendo o sentido básico para um signo em geral, visto que podemos dizer que tal espécie de efeito perpassa tanto essa abordagem de Agostinho quanto as duas acepções expostas por Ockham sobre o signo. De fato, todo modo de conceber um signo passa pela consideração de sua relação com outra coisa diferente dela ou alheia a ela de alguma forma. Podemos dizer que essa é a definição básica para o signo em Ockham também: ser algo que faz alguém importar alguma coisa, num sentido amplo de provocar o direcionamento da atenção de alguém para uma coisa com aspectos que a diferencia do signo que o introduziu a atenção.

O segundo tipo de efeito que mostramos que é ostentado em Agostinho é o que interessa mais aproximar àquela primeira passagem de Ockham. Vejamos novamente a primeira passagem de Ockham sobre os signos: “[Signo é] como tudo aquilo que, ao ser apreendido, traz algo diverso à cognição, embora não leve a mente à primeira cognição daquilo, (...) mas à cognição atual, após a habitual”³. Além do fato básico de o signo levar uma mente à consideração de algo, fica subentendido que o signo carece de ser apreendido sensorialmente para que essa função seja efetivamente atualizada⁴. Esse fato indica que esse tipo de signo não tem participação na elaboração de nosso conhecimento habitual, mas que ele apenas funciona como signo na medida em que puder ser apreendido sensorialmente, ou puder causar uma impressão sensível no intérprete, de modo a atualizar certo conhecimento já possuído. Ou seja, para além desse contato físico com um intérprete, o signo não mantém sua capacidade de significação, assim, para ter relevância significativa, o signo precisa estar sendo interpretado, como um sinal pertinente que nos informe que algo é o caso.

O primeiro tipo de signo exposto por Ockham é o tipo mais amplo e geral de signo, pois abarca uma imensa possibilidade de coisas que podem servir como signos, bastando que sejam apreendidos sensivelmente e assim possam atualizar certo conhecimento já adquirido. Ockham finaliza o primeiro trecho informando que: “(...) assim, a palavra falada significa naturalmente, como um efeito qualquer significa ao

³ “[Signum est] pro omni illo quod apprehensum aliud facit in cognitionem venire, quamvis non faciat mentem venire in primam cognitionem eius, (...), sed in actuaalem post habituaalem eiusdem.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.1, Pg. 7).

⁴ A apreensão, que é um tipo de ato de cognição da alma racional, aqui é mostrada como uma condição necessária constante para o funcionamento deste tipo de signo, e não para o estabelecimento do conhecimento habitual, também pressuposto na atividade do signo. A apreensão cognitiva de indivíduos, de conceitos e de proposições é necessária para formação do conhecimento habitual, mas uma vez formado esse tipo de conhecimento, a apreensão não precisa mais ser dada constantemente. (Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 497 a 500, e Cf. Stump, *The mechanisms of cognition: Ockham on mediating species*, Pg. 190).

menos a sua causa”⁵. O que quer dizer que o tipo de significação desses signos amplos é gerado naturalmente, tão natural como uma relação entre causa e efeito. Assim, se tomarmos qualquer palavra falada como um exemplo desse primeiro modo de classificação do signo, tal palavra apresentará uma significação natural, na medida em que, nesse caso específico, a palavra significaria apenas em decorrência de seu aspecto material, através do som da palavra, por exemplo, que poderia indicar o comparecimento de uma pessoa, na medida em que esse som deve ser um efeito produzido pela fala de alguém. Aquele som da palavra, portanto, independentemente de sua significação convencional, irá significar ao menos a presença de alguém que a tenha proferido, na mesma proporção que um efeito significa naturalmente sua causa.

A segunda passagem de Ockham sobre o signo já acentua outros aspectos, e leva em conta a estrutura linguística própria a um discurso: “Diferentemente, toma-se signo como aquilo que traz algo à cognição e é capaz de supor por isto ou de ser acrescentado na proposição a termos sincategoremáticos, a verbos e àquelas partes da oração que não têm significação determinada, ou é capaz de ser composto de tais, como é o caso da oração”⁶. Esse tipo de signo é mais específico que o anterior, na medida em que para um signo poder se enquadrar nessa classe de signos, ele precisa ter características linguísticas. Essa característica linguística é mostrada também através da propriedade de suposição que o signo passa a apresentar, o que implica diretamente na possibilidade de ser acrescentado em um contexto proposicional e, portanto, de ser um signo linguístico⁷.

Outra diferença em relação ao tipo de signo anterior é a dispensa da necessidade de apreensão sensorial para que a funcionalidade do signo possa ser gerada. No modo linguístico de significação, existe uma estrutura gramatical que serve como parâmetro para consolidar a significação dos signos, o que motiva a dispensa dessa apreensão prévia do signo para se estabelecer sua significação. Dada essa estrutura de relações gramaticais que rege nosso uso dos signos linguísticos, podemos manipular signos por meio de um conjunto de habilidades adquiridas a respeito de certas regras gramaticais sem ter necessariamente de apreendê-los a partir de suas características particulares em cada uso específico. Um signo linguístico tem sua significação garantida não apenas

⁵ “(...) sic vox naturaliter significat, sicut quilibet effectus significat saltem suam causam.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.1, Pg. 7).

⁶ “Aliter accipitur signum pro illo quod aliquid facit in cognitionem venire et natum est pro illo supponere vel tali addi in propositione, cuiusmodi sunt syncategoremata et verba et illae partes orationis quae finitam significationem non habent, vel quod natum est componi ex talibus, cuiusmodi est oratio.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.1, Pg. 7).

⁷ A suposição dos termos é uma propriedade que requer a inserção dos termos em um contexto discursivo com características proposicionais. (Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 63).

pelo ato de interpretação dele como sendo um sinal que mostra algo, mas é garantida justamente pela existência dessa instância reguladora que é sua estrutura gramatical.

Ockham finaliza esse tipo de signo indicando que: “(...) assim tomado, o vocábulo ‘signo’ não é um signo natural de nada”⁸. Ou seja, esse signo que é usado em um meio proposicional e discursivo é originado por força de convenção, e não naturalmente. Contudo, nem todo signo linguístico é necessariamente um signo convencional. Há uma exceção para essa indicação dele, de que um signo que funcione linguisticamente é algo que deve ter necessariamente uma origem convencional. Essa exceção, que Ockham deixa claro⁹, é justamente o que nos força a dizer que ele tem mais do que apenas duas acepções para os signos, que ficam sem ser ditos explicitamente, mas que se fazem presentes em meio a seu texto e a suas concepções.

⁸ “(...) sic accipiendo hoc vocabulum ‘signum’ vox nullius est signum naturale.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.1, Pg. 7).

⁹ Esse é o caso dos signos mentais, como os termos e as proposições mentais, a ser abordado a seguir.

1.2.2 - Os quatro tipos de signos – uma reconstrução

Como vimos Ockham, ao explicar o uso da palavra “signo”, fornece duas acepções básicas. Iremos mostrar que além dessas duas acepções, existem mais duas que, juntas com as anteriores, compõem a totalidade dos tipos de signos que podemos atribuir a Ockham.

A formação de quatro tipos de signo para Ockham é baseada nas combinações entre dois critérios de classificação dos elementos constituintes de um signo que ele deixa sugerido ao longo do trecho em que fala sobre os usos da palavra “signo”. O primeiro critério é relativo ao **modo de origem** do signo, que explica como algo vem a se tornar um signo, o segundo, ao **modo de funcionamento**, ou seja, é relativo à maneira que ocorre a significação de um signo. Isso de modo que todo signo deva ter um tipo específico de origem e um tipo específico de funcionamento. Esses dois critérios são independentes entre si, visto que a gênese de um signo não implica em um tipo específico de modo de ação ou funcionamento desse signo, da mesma maneira que a significação de um signo pode ser conduzida de modo alheio a como esse signo chegou a ter esse poder de significação que tem.

Os tipos de origem de um signo para Ockham, segundo o trecho já mencionado, podem ser dois, sendo ou natural ou convencional. A significação também pode ser de dois tipos, sendo ou linguístico ou representativo, sendo esse último considerado como um tipo de significação não linguística geral, onde sua qualificação se dá mediante sua capacidade ampla de poder significar sem carecer de um meio linguístico para isso. A associação entre as possibilidades de modo de origem com as possibilidades de modo de significação é o que faz resultar um total de quatro tipos de signo.

O **1º tipo** de signo que podemos obter assim é o signo que tem uma origem natural e a significação representativa, ou seja, que significa para além de contextos linguísticos; o **2º tipo** de signo é o de origem natural e funcionamento linguístico, o **3º tipo** de signo é o convencional representativo e o **4º tipo** é o convencional linguístico. Uma esquematização possível desses tipos de signos, com exemplos, seria a seguinte:

	Modo de Origem	Modo de Significação	<i>Exemplos</i>
1º tipo	Natural	Representativo	<i>Pegadas e nuvens de chuva</i>
2º tipo	Natural	Linguístico	<i>Conceitos</i>
3º tipo	Convencional	Representativo	<i>Bandeiras e círculos em tabernas</i>
4º tipo	Convencional	Linguístico	<i>Palavras faladas e escritas.</i>

Como vimos, Ockham ele mesmo explicita apenas duas dessas acepções ao falar sobre a palavra “signo”. De acordo com nossa reconstrução, essas duas acepções de signo mencionadas por Ockham equivalem respectivamente ao nosso 1º tipo de signo, o signo natural e representativo, que é o tipo de signo equivalente ao signo agostiniano, e ao nosso 4º tipo de signo, o signo convencional linguístico. De fato, Ockham consegue representar as possibilidades de classificação geral dos tipos de signo com apenas esses dois tipos de signos, visto que esses tipos mencionados por ele são opostos entre si tanto com relação à origem quanto com relação ao modo de significação. Assim, para o propósito de mostrar que há signos que não são linguísticos, e que não são esses tipos de signos a serem abordados no seu texto em questão, basta para Ockham apenas considerar esses dois tipos de signos explicitados por ele. Para Ockham não há uma necessidade em se detalhar tanto os tipos de signos em geral, visto que o interesse dele é focar-se nas significações possíveis dos termos propriamente lógicos.

A legitimidade dessa reconstrução dos tipos de signo em Ockham em um número de quatro, ao invés apenas daqueles dois expostos por ele naquele trecho principal, é fundamentada em sua explicação acerca dos termos mentais, exemplos centrais para os signos de caráter mental. O signo mental é algo equivalente à própria atividade de inteligir ou de pensar, e detém um tipo de funcionamento linguístico em conjunto com uma explicação natural para sua origem, sendo assim um signo do 2º tipo, que esboçamos anteriormente. No seguinte trecho Ockham evidencia essas características do signo mental:

“(…) dizem que a intelecção pela qual entendo um homem é um signo natural dos homens – natural assim como o gemido é signo de enfermidade, ou de tristeza, ou de dor – e é tal signo que pode estar pelos homens nas proposições mentais, assim como a palavra falada pode estar pelas coisas nas proposições faladas”¹

Os termos mentais compõem as proposições mentais, e tais termos têm seu poder de significação originado naturalmente, da mesma forma que a significação de um gemido é gerada naturalmente, e significa todas as suas possibilidades de objetos significados, sejam esses ou a tristeza, ou a angústia, ou a raiva, ou uma doença, etc. Apesar dessa origem natural, mediante um contato direto com a coisa significada, os termos mentais significam através de uma estrutura linguística própria, ostentando o poder de suposição dos termos, propriedade semântica exclusiva de signos linguísticos usados em contextos proposicionais.

O único tipo de signo que Ockham não fornece maiores explicações é o 3º tipo de signo de nossa reconstrução que, no geral, pode ser considerado como um detalhamento a partir de exemplos do 1º tipo de signo, ou da primeira acepção de signo dada por Ockham. É dito que o círculo na taberna é algo que significa naturalmente o vinho, seja essa significação entendida como uma relação de causalidade ou similaridade, ou ainda de outro tipo². Contudo, a rigor, a significação natural é aquela que tem a relação entre significante e significado originada e estabelecida independentemente de usos e costumes humanos. Uma pegada na areia, uma nuvem carregada ou uma fumaça significam naturalmente, pois a ligação entre tais signos com seus objetos significados não surgiram em dependência da vontade de ninguém. De outro lado, o fato de um círculo na taberna significar o vinho, por mais que haja uma relação ou de semelhança ou de causalidade entre o formato redondo da tampa do barril com o conteúdo do barril, pressupõe a intenção prévia de se usar aquela forma circular para indicar a presença do vinho no estabelecimento, onde sem essa intenção prévia não haveria uma relação significativa entre o círculo e o vinho. Dessa forma, esse tipo de signo não seria simplesmente um signo natural representativo (1º tipo), mas antes um signo convencional representativo (3º tipo), onde a sugestão textual de que o círculo

¹ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 161. “(...) dicunt quod intellectio qua inteligo hominem est signum naturale hominum, ita naturale sicut gemitus est signum infirmitas vel tristitia seu doloris; et est tale signum quod potest stare pro rebus in propositionibus mentalis, sicut vox potest stare pro rebus in propositionibus vocalibus.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.15, Pg. 54).

² O que assumimos aqui é que esse tipo de significação é baseado em convenção, e que o círculo representa o vinho numa forma de metonímia. (Cf. Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.1, Pg. 7, nota 5).

“significa naturalmente” (*naturaliter significat*) o vinho é antes uma forma de ressaltar a amplitude de certo tipo de uso da palavra “signo” que ele quer evitar em seu texto, e não uma indicação de que a origem da significação do círculo na taberna seja de fato natural. É certo que esse 3º tipo de signo é a única classificação reconstruída que podemos dizer ser destituída de sugestões mais diretas provindas de Ockham, e sua exemplificação através do exemplo do círculo na taverna seria discutível, porém ela é baseada numa distinção conceitual que é plenamente atribuível a Ockham. A ausência de uma exposição explícita sobre esse tipo de signo, como já sugerimos, é baseada no interesse de Ockham em falar sobre os signos linguísticos para uma análise lógica.

Enfim, feitas as especificações sobre todos os tipos possíveis de signos mais gerais para Ockham, podemos analisar o que seja mais detalhadamente o poder de significação linguística, e passar a investigar as relações e distinções entre a linguagem convencional e a linguagem mental, onde entenderemos melhor o lugar dos signos mentais.

1.2.2.1 – Significações linguísticas e o poder de definição

Ockham fala em quatro sentidos lógicos para o termo “significar”¹. Esses modos de significação seriam relativos apenas aos tipos de signos que são linguísticos, sejam eles naturais ou convencionais (o 2º e o 4º tipos de signo). Seguindo essa sugestão, a rigor, um signo que não seja linguístico não significaria, mas apenas representaria o que quer que seja tematizado por ele. Significar é, portanto, uma propriedade restrita a signos linguísticos, encarada sobre esse ponto de vista.

Os signos linguísticos são exemplificados através dos elementos mais básicos da argumentação, ou seja, por meio dos termos lógicos, como já assinalamos a respeito do escopo pretendido por Ockham no texto da *Summa*. Tais signos linguísticos básicos, por sua vez, se subdividem em várias classificações possíveis, baseados em seus modos de significação. As principais classificações dos termos são: termos complexos e incomplexos, que se referem respectivamente a termos que são também frases e orações inteiras e a termos que são apenas palavras isoladas e simples; termos categoremáticos e sincategoremáticos, que se referem respectivamente a palavras com significação determinada e a palavras sem significação determinada que exerçam funções semânticas ao acompanharem os categoremáticos; termos absolutos e conotativos, que respectivamente são palavras que significam apenas primariamente e palavras que significam primariamente e secundariamente; e termos abstratos e concretos, que são palavras que compartilham uma raiz em comum, mas apresentam terminações distintas, a fim de em alguns casos significarem coisas distintas ou aspectos distintos das coisas significadas por eles².

Tais classificações dos termos qualificam, mais ou menos diretamente, a significação dos termos. Os quatro sentidos lógicos para o que seja “significar” se referem mais especificamente aos termos incomplexos e categoremáticos, que figuram como as principais divisões para caracterização dos termos na lógica. A divisão dos termos entre categoremáticos e sincategoremáticos, por exemplo, correspondem respectivamente na lógica contemporânea à divisão entre constantes de objetos e predicados, de um lado, e operadores lógicos de outro, onde na lógica contemporânea esses termos são definidos basicamente através de regras sintáticas, de um modo primitivo, ao passo que em Ockham eles são definidos através de sua capacidade ou de

¹ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 33, Pg. 208.

² Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 3 a 10.

significar diretamente algo ou de afetar e modificar a significação do termo que acompanhe. As “constantes lógicas” em Ockham são termos descritos pela capacidade de fazer alguma diferença semântica nas sentenças em que ocorrem, e não são caracterizados apenas por suas propriedades sintáticas. Os quatro sentidos para o que seja “significar” são divididos, por sua vez, em sentidos próprios e impróprios, devido sua capacidade de suposição e de geração de proposições verdadeiras ou não, como será detalhado a seguir.

O primeiro sentido para o termo “significar” pode ser chamado de “sentido próprio ostensivo”, que é caracterizado por Ockham da seguinte maneira: “(...) o signo significa algo, quando supõe ou é destinado a supor por esta coisa, de tal sorte que o nome, pelo verbo ‘é’, se predica de um pronome demonstrativo [que designa] aquilo”³. Um exemplo desse tipo de significação seria expresso na frase “Isto é branco”, ao se apontar para um objeto branco, ou “Isto é racional” apontando para um ser humano. Esse modo é dado em geral para qualquer termo concreto predicado de um demonstrativo e, neste modo, a mudança da coisa referida faz com que a palavra falada da expressão e o conceito associado a essa palavra percam o significado com essa mudança. Algo que antes era significado por uma determinada expressão frequentemente deixa de significar com a mudança da coisa referida. Esse modo requer a presença do objeto significado no tempo presente da enunciação, além de ser definido pela propriedade semântica de suposição.

O segundo sentido pode ser chamado de “sentido próprio temporal-modal”, caracterizado assim: “(...) um signo pode supor por aquilo em alguma proposição sobre o passado ou sobre o futuro ou sobre o presente, ou em alguma proposição modal verdadeira”⁴. Um exemplo para esse sentido de significar seria expresso pela seguinte frase: “Um branco pode correr”. Isso porque, mesmo com uma possível mudança da coisa referida não se perde o significado da palavra e do conceito associados à expressão. Esse modo de significação é o mais amplo, e abrange todos os tempos (passado, presente e futuro, basicamente) e todas as modalidades (possibilidade e necessidade, basicamente), além de também ser definido através da propriedade semântica de suposição.

³ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 208 e 209. “(...) signum aliquid significare quando supponit vel natum est supponere pro illo, ita scilicet quod de pronome demonstrante illud per hoc verbum ‘est’ illud nomen praedicatur.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.33, Pg. 99).

⁴ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 208. “(...) signum in aliqua propositione de praeterito vel de futuro vel de praesenti vel in aliqua propositione vera de modo potest pro illo supponere.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.33, Pg. 99).

O que vemos em comum a esses dois sentidos próprios da significação é o fato de eles serem caracterizados por meio da propriedade de suposição. Essa propriedade diz respeito aos diversos modos possíveis de uso referencial dos termos categoremáticos, e são as diversas subdivisões dessa propriedade de suposição que fornecem também direcionamentos para uma solução de tipo semântico para as complicações do nominalismo defendido por Ockham. A principal diferença dada entre a suposição e a significação é relativa ao contexto proposicional, que é pressuposto para estabelecer a suposição e é dispensado na constituição e no uso da significação de um termo⁵. Um termo supõe por algo apenas na medida em que esse termo estiver sendo utilizado nas estruturas de uma proposição, que possa ser considerada verdadeira ou falsa. A capacidade de um termo significar algo é muito mais ampla, e determina a referência básica dos termos, sendo uma propriedade totalmente independente do fato de esse termo estar inserido em proposições ou não. Um termo tem significação constantemente, a todo tempo e em qualquer situação, ao passo que esse mesmo termo só pode supor e apresentar variações em suas referências quando aplicado em uma sentença, em um contexto onde possamos ajuizar se é verdadeiro ou se é falso⁶.

Os próximos sentidos da significação refletem essa amplitude que a propriedade de significação tem em relação à suposição dos termos. O terceiro sentido, por exemplo, que pode ser chamado de “sentido impróprio metonímico”, é descrito da seguinte maneira: “(...) algo é significado a partir daquilo a que a própria palavra falada é imposta, ou [d]aquilo que, no primeiro modo, é significado pelo conceito principal ou pela palavra falada principal”⁷. Uma exemplificação para essa significação seria dada no caso do termo “branco” ao significar a brancura, onde não cabe propriamente o termo “branco” supor pela brancura, ou no caso do termo “racional” (que é a diferença específica na definição aristotélica da espécie humana) significar a alma intelectiva⁸. Aqui temos uma coisa qualificada significando pela qualidade ela mesma, ou uma parte significando pelo todo. Esse modo não pode ser definido através da capacidade de suposição do termo. Assim, esse tipo de significação não é próprio ao termo, nem

⁵ Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 327 e 328.

⁶ Cf. Panaccio, *Semantics and mental language*, Pg. 58 a 61.

⁷ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 208. “(...) illud (...) significari a quo ipsa vox imponitur vel illud quod primo modo significatur per conceptum principalem vel vocem principalem.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.33, Pg. 100).

⁸ Poderíamos falar também no sentido metonímico em que o círculo na taberna significa o vinho, apesar desta metonímia ser em sentido linguístico e o do círculo na taberna ser em sentido não linguístico, ou representativo e geral.

mesmo no sentido material (da suposição material) ou conceitual (da suposição simples).

O quarto sentido também não envolve suposição dos termos em sua definição, indo além de qualquer sentido material (da suposição material) ou conceitual (da suposição simples) do signo em questão. Ele pode ser chamado de “sentido impróprio geral”, pois é mais abrangente que o terceiro sentido, como é mostrado a seguir:

“(...) quando um signo destinado a ser parte de uma proposição, ou destinado a ser uma proposição, ou uma oração importa algo, quer principalmente, quer secundariamente, quer [no caso] reto, quer no oblíquo, quer dê a entender, quer conote aquilo, quer signifique por outro modo qualquer, quer signifique aquilo afirmativamente, quer negativamente (...)”⁹

Alguns exemplos seriam o caso do termo “imaterial” significar colateralmente a matéria, e do termo “nada” significar colateralmente algo, apesar de negativamente. Além dessas significações colaterais, ou conotativas, esse modo abrange todo e qualquer tipo de significação possível para um termo, como poderia ser no caso do termo “branco” significar “algo que não é verde”, qualquer coisa que não seja verde. Esse modo geral de significação, considerada inapropriada para os termos, indica a capacidade de se poder inferir todo tipo de relação semântica possível de uma palavra com o conjunto restante de palavras diferentes dela, mas associáveis a ela de algum modo, delineando assim uma vizinhança semântica e os limites de significação da palavra em questão.

A ação de “significar” é algo que compete por excelência, segundo Ockham, a termos universais, a signos que significam muitas coisas simultaneamente, e os exemplos mais apropriados para a significação seriam os do 1º e 2º sentidos, que envolvem a suposição e podem ser usados para formar proposições verdadeiras e falsas, e por isso mesmo são chamados de sentidos “próprios” para os termos. Os tipos de significação ditos como impróprios são aqueles que não são capazes de formar proposições verdadeiras ou falsas a partir daquela significação específica que apresentaria em forma alternativa. Assim, seguindo uma aplicação rigorosa do termo “significar” (*significare*), os nomes próprios e quaisquer outros termos singulares não significariam, mas teriam a função de “nomear” (*nominare*) as coisas indicadas por elas,

⁹ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 209. “(...) quando aliquod signum quod est natum esse pars propositionis vel natum est esse propositio vel oratio importat, sive principaliter sive secundario, sive in recto sive in obliquo, sive det intelligere sive connoter illud, vel quocumque alio modo significet, sive significet illud affirmative sive negative (...)” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.33, Pg. 100).

enquanto todos os tipos de termos universais, estejam ou não em aplicação apropriada, poderiam “significar”.

Em resumo esquemático, os quatro sentidos da significação podem ser visualizados de acordo com o seguinte quadro:

			<i>Exemplos</i>
1º sentido	Próprio	Ostensivo	“Isto é branco” (na presença de algo branco)
2º sentido		Temporal-modal	“Um branco pode correr”
3º sentido	Impróprio	Metonímico	“Branco” ao significar a brancura
4º sentido		Geral	“Branco” ao significar o não-verde

A significação, para Ockham, é algo que, entre outras utilidades, tem a capacidade de exprimir aquilo que é essencial à coisa individual que existe realmente, aquilo que define realmente a coisa, apesar de isso não querer implicar que haja uma natureza comum às coisas assim significadas¹⁰. Essa significação essencial, em um sentido apropriado, encontra-se em alguns termos de tipo categoremáticos absoluto, que são termos que se referem a coisas de modo primário e carecem de um tipo de contato ou familiaridade com essas coisas para significá-las apropriadamente. A tais termos absolutos podemos apenas fornecer uma definição real, que informe sobre o que a coisa é realmente. Em contrapartida a esse tipo de definição, podemos ressaltar aquela prática de Ockham em mostrar usos para as palavras, sentidos possíveis para as palavras, o que não implica um comprometimento ontológico forte, ao passo que se explica aquilo que está a se tematizar. Esse tipo de definição, que não é uma definição real, e assim nos informa apenas indiretamente sobre a coisa significada, dando maior relevância à

¹⁰ Para Ockham não há uma essência comum, mas podemos entender que haja essências, em sentido individual, na medida em que elas se confundem com as próprias substâncias, no sentido de indivíduo concreto, segundo sugetão de Loux: “Essentially, Ockham is challenging the proponent of essences to locate the subject or bearer of the postulated essences. That subject must be something such that by adding the essence to it we get, for example, men. It might seem that the relevant subjects are the individual substance in question, but Ockham insists that this will not do. The individual substances already are men, so that there can be no question of adding something to them to make them men. (...) Ockham is claiming that the proponent of this view is committed to bare substrate because he distinguishes between substance and essence. Ockham’s counter is simply to identify the two.” (Loux, *The Ontology of William of Ockham*, Pg. 10 e 11).

explicação de como uma expressão significa a coisa que significa, é chamada de definição nominal, explicada sob os seguintes termos:

“A definição que exprime o que é o nome (*quid nominis*) é uma oração que declara explicitamente o que é importado por uma expressão simples, assim como alguém que quer ensinar a outro o que significa o nome “branco” diz que significa o mesmo que a oração “algo que tem brancura.”¹¹

Dessa forma, é possível definir nomes que não tenham referência, como os termos sincategoremáticos, os verbos, etc. Se podem definir nominalmente os termos categoremáticos apenas se esses forem conotativos, ou seja, se eles conseguem indicar coisas tanto primariamente quanto secundariamente. A definição nominal leva, em última instância, à necessidade de definição real, que estabeleçam a significação dos termos que são usados na própria definição de um nome.

A definição real das coisas, para Ockham, é caracterizada da seguinte maneira:

“A definição que exprime o que é a coisa (*quid rei*) é tomada duplamente, a saber: amplamente, e assim compreende a definição tomada estritamente e também a definição descritiva. De outra maneira, o nome “definição” é tomado estritamente, e assim é uma expressão complexa sumária que exprime toda a natureza da coisa e que não declara algo extrínseco à coisa definida.”¹²

Essa definição pode ser ampla ou estrita. A definição ampla envolve também descrições da coisa definida, descrições que não são de modo algum substanciais, mas apenas acidentais. A definição estrita é a que envolve apenas elementos essenciais à coisa, que são intrínsecos àquilo que está sendo definido. Definir, em um sentido apropriado, é a tarefa de encontrar uma determinada expressão finita que seja capaz de nos informar algo intrínseco à coisa (referida pelo termo a ser definido), características essas que devem ser, portanto, inalienáveis e próprias a essa coisa definida. Assim, a definição real de uma coisa é aquela que mostra características que não podem ser retiradas da coisa definida, pois assim descaracterizariam a coisa. Definição é a

¹¹ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 200 e 201. “Definitio autem exprimens quid nominis est oratio explicite declarans quid per unam dictionem importatur, sicut aliquis volens docere alium quid significat hoc nomen ‘album’ dicit quod significat idem quod haec oratio ‘aliquid habens albedinem’.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.26, Pg. 92).

¹² Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 197. “Definitio exprimens quid rei dupliciter accipitur, scilicet large, et sic comprehendit definitionem scribe sumptam et etiam descriptivam definitionem. Aliter accipitur hoc nomen ‘definitio’ scribe, et sic est sermo compendiosus, exprimens totam naturam rei, nec aliquid extrinsecum rei definitae declarans.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.26, Pg. 88).

explicitação do modo como podemos identificar as coisas através de certas propriedades essenciais e individuais, apesar da diferença numérica entre elas.

Essa definição real pode se dar de duas maneiras. Se na definição forem elencadas partes essenciais da coisa, então essa definição é chamada de “definição natural”, e o exemplo seria a definição clássica de ser humano: “O ser humano é uma substância composta de corpo e de alma intelectual”. Se na definição for mostrado o gênero e a diferença específica da coisa, então a definição é chamada de “definição metafísica”, que também explicitam características intrínsecas à coisa, e outro exemplo clássico para isso seria: “O ser humano é um animal racional”¹³.

A coisa definida tem uma natureza distinta da sua definição, definição essa que é a junção da expressão definidora e do termo a ser definido. A realidade das coisas definidas é singular, enquanto a das expressões definidoras é geral, dado num âmbito semântico. A significação essencial da definição real diz respeito à capacidade de duas expressões, uma complexa e outra incompleta, significarem e descreverem uma mesma coisa, assim: “(...) quando dizem que a definição e o definido são o mesmo realmente, isto é, significam o mesmo”¹⁴. Essa relação de significação essencial é uma relação semântica baseada na generalização construída a partir do contato entre a coisa significada e a expressão significante, que no fundo é o que dá base para que aquelas informações gerais descrevam de maneira inequívoca e essencial as coisas singulares que descrevem, apesar de ambas serem coisas distintas que nada têm realmente em comum¹⁵.

Apesar de existir certas expressões e significações que podem definir as coisas do mundo, o que garante realmente a necessidade da verdade de tais definições não é simplesmente o que é dito sobre a coisa, ou algo que se evidencia no contato com as coisas do mundo, mas é a forma em que é dito o que diz a definição, segundo sugestão dada por Ockham:

¹³ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 26, Pg. 197 e 198.

¹⁴ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 200. “(...) quando dicunt quod definitio et definitum sunt idem realiter, hoc est significant idem.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.26, Pg. 91).

¹⁵ O contato epistêmico entre coisa (objeto significado) e sujeito (pensante/utente), que gera informações necessárias à generalização humana do conhecimento, é dado de forma direta, sem maiores mediações entre essa coisa apreendida e o ato cognitivo de apreensão. (Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 550).

“(…) uma proposição composta da definição e do definido, se hipotética e também sobre o possível, ou equivalente a tal, é necessária, como é necessária “se um homem existe, um animal racional existe” (...) e, de maneira similar, “todo homem pode ser um animal racional” (...); todavia, nenhuma de tais proposições, se afirmativa, meramente de inerência e meramente sobre o presente, é necessária. Assim, “o homem é um animal racional”, bem como “o homem é uma substância composta de corpo e de alma intelectiva” são simplesmente contingentes, e isto porque, se não existisse homem algum, qualquer uma de tais [proposições] seria falsa.”¹⁶

A mera definição afirmativa que diz que o ser humano é um animal dotado de razão ou é um composto de corpo e alma intelectiva seria uma afirmação contingente, que pode ou não ser verdadeira. O que torna necessária, em sentido lógico, a definição, além do que é propriamente dito e expresso na definição, é sua forma hipotética e condicional, ou qualquer outra forma que venha a expressar a definição como uma possibilidade para a coisa definida. Embora possamos ter acesso a significações que descrevem essencialmente as coisas, a única garantia da verdade das expressões dessas definições são suas formas linguísticas.

Ockham não trata da substância com ênfase na divisão em matéria e forma essencial, mas a discute como um composto significado, de modo contingente, por termos gerais. Para ele, como já foi esclarecido, não há uma propriedade essencial universal ou comum descrita pela definição real de algo. O modo essencial ou intrínseco de significar toma um sentido semântico, de “se não falarmos disso [apontando uma pessoa] em termos de animalidade e racionalidade, não estamos falando em ser humano”, e não um sentido metafísico, de “se esta pessoa não tem animalidade e racionalidade, então essa pessoa não é ser humano”. A essencialidade que Ockham acredita não é relativa a eventuais propriedades gerais e comuns existentes nas coisas, mas sim relativa a propriedades individuais essenciais, que são semelhantes em alguns casos (o que não implica nem pressupõe nenhum tipo de similaridade em comum que exista de alguma forma nessas coisas e compartilhada por essas coisas) e a uma relação essencial entre linguagem e mundo, que é gerada por provocação das coisas elas mesmas, em contatos cognitivos relevantes e suficientes¹⁷.

¹⁶ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 200. “(...) aliqua propositio composita ex definitione et definito hypothetica et etiam de possibili vel aequivalens tali sit necessaria, sicut ista est necessaria ‘si homo est, animal rationale est’ (...) et similar ista ‘omnis homo potest esse animal rationale’ (...) tamen nulla propositio talis affirmativa mere de inesse et mere de praesenti est necessaria. Unde ista est simpliciter contingens ‘homo est animal rationale’ sicut ista ‘homo est substantia composita ex corpore et anima intellectiva’, et hoc quia si nullus homo esset, quaelibet talis esset falsa.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap.26, Pg. 91).

¹⁷ Em Ockham não há explicitação de infalibilidade de nosso aparato linguístico-conceitual em descrever o mundo, mas também não há base para tomá-lo como representante de um ceticismo epistemológico.

Enfim, temos quatro sentidos ou modos de significação dos termos linguísticos, onde a significação de um termo pode se dá desde sua aproximação semântica com qualquer palavra diferente dela até a significação que forme proposições verdadeiras ou falsas independentemente do momento de sua expressão. O que há de próprio à capacidade de “significar”, seja em que sentido for, é o poder de levar ao reconhecimento de algo, trazendo esse algo à mente e possibilitando o entendimento dele através desse reconhecimento¹⁸. Isso é uma ação que poderíamos generalizar como própria a todos os signos, apesar de que, se quisermos ser mais rigorosos na aplicação dessa descrição, poderíamos reservá-la apenas aos signos de tipo linguístico, apesar dessa definição de significação poder explicar os signos não linguísticos de maneira relevante. Dentre os sentidos apropriados da significação mostrados acima, podemos fornecer uma expressão finita capaz de informar características que identificam certas coisas no mundo, assegurada sua verdade pelo formato linguístico em que ela for enunciada, ou através de condicionais ou através de algum indicador da modalidade de possibilidade da afirmação. Dada essa exposição sobre o contexto semântico de Ockham, podemos adentrar no tema dos signos mentais.

(Cf. Goddu, *Ockham's philosophy of nature*, Pg. 146 & Adams, *William Ockham*, Pg. 594 e 629).

¹⁸ “(...) for Ockham, strictly speaking, to signify is to bring to mind or make understood.” (Adams. *William Ockham*. Pg. 318).

1.3 – Signos mentais e gramática mental

Ao falarmos na significação linguística, caracterizamos tal propriedade indistintamente dela ter origem convencional ou natural. Contudo, agora veremos maiores detalhes sobre a significação dos signos mentais, que carece de ser vista comparativamente frente aos signos linguísticos convencionais. Enfim, examinaremos, em meio ao âmbito de regulação da linguagem mental como um todo, sua gramática mental, entendida melhor indissociavelmente em conjunto com o funcionamento da gramática convencional.

1.3.1 - Relações entre signos convencionais e signos mentais

Uma primeira pista sobre a caracterização dos signos mentais em Ockham é dada em referência à palavra mental de Agostinho, como um exemplo esclarecedor para o entendimento do termo mental:

“O termo concebido é a intenção ou paixão da alma significando ou co-significando naturalmente algo, capaz de ser parte da proposição mental e de por ela supor. Assim, estes termos concebidos e as proposições compostas por eles são aquelas palavras mentais que Santo Agostinho, no Livro XV do tratado *Sobre a Trindade*, diz não serem de língua alguma, porque permanecem apenas na mente e não podem ser proferidos ao exterior, embora as palavras faladas, como signos subordinados a eles, se pronunciem exteriormente.”¹

Essa explícita exemplificação do termo mental dada através das palavras mentais de Agostinho indica o fato de que os termos mentais se dão em uma linguagem universal, no sentido de não serem de língua particular nenhuma, mas serem próprios a uma linguagem que todo ser humano naturalmente possui. Além disso, sugere que esses signos mentais carecem dos signos linguísticos convencionais, como por exemplo, as palavras faladas, para serem comunicados. Contudo, essas características em comum com Agostinho em relação ao signo mental não nega o fato de que o desenvolvimento de signos de caráter mental que funcionam com propriedades linguísticas é algo

¹ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 119. “Terminus conceptus est intentio seu passio animae aliquid naturaliter significans vel consignificans, nata esse pars propositionis mentalis, et pro eodem nata supponere. Unde isti termini concepti et propositiones ex eis compositae sunt illa verba mentalia quae beatus Augustinus, XV *De Trinitate*, dicit nullius esse linguae, quia tantum in mente manent et exterius proferri non possunt, quamvis voces tanquam signa subordinata eis pronuntientur exterius.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 1, Pg. 5).

realizado explicitamente apenas por Ockham. Tal referência quer apenas salientar sua fonte de inspiração, e faz com que Agostinho seja um antecedente propriamente dito dos signos mentais, tal como são elaborados por Ockham.

A semelhança entre a definição de signo descrita por Agostinho e um dos tipos de signos concebidos por Ockham, o signo natural representativo, como já vimos, não é suficiente para estabelecer maiores ligações entre as palavras mentais de Agostinho e os signos mentais em questão. Ockham não dá muita importância ao signo natural representativo, que é o tipo de signo sustentado por Agostinho, e o signo mental, apesar de ser considerado de origem natural, apresenta o diferencial de ter utilidade linguística em sua significação, diferentemente do tipo de signo agostiniano que vimos anteriormente. A diferença principal entre Ockham e Agostinho a respeito dos signos mentais, portanto, é a de que a palavra que, para Agostinho, existe na mente não tem um funcionamento como um signo linguístico, nem mesmo como um signo em sentido próprio².

Para Agostinho, as palavras convencionais, tanto escritas quanto faladas, apesar de subordinadas às supostas palavras mentais, adquirem seu poder de significação ao se relacionarem com imagens mentais que significam algo, e não ao se relacionarem com a significação de palavras mentais:

“Se, porém, somos indagados, não sobre as coisas adiante presentes, mas sobre as que percebemos outrora, ao responder, não fazemos referência às mesmas, mas às imagens por elas gravadas e escritas na memória (...). Mas estes são documentos válidos só para nós, pois quem nos ouve, se as percebeu ou as presenciou, não as aprende por meio de minhas palavras, mas as reconhece mediante as imagens que também levou consigo (...).”³

² A noção de *verbum* evolui em Agostinho, basicamente através de três períodos distinguíveis dentre as obras dele, ao ponto de se desenvolver como uma explicação para a estrutura de pensamento humano, numa composição em três elementos básicos que o faz ser entendido através de um modelo próprio à ordem divina. Contudo, esse *verbum mentale* não é elaborado através de um funcionamento linguístico, nem signico em geral: “Le verbe mental, au demeurant (...) n’est jamais considéré par Augustin comme étant composé de signes. Il est, au contraire, « antérieur à tous les signes » et signifié par la parole extérieure. Conformément à la célèbre définition du *De doctrina christiana* – présente d’ailleurs dès le *De dialectica* –, le signe pour Augustin est toujours quelque chose de *sensible*, faisant venir à l’esprit autre chose que soi-même. L’ordre spirituel auquel appartient le *verbum cordis* n’est pas celui du *signum* au sens propre.” (Panaccio, *Le discours intérieur*, Pg. 118).

³ “Cum vero non de his, quae coram sentimus, sed de his, quae aliquando sensimus, quaeritur, non iam res ipsas, sed imagines ab eis impressas memoriaeque mandatas loquimur (...). Sed nobis sunt ista documenta; is enim, qui audit, si ea sensit atque adfuit, non discit meis verbis, sed recognoscit ablati secum et ipse imaginibus (...).” (Agostinho, *De Magistro*, Cap. 12, 39)

A “palavra mental” de Agostinho detém um aspecto funcional próximo ao de uma imagem mental interior imaginada ou rememorada⁴. Para Agostinho: “Tal palavra interior é totalmente semelhante à coisa conhecida, da qual nasce a imagem, pois a visão do que penso é gerado pela visão do que sei.”⁵. Não que, a princípio, tais palavras não pudessem ser compostas em meio a uma estrutura sintática, contudo, a funcionalidade que advém às imagens mentais de Agostinho é a de semelhança. A atribuição de que essas imagens mentais sejam palavras de caráter mental, pode ser entendida antes como uma metáfora, que indica o caráter análogo destas imagens mentais com palavras faladas que significam coisas. As palavras convencionais em Agostinho se subordinam em sua significação às imagens mentais, que podem até ser consideradas inapropriadamente como signos, mas que não funcionam propriamente como signos linguísticos. O fato de que as imagens mentais não sejam de língua nenhuma, para Agostinho, não implica dizer que haja realmente uma linguagem mental específica com propriedades linguísticas sobre essas expressões, ou sobre essas imagens⁶.

Em Ockham, as palavras convencionais também se subordinam a termos mentais. Contudo, como tais termos têm uma funcionalidade diferente em relação a Agostinho, sua explicação sobre essa subordinação é delineada com diferenças importantes. No seguinte trecho, que continua a passagem sobre as palavras mentais de Agostinho, Ockham fala sobre tal tipo de subordinação:

“(…) as palavras faladas são signos subordinados aos conceitos ou intenções da alma, não porque, tomando propriamente o vocábulo ‘signos’, as palavras faladas sempre signifiquem primeiro e propriamente os conceitos da alma, mas porque as palavras faladas se impõem para significar aquilo que é significado pelo conceito da mente, de tal sorte que, em primeiro lugar, o conceito significa naturalmente algo e, secundariamente, a palavra falada aquilo mesmo (...)”⁷

⁴ Cf. Panaccio, *Le discours intérieur*, Pg. 115.

⁵ “Tunc enim est uerbum simillimum rei notae, de qua gignitur et imago eius quoniam de uisione scientiae uisio cogitationis exoritur (...)” (Agostinho, *De trinitate*, XV, 12, 22a).

⁶ O fato de Agostinho não desenvolver uma gramática mental não implica que, a princípio, não poderia haver a existência de palavras mentais naturais com propriedades semânticas em um sentido linguístico: “La structuration logico-syntaxique, certes, n’est pas exclue en principe du verbe mental, mais elle est passée sous silence.” (Panaccio, *Le discours intérieur*, Pg. 118).

⁷ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 119. “(...) voces esse signa subordinata conceptibus seu intentionibus animae, non quia proprie accipiendo hoc uocabulum ‘signa’ ipsae voces semper significant ipsos conceptus animae primo et proprie, sed quia voces imponuntur ad significandum illa eadem quae per conceptus mentis significantur, ita quod conceptus primo naturaliter significat aliquid et secundario uox significat illud idem (...)” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 1, Pg. 5 e 6).

O objeto de significação das palavras convencionais não são os termos mentais, pois quando tais palavras convencionais significam algo, elas significam referindo-se a esse algo diretamente. A subordinação está na origem da capacidade de significação dessas palavras convencionais. As palavras faladas obtêm seu poder de significação e de referirem-se a algo através da subordinação a um termo mental, significando e referindo-se àquilo que o termo mental significa e se refere naturalmente. Uma vez estabelecida a significação mental, podemos então impor e estabelecer a significação dos signos convencionais, que se subordinam a ela, nesse sentido, àquela significação básica dos signos mentais.

A subordinação das palavras convencionais aos signos mentais, ou a imposição (*impositio*), pode ocorrer de duas formas distintas: os signos convencionais podem ser de primeira imposição ou de segunda imposição. Esses tipos de imposição se definem, basicamente, um em relação ao outro, de modo que não dá para saber como um é sem saber como o outro é. Os signos convencionais de primeira imposição, por exemplo, são aqueles que não são como os signos de segunda imposição: “(...) os que não são nomes de segunda imposição, nem de um modo, nem de outro, chamam-se nomes de primeira imposição.”⁸. Essas imposições são subdivididas em estrita e ampla⁹. Para os nomes de primeira imposição, por exemplo, numa acepção ampla, cabem chamar de primeira imposição os termos sincategoremáticos, visto que eles não são como nomes de segunda imposição, mas numa acepção estrita, cabem apenas chamar de primeira imposição os termos categoremáticos. Essa imposição é o estabelecimento do vocabulário convencional em geral, pois são todos esses signos “nomes de coisas”.

Os nomes de segunda imposição, por sua vez, são aqueles que são elaborados para significar, de modo geral, nomes de primeira imposição: “Os nomes de segunda imposição são nomes impostos para significar signos instituídos convencionalmente e

⁸ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 151. “(...) quae scilicet non sunt nomina secundae impositionis nec uno modo nec alio, vocantur nomina primae impositionis.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 11, Pg. 40 e 41).

⁹ “Os nomes de primeira imposição podem, entretanto, ser tomados de duas maneiras, a saber: amplamente, e assim todos os nomes, que não são nomes de segunda imposição, são nomes de primeira imposição. E assim são nomes de primeira imposição os signos sincategoremáticos, (...). Podem, diferentemente, ser tomados estritamente, e então somente os nomes categoremáticos que não são nomes de segunda imposição chamam-se nomes de primeira imposição (...).” (Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 151). “Verumtamen nomen primae impositionis dupliciter accipi potest, scilicet large, et sic omnia nomina quae sunt nomina secundae impositionis sunt nomina primae impositionis. Et sic talia signa syncategorematica (...) sunt nomina primae impositionis. Aliter potest accipi scribe, et tunc sola nomina categorematica, quae non sunt nomina secundae impositionis, vocantur nomina primae impositionis (...).” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 11, Pg. 41).

aquilo que acompanha tais signos, mas somente enquanto signos.”¹⁰ Nesse sentido, tais nomes existem principalmente para classificar e ordenar gramaticalmente as palavras convencionais que existem. Esses signos de segunda imposição são então “nomes de nomes”. A própria definição nominal, como já vimos, é feita em grande medida através do uso de certos termos de segunda imposição, principalmente a definição daqueles termos que não sejam categoremáticos. Essa imposição pode ser entendida em sentido amplo ou em sentido estrito também, tomando como parâmetro o fato de o nome de segunda imposição poder significar indistintamente também os correspondentes mentais, ou significar apenas nomes convencionais que não têm correspondentes mentais, como o são os casos do nome “conjugação”, que não tem correspondente mental¹¹.

De modo semelhante a essa classificação exclusiva dos signos convencionais, que se baseia na maneira e no propósito em que são realizadas as imposições de suas significações, classifica-se também os signos mentais pressupostos na imposição, de acordo com a ordem de sua intenção (*intentio*). Assim, os signos mentais podem ser de primeira intenção ou de segunda intenção. Tais classificações do termo mental são dadas também indissociavelmente uma em relação à outra. Os nomes mentais de primeira intenção, que seriam nomes que significam uma pluralidade de coisas singulares e concretas, são estabelecidos negativamente em relação aos termos de segunda intenção: “Chamam-se nomes de primeira intenção todos aqueles nomes que não os já mencionados, a saber: os que significam algumas coisas que não são signos, nem acompanham tais signos (...)”¹².

Esses tipos de nomes são também classificados de acordo com sua amplitude de aplicação, em sentido estrito ou amplo, na medida em que abrangem apenas os categoremáticos ou também abarcam os termos sincategoremáticos. Apesar de existirem termos sincategoremáticos mentais, que formam a estrutura do pensamento, a rigor apenas os termos categoremáticos mentais são termos de primeira intenção, gerados no contato direto com os objetos que são significados por eles. Essa distinção é crucial na explicação dos signos mentais. Uma coisa é a estrutura que mantém a linguagem

¹⁰ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 150. “Nomina secundae impositionis sunt nomina imposita ad significandum signa ad placitum instituta et illa quae consequuntur talia signa, sed non nisi dum sunt signa.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 11, Pg. 39 e 40).

¹¹ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 11, Pg. 151.

¹² Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 152. “(...) Nomina autem primae intentionis vocantur omnia alia nomina a praedictis, quae videlicet significant aliquas res quae non sunt signa, nec consequentia talia signa (...)” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 11, Pg. 41).

mental, que é algo presente estruturalmente no aparato mental humano, outra coisa são os conteúdos articulados por essa gramática mental, que variam de pessoa para pessoa, e são universais, em grande medida, apenas funcionalmente¹³.

Os signos de segunda intenção, em continuação, são aqueles que significam os de primeira intenção, em um sentido de serem como categorias lógicas, com a função de organizar e classificar os diversos tipos de termos mentais de primeira intenção existentes, sendo esses termos de segunda intenção signos que são “nomes de conceitos”:

“Chamam-se nomes de segunda intenção aqueles nomes que são impostos exclusivamente para significar as intenções da alma (...)” – “A segunda intenção (...) é aquela que é o signo de tais primeiras intenções tais como “gênero”, “espécie”, etc.”¹⁴

Nesses trechos ficam sugeridos também que os próprios termos convencionais podem ser analisados a partir do tipo de intenção de seus termos mentais correspondentes. De modo geral, como já foi mencionado, a explicação da origem da propriedade de significação nas linguagens convencionais é dada em associação a conceitos, ou termos mentais, por meio de uma imposição ou convenção. Contudo, de onde surge a capacidade de significação desses signos mentais? A princípio, eles são originados na presença dos objetos significados por eles, que são vistos como as causas da significação desses conceitos ou termos mentais em um sujeito com uma estrutura cognitiva relevante. O resultado disso é a origem de termos de primeira intenção. Toda a fonte da significação em Ockham provém, portanto, através de relações causais, onde a coisa recorrentemente significada pelos conceitos ou signos mentais é considerada a *causa* da produção de algo na mente, que fornece subsídios para a intencionalidade básica presente no funcionamento do signo mental enquanto um signo daquela coisa¹⁵. E dessa forma também fica estabelecida a referência básica do termo mental, enquanto termo em sentido lógico.

Ockham precisa de uma fonte confiável para a explicação da significação, que é o que sustenta a noção de universalidade nominalista dele e o permite rejeitar entidades

¹³ Voltaremos a falar na gramática mental mais adiante.

¹⁴ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 151 & 155. “Nomina secundae intentionis vocantur illa nomina quae praecipe imposita sunt ad significandum intentiones animae (...)” – “Intentio autem secunda est illa quae est signum talium intentionum primarum, cuiusmodi sunt tales intentiones ‘genus’, ‘species’ et huiusmodi...” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 11 e 12, Pg. 41 e 45).

¹⁵ Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 495, 496, 525, 526 e 550.

abstratas de natureza comum sem assim comprometer a funcionalidade geral dos universais. O que Ockham defende, para isso, é a capacidade de se decompor conhecimentos mais complexos em conhecimentos mais simples, através de um caminho de explicação, para mostrá-los conectados de alguma forma ao objeto julgado como conhecido¹⁶.

A principal divisão dos mecanismos de conhecimento é dada com base nessa noção dual, de conhecimento incompleto e complexo¹⁷. O conhecimento incompleto é aquele que pode ser apenas apreendido, mas não julgado em verdadeiro ou falso. E o conhecimento complexo é aquele que pode ser tanto apreendido como pode ser julgado. O conhecimento incompleto, ou simples, refere-se a dois tipos de apreensão: a de um objeto (sejam indivíduos, sejam conceitos), ou a de uma proposição (ou um complexo entre conceitos e/ou indivíduos)¹⁸. Os atos de apreensão de objetos são ainda ou atos intuitivos ou abstrativos¹⁹. O conhecimento intuitivo, que pode ser sensitivo ou intelectual, leva em conta apenas verdades contingentes sobre o objeto, ao passo que o conhecimento abstrativo vai além das verdades contingentes, ignorando se o objeto existe ou não, ou qualquer outra consideração contingente sobre esse objeto²⁰.

Dado que o conhecimento mais básico é o incompleto e intuitivo, é por esse tipo de conhecimento, considerado em geral como uma atividade de percepção sensível²¹, que todos os outros são, a princípio, motivados e iniciados. Dessa forma, a origem dos conceitos mais gerais, que podem ser considerados como conhecimento abstrativo sobre as coisas – em um sentido geral –, ou como conhecimento complexo delas, se dá com base na intuição²². Tal conhecimento intuitivo não carece de nenhum conceito em

¹⁶ Tal posição é de caráter eminentemente subjacente ao modo de abordagem de Ockham sobre o tema em geral. O próprio processo de origem dos conceitos mais gerais, por abstrações motivadas intuitivamente, não recebe tanto detalhamento por parte de Ockham: “Just how is this abstraction accomplished? Ockham does not say in much detail. Indeed, he shows much more interest in what and how such abstract general concepts signify and what their ontological status is, than in the psychological mechanisms by which they are produced.” (Adams, *William Ockham*, Pg. 526)

¹⁷ Ou mais propriamente de atos cognitivos de apreensão e de julgamento, inerentes a uma alma racional. (Cf. Karger, *Ockham’s misunderstood theory of intuitive and abstractive cognition*, Pg. 205).

¹⁸ “Intellective acts of cognition are of two very different kinds. Some are acts of apprehension of an object, which may be an individual thing, or a general concept, or a certain complex object formed of individuals, concepts, or both, and that is a mental sentence.” (Karger, *Ockham’s misunderstood theory of intuitive and abstractive cognition*, Pg. 206).

¹⁹ “Acts of intuitive and acts of abstractive cognition are acts of apprehension of objects of the same type, for they are all acts of apprehension of an individual. They are *not*, however, acts of the same kind.” (Karger, *Ockham’s misunderstood theory of intuitive and abstractive cognition*, Pg. 206) & Cf. Ockham, Prólogo de *Ordinatio* [Os Pensadores], Pg. 350.

²⁰ Cf. Ockham, Prólogo de *Ordinatio* [Os Pensadores], Pg. 350.

²¹ Cf. Karger, *Ockham’s misunderstood theory of intuitive and abstractive cognition*, Pg. 217.

²² Cf. Ockham, Prólogo de *Ordinatio* [Os Pensadores], Pg. 351.

particular prévio a ele. Ao contrário, é a partir da intuição que se pode gerar conceitos gerais, porém, é preciso que tal intuição seja recebida por alguém que possua estrutura mental adequada – uma gramática mental – que pode ser considerada o único pré-requisito para essa capacidade de intuições do ser humano. Assim, a intuição é uma relação causal estabelecida naturalmente entre a coisa conhecida e o sujeito dotado de um aparato cognitivo estrutural relevante, onde o resultado é o impulso de criação de conceitos simples sobre essa coisa que são base para maiores abstrações. Essa origem natural é a base não apenas da explicação epistemológica para as complicações do nominalismo, mas é também a base para a semântica da linguagem mental de Ockham. Isso mostra que essa explicação de como são originados os conceitos, apesar de poder ser posta em dúvida sem muita dificuldade, deve receber uma considerável dose de confiança por parte de Ockham²³.

A universalidade dos conceitos é explicada pelo poder significativo desses termos, ou seja, pela capacidade deles serem signos de muitas coisas simultaneamente, como já vimos. A garantia de que tais conceitos universais informam de forma relevante como são as coisas referidas por eles se dá com base nessa relação primeira e direta entre uma coisa e nossos atos de apreensão dessa coisa, que levam a formar nossos conceitos. Para Ockham, as coisas são causas e os conceitos são efeitos gerados a partir dessas causas, numa gradação abstrativa conduzida por nosso intelecto, gerando o conhecimento mais complexo a partir dos mais simples.

Os conceitos ou termos de primeira intenção são os mais específicos a respeito das coisas intuídas, e se referem diretamente a essas coisas. Por exemplo, um primeiro conceito de cavalo é gerado com um contato cognitivo entre um sujeito cognoscente que capta sensivelmente a presença de um cavalo. Assim, com um primeiro contato frente a um cavalo, é possível gerar um tipo de conceito específico daquele indivíduo, que não é capaz ainda de informar características essenciais da coisa²⁴. Conceitos mais gerais,

²³ Ao menos há muitos motivos para Ockham não ser considerado um cético epistemológico. (Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 628 e 629).

²⁴ Algo como um conceito “deste cavalo aqui”, que nos capacita a entender de um modo mais básico possível esse cavalo singular, sem, contudo, ser um conceito que veicule propriedades essenciais da coisa, nem ser um conceito exigido para que possamos perceber esse algo singular, como indicado a seguir: “For purposes of this chapter, I will take perception in this way: To perceive an object such as a cup visually, at least three things are necessary. First, a person who visually perceives a cup needs to receive visually information about the cup; that is, she needs to be in epistemic contact with the cup through the medium of vision. Second, that visually gained information needs to be consciously available to her. And finally, by means of that visually gained information, she needs to recognize what she is seeing *as* a cup. (...) Ockham therefore would not accept the description of perception I gave at the outset of this chapter. On his view, it will be enough for perception if a person has perceptual information of an extramental

como o de espécie e o de gênero, carecem de sucessivos contatos com diferentes objetos da mesma espécie e de mesmos gêneros. Enfim, a geração de um termo mental de primeira intenção carece, a princípio, da observação de apenas um objeto, para que seja elaborado um conceito desse objeto. Já o surgimento de termos mentais de segunda intenção, ou intenções de ordem superior, é preciso mais do que apenas uma observação isolada sobre um objeto qualquer.

Isso mostra que os conceitos mais gerais e abstratos nunca são gerados com apenas uma única experiência isolada e primordial das coisas. Apesar de não haver estritamente uma correspondência entre os universais e algo na realidade, pois os universais são gerais na medida em que significam muitas coisas simultaneamente, as espécies, os gêneros, etc., conseguem ter garantia na informação que passam sobre as coisas que eles significam, já que eles foram originados a partir de uma motivação direta provinda dessas coisas. A definição real das coisas, que diz o que as coisas são, por exemplo, é feita através de certos termos de segunda intenção, e não através de conceitos muito específicos de primeira intenção, tendo a garantia de significarem de modo relevante e essencial aquilo que é significado.

Todo o processo de geração do conhecimento é bastante importante no entendimento da semântica de Ockham. Contudo os detalhes, que certamente podem gerar muitas dúvidas e discussões, não serão esmiuçados neste trabalho. Grosso modo, é com base nesse poder de intuir e de evidenciar o conhecimento humano que Ockham fundamenta, a princípio, a segurança da fonte e do poder de significação dos signos mentais.

Feito um esboço de como se origina o signo mental, e como sua significação pode nortear diversos modos de imposição de palavras convencionais, permanece não dito qual é a constituição do signo mental em meio a todo esse processo. Ao vermos que os objetos da intuição sensível causam certo efeito na mente humana, e é essa relação de causalidade que sustenta a significação natural dos signos mentais, fica a dúvida do que seja especificamente esse conteúdo intencional obtido na mente a partir do objeto intuído.

material object and that information is consciously available to her; she need not also know *what* it is that she sees. (...) Responding to the objector's claim that a thing cannot be distinctly cognized unless the intellect also grasps the universal that is the substantial form of that thing, he says that "the distinct knowledge of a singular does not necessarily require distinct knowledge of any universal". And he ends this question by saying that "a thing can be distinctly cognized without [the cognition of] its defining characteristic." (Stump, *The mechanisms of cognition: Ockham on mediating species*, Pg. 169, 191 e 192).

Ockham tem várias sugestões para esse assunto, contudo, acreditando em seu método de parcimônia, ele adota o seguinte:

“O que é, porém, o que na alma é tal signo? (...) Alguns dizem que não é senão uma ficção forjada pela alma. Outros, que é certa qualidade subjetivamente existente na alma, distinta do ato de inteligir. Outros dizem que é um ato de inteligir. (...) Não é preciso, portanto, admitir algo além do ato de inteligir.”²⁵

Aqui estão apresentadas três hipóteses de explicação para o que seja o signo mental, onde a primeira sugestão é o *fictum*, onde o signo mental seria um tipo de objeto intencional, algo de natureza ficcional e imaginativa, com a utilidade de subsidiar o poder de significação mental. A segunda sugestão é a que diz respeito à qualidade subjetiva inerente à alma (*habitus*), algo que teria uma natureza tal como a descrita pela categoria da qualidade, que prestaria os serviços à significação mental. E a última sugestão é a de que a própria ação de se pensar em algo é o signo mental desse algo. Ockham trabalha, ao longo de seu desenvolvimento intelectual, todas essas possibilidades. A sua opinião final sobre o assunto é a de assumir apenas o ato mental como elemento mais representativo sobre a natureza do conceito, ou signo mental, na mente²⁶. Segundo sua versão final, o fato de o próprio ato de pensamento identificar-se com o signo mental basta para sustentar a funcionalidade do signo mental.

Contudo, a rigor, não há como reduzir a funcionalidade do signo mental à pura ação de pensamento, dispensando toda e qualquer noção de potência anterior a essas ações. A afirmação de que o signo mental é ato de pensamento serve para estabelecer, portanto, uma questão de perspectiva. O signo mental é prioritariamente um ato, e deve ser entendido através dessa ênfase. Porém, ele não perde seu poder significativo na pausa do pensamento. Ele a mantém em certo tipo de potência, como um conhecimento habitual passível de rememoração. Essa característica é análoga àquela característica dos signos linguísticos em geral não necessitarem de ser apreendidos para significarem, do qual falamos ao início. O que ele informa com essa identificação é simplesmente que não é necessário considerar algo em específico que exista na mente humana como um tipo de anteparo material para o exercício da funcionalidade da significação mental. O

²⁵ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 153 e 154. “Sed quid est illud in anima quod est tale signum? (...) Aliqui dicunt quod non est nisi quoddam fictum per animam. Alii, quod est quod est quaedam qualitas subjective existens in anima, distincta ab actu intelligendi. Alii dicunt quod est actus intelligendi. Igitur praeter actum intelligendi non oportet aliquid aliud ponere.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 12, Pg. 43 e 44).

²⁶ Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 73 e 74, nota 9 e 10.

que basta para caracterização material do funcionamento do signo mental é um ato mental, que é um acidente existente no âmbito mental.

1.3.2 – Relações entre gramática convencional e gramática mental

A linguagem mental se mostra como algo que tem participação central na capacidade de entendimento humano. Ela é constituída estruturalmente através de signos sincategoremáticos que têm determinadas regras de uso pressupostas – regras sintáticas que são conduzidas pela semântica, ou seja, dirigidas pela capacidade de fazer diferença na interação entre a expressão mental e o mundo expresso –, e tal estrutura de pensamento é algo presente em todos os seres humanos¹, no sentido de que são habilidades semelhantes a todos os seres capazes de pensar, ou de que se algo for considerado humano, tem que ser considerado com habilidades conceituais.

Os conteúdos cognitivos, ou conceitos, expressos através dessa estrutura são termos categoremáticos mentais, que diferentemente da estrutura mental, não possuem maiores semelhanças entre as pessoas, mas dependem do histórico de relações causais de cada indivíduo em particular. Em cada relação causal, em que é gerada a significação natural dos conceitos para cada pessoa, são estabelecidos os sentidos básicos e todas as referências desses termos mentais. A variedade de sentido e de referência, para além daquele básico presente na significação natural e daquelas incluídas na propriedade de suposição presente também nesses termos mentais, é dada através dos usos impróprios e demais apropriações ou confusões da linguagem convencional.

Para entender a linguagem mental, é preciso compreender suas relações com as linguagens convencionais. Em primeiro lugar, a própria existência de um conjunto de regras gramaticais de caráter mental não é algo óbvio por si só, e Ockham a postula em vista da capacidade de explicação sobre o cerne funcional da gramática convencional. Na seguinte passagem, ele fala da existência da linguagem mental e dá amostras de algumas características dela em relação às linguagens convencionais:

“E que seja preciso admitir tais nomes mentais, verbos, advérbios, conjunções e preposições se é convencido pelo fato de que a toda oração falada corresponde outra mental na mente, e, por isso, assim como aquelas partes da proposição falada impostas em razão da necessidade de significação são distintas, assim correspondentemente as partes da proposição mental são distintas. Pelo que, assim como os nomes falados, os verbos, os advérbios, as conjunções e as preposições são necessários às diversas proposições e orações faladas, de tal modo que é impossível exprimir somente por nomes e verbos tudo o que pode ser expresso por aquelas e por outras partes, assim

¹ “Although it is not a public medium of communication, mental language is potentially common to all.” (Panaccio, *Semantics and mental language*, Pg. 53).

também partes distintas inteiramente similares são necessárias às proposições mentais.”²

A afirmação sobre a existência de uma linguagem mental se baseia no fato de toda oração ter como correspondente uma oração mental equivalente. Assim, na medida em que existe uma linguagem falada, e uma escrita, existe também uma que é de caráter mental. Tal linguagem mental é, portanto, uma estrutura gramatical existente em todos os seres humanos que, apesar de ser constatada a partir dos elementos das linguagens convencionais, ela é que antecede toda expressão falada e escrita, e possibilita todo o entendimento pertinente a tais linguagens. Ou seja, o poder de regulação da gramática convencional é derivado daquele que funciona mentalmente³.

Analogamente ao fato de os signos da linguagem mental não se pronunciarem exteriormente e assim se fazer necessário a imposição de certos sons como signos para se cumprir uma função semelhante a dos termos mentais, a gramática convencional é gerada com o impulso básico da necessidade de tentar espelhar a funcionalidade da gramática mental, e assim não apenas rege estruturalmente as relações dos signos convencionais, mas também se dispõe à comunicação.

Assim, a cada tipo de signo linguístico, convencional ou mental, corresponde um tipo de linguagem diferente, e tais linguagens, que são conjuntos de relações e regras semântico-sintáticas que regem a aplicação de tais signos, têm participação crucial na tarefa de tornar esses signos linguísticos inteligíveis. Apesar de o signo linguístico mostrar sua capacidade de significação mesmo quando apresentado isoladamente, e de ter essa significação originada com base apenas no contato com a coisa significada, esse contexto de regras gramaticais é necessário para o uso apropriado da significação dos termos e para que tais signos fiquem estabelecidos como sendo especificamente linguísticos. Falar sobre a significação implica não apenas em mostrar o mecanismo de surgimento e funcionamento dos signos, mas também em indicar a gramática que rege tais signos. Assim, podemos considerar que os signos mentais em conjunto com o contexto gramatical de sua linguagem mental é o que explica fundamentalmente o fato

² Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 125. “Sed quod oporteat ponere talia nomina mentalia et verba et adverbia et coniunctiones et praepositiones ex hoc convincitur quod omni orationi vocali correspondet alia mentalis in mente, et ideo sicut illae partes propositionis vocalis quae sunt propter necessitatem significationis impositae sunt distinctae, sic partes propositionis mentalis correspondentes sunt distinctae. Propter quod sicut nomina vocalia et verba et adverbia et coniunctiones et praepositiones sunt necessariae diversis propositionibus et orationibus vocalibus, ita quod impossibile est omnia exprimere per nomina et verba solum quae possunt per illa et alias partes exprimi, sic etiam distinctae partes consimiles sunt necessariae mentalibus propositionibus.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 3, Pg. 13).

³ Cf. Adams, *William Ockham*, Pg. 73.

das linguagens convencionais terem a significação que têm, e todo fenômeno possível de significação linguística.

A imposição de signos convencionais em razão da necessidade de significação é antes uma imposição em virtude da necessidade de comunicação da significação primária de nossa conceituação mental. E, apesar de essa ser considerada a principal motivação para se estabelecer a significação de certos signos convencionais, ela não esgota os meios de imposição dos signos convencionais, havendo meios de imposições que não são regidos pela necessidade de significação.

Na comparação entre a linguagem convencional e a linguagem mental, precisamos levar em conta certos fenômenos que ocorrem na linguagem convencional, mas que são dispensáveis na linguagem mental. Portanto, podem ser assumidos como inexistentes nela. Pois, apesar de a gramática mental ser ontologicamente anterior às gramáticas convencionais, são essas últimas que podemos colocar em discussão e evidenciar seus elementos de modo mais evidente. Na sugestão de Ockham existe um perfil próprio da linguagem mental, com suas características próprias e anteriores às características das linguagens convencionais. Contudo, só podemos tematizar sobre os elementos de nossa linguagem mental a partir de representações dela, dessa linguagem mental, realizadas através do uso das linguagens convencionais. Toda análise da gramática mental deve ser feita através de comparação com elementos que podemos tomar como análogos à linguagem convencional.

Dessa forma, para se verificar os elementos constituintes da gramática mental, segundo a orientação ockhamiana, basta se considerar os tipos de imposição em meio à gramática convencional que estão além do critério da necessidade de significação, ou de comunicação, destacando-se quais critérios regem essa imposição, a fim de eliminá-las como supérfluas na gramática mental, se for o caso.

Um tipo de imposição que transgrede a necessidade da significação é justamente a imposição de termos convencionais em virtude do embelezamento do discurso, onde não há termos mentais correspondentes. Desse exemplo, vemos surgir o fenômeno da sinonímia como um critério central de comparação entre esses diferentes tipos de linguagem que temos em consideração:

“(…) assim como entre os nomes sinônimos a multiplicação não foi inventada pela necessidade da significação, mas pelo ornato do discurso ou por outra causa acidental similar, porque o que quer que possa ser significado por todos os sinônimos pode ser expresso suficientemente por um deles, e, por isso, a

multiplicidade dos conceitos não corresponde a tal pluralidade dos sinônimos (...).”⁴

A existência de termos sinônimos, dessa forma, nos permite saber que tais termos se reduzem a um único termo na linguagem mental, pois os termos sinônimos são aqueles que significam exatamente a mesma coisa independentemente de seus modos de significação, segundo a definição de sinonímia dada por Ockham:

“(...) chamam-se sinônimos àqueles [nomes] que simplesmente significam o mesmo em todos os modos, de tal maneira que nada em algum modo é significado por um que não seja no mesmo modo significado pelos demais, embora nem todos os utentes creiam que significam o mesmo, mas, enganados, julguem que algo é significado por um que não seja significado pelos demais (...).”⁵

A opinião de que a sinonímia é algo supérfluo em relação ao critério da necessidade de significação é uma exigência de seu método de parcimônia, em conjunto com um otimismo frente ao mecanismo de referência dos termos, onde todos os sinônimos de fato significam objetivamente uma só e mesma coisa. Na sinonímia, portanto, na medida em que os termos sinônimos se referem todos à *mesma coisa*, basta a existência de apenas um dos termos na linguagem mental para que fique estabelecido um entendimento relevante.

Da mesma forma que existem palavras supérfluas nas linguagens convencionais, que não correspondem a nenhum conceito na linguagem mental, nem todas as regras e categorias gramaticais das linguagens convencionais existem na linguagem mental, mas apenas aquelas que são estritamente necessárias. Assim, a comparação entre a linguagem mental e a convencional deve ser baseada no critério da necessidade de significação. Contudo, essa comparação não tem uma regra simples – como a da sinonímia para os signos mentais – que oriente sobre o que seja realmente necessário na gramática mental.

⁴ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 123. “Propter quod sicut nominum synonymorum multiplicatio non est propter necessitatem significationis inventa, sed propter ornatum sermonis vel aliam causam consimilem accidentalem, quia quidquid per omnia synonyma significatur posset per unum illorum exprimi sufficienter, et ideo multitudo conceptuum tali pluralitati synonymorum non correspondet (...).” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 3, Pg. 10).

⁵ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 130. “(...) dicuntur illa synonyma quae simpliciter idem significant omnibus modis, ita quod nihil aliquo modo significatur per unum quin eodem modo significetur per reliquum, quamvis non omnes utentes credant ipsa idem significare, sed decepti aestiment aliquid significari per unum quod non significatur per reliquum (...).” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 6, Pg. 19).

Por exemplo, na constituição particular da linguagem mental, as flexões substantivas que seriam pertinentes, seriam apenas as seguintes: “Os acidentes comuns aos nomes falados e mentais são o caso e o número.”⁶ Ou seja, o caso e o número são classificações gramaticais que se aplicam às palavras mentais, havendo assim o nominativo, genitivo, etc., e o plural na linguagem mental. Contudo, as flexões substantivas que não seriam pertinentes à linguagem mental seriam: “Os acidentes próprios aos nomes falados e escritos são o gênero e a figura. Com efeito, tais acidentes não convêm aos nomes por necessidade de significação.”⁷

Outro exemplo de um item gramatical dispensável na linguagem mental é o gênero. Dessa maneira, a rigor, nós não pensaríamos em termos de gênero, feminino e masculino, mas tal distinção seria própria às linguagens convencionais apenas. O trecho em que ele explica isso é o seguinte:

“Pelo que já foi dito, um espírito atento pode concluir com evidência que, embora algumas vezes uma proposição possa ser verificada e outra falsificada pela mera variação dos acidentes dos termos, a saber: caso, número e comparação, mas devido à coisa significada, isto nunca acontece em razão do gênero e da figura. (...) É preciso, porém, certamente considerar de que número ou caso é o sujeito ou o predicado para saber se a proposição é verdadeira ou falsa.”⁸

Há reduções não apenas quanto às classificações ou flexões nominais pertinentes à linguagem mental, mas também às classificações verbais. As classificações de verbo que seriam pertinentes à linguagem mental seriam as seguintes:

“(...) algo inteiramente similar deve ser dito aos acidentes dos verbos. Os comuns são o modo, a voz, o número, o tempo e a pessoa. (...) Na mente, não há, entretanto, senão três vozes, pois os [verbos] falados depoentes e comuns não são inventados em razão de necessidade de significação (...)”⁹

⁶ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 123. “Accidentia communia nominibus vocalibus et mentalibus sunt casus et numerus.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 3, Pg. 11).

⁷ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 123 e 124 – “Figura” não tem a ver com figura estilística, mas sim com “configuração” ou “forma”: como nos exemplos dos termos: “sábio” e “sabedoria”, “branco” e “brancura”, que são a mesma coisa na linguagem mental, mas têm distinções de figura na linguagem convencional. “Accidentia autem propria nominibus vocalibus et scriptis sunt genus et figura. Talia enim accidentia nominibus propter necessitatem significationis non conveniunt.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 3, Pg. 11).

⁸ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 124. “Per praedicta autem potest studiosus evidenter perpendere quod quamvis aliquando ex sola variatione accidentium terminorum, scilicet casus, numeri et comparisonis, propter tamen rem significatam, potest propositio una verificari et alia falsificari, hoc tamen numquam accidit propter genus et figura. (...) Sed certe, cuius numeri vel casus sit subiectum vel praedicatum, ad sciendum an propositio sit vera vel falsa oportet aspicere.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 3, Pg. 12).

⁹ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 124 e 125. “(...) consimiliter de verborum accidentibus est dicendum. (...) Verumtamen in mente non sunt nisi tria genera, nam deponentia et communia vocalia non sunt propter necessitatem significationis inventa (...)” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 3, Pg. 12 e 13).

As categorias de modo, voz (que são apenas três), número, tempo e pessoa verbais existem na gramática mental. Já as conjugações descartadas da linguagem mental seriam a conjugação e a figura: “Os acidentes próprios aos verbos instituídos são a conjugação e a figura. Por vezes, todavia, verbos de diferentes conjugações podem ser sinônimos e, de maneira similar, verbos de diferentes figuras.”¹⁰

Todas essas reduções sugeridas sobre a gramática mental se baseiam no fato de que a ela só podem corresponder elementos análogos à gramática mental que puderem ser evidenciados como tendo sido inventados por necessidade de expressão. De fato, Ockham atribui à gramática mental um funcionamento destituído de falhas e imperfeições¹¹. Porém, em relação à decisão sobre o que é necessário gramaticalmente, falta uma clareza de critério, como existe através da sinonímia dos termos para eliminá-los como supérfluos. Por exemplo, na seguinte passagem, Ockham não decide sobre a necessidade do grau comparativo na linguagem mental, mas para seus fins lógicos essas indecisão não tem muita importância: “(...) quanto ao grau comparativo, pode haver a dificuldade de se convém apenas aos nomes instituídos convencionalmente, mas passo ao largo dela por não ser de grande utilidade.”¹²

Enfim, certamente Ockham teria muita dificuldade em reconstruir toda sua gramática mental. Ele mesmo não se atribui tal tarefa, que deve ser realizada antes por um gramático. Aqui sua necessidade de significação tem uma diretriz explicitamente lógica. Visto que, por exemplo, precisamos admitir apenas um termo mental correspondente em meio a um grupo de termos convencionais sinônimos entre si, pois apenas aquele já nos fornece a referência necessária ao tipo de coisa que todos os sinônimos designam de modo supérfluo em um contexto lógico. Os elementos gramaticais são necessários para elaboração do aparato básico de trabalho lógico, e se for o caso de se precisar reconstruir toda uma gramática mental, Ockham sugere que:

¹⁰ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 125. “Accidentia autem propria verbis institutis sunt coniugatio et figura. Tamen quandoque verba diversarum coniugationum possunt esse synonyma et similiter verba diversae figurae.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 3, Pg. 13).

¹¹ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 03, Pg. 122 e 123. Na linguagem mental, em um sentido peculiar dado por Ockham, não há univocidade assim como não há equivocidade. (Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 13, Pg. 156).

¹² Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 124. “De comparatione autem, an conveniat solis nominibus ad placitum institutis, posset esse difficultas, quam tamen quia non est magnae utilitatis pertranseo.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 3, Pg. 12).

“Pelo que foi dito, um espírito atento pode facilmente perceber de que modo proporcionalmente deve falar das outras partes da oração e de seus acidentes.”¹³.

No contexto de entendimento dos signos mentais em Ockham, apesar de não precisarmos explicitar todo funcionamento da gramática mental, suas características gerais e sua própria existência são indispensáveis na compreensão do signo mental. Como vimos, as condições necessárias para estabelecimento de um signo mental são basicamente duas. A primeira é de haver um contato epistêmico com o objeto a ser significado, de modo a poder formar os signos mentais, que se relacionam diretamente com as coisas das quais eles são conceitos, de modo que ser conceito de algo é estar relacionado naturalmente a como é ser esse algo mesmo. A segunda condição é a de haver uma estrutura linguística mental de regulação do uso desse vocabulário da linguagem mental (os signos mentais), que é a gramática mental, que não é logicamente perfeita, mas é bastante mais econômica em relação à gramática convencional¹⁴.

Enfim, dada a equivalência entre pensamento e significação mental, pressuposta na teoria de que os signos mentais são atos de intelecção, pensar em algo é ter um conceito sobre esse algo em mente. Não devemos considerar essa equivalência como identidade estrita, mas é preciso conceber o pensamento como constituído por conceitos, ou signos mentais, como suas partes elementares. O pensamento é intrinsecamente uma movimentação de signos mentais em um discurso interior, que deve ser traduzido em expressões exteriores com base na necessidade de sua comunicação. O pensamento, por fim, depende de certa expressividade mesmo que, no caso de Ockham, essa expressividade precise estar apenas relacionada com uma linguagem mental, que não deixa de ser um tipo de expressão necessária à formação e ao funcionamento da atividade mesma de pensar.

¹³ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 125. “Per praedicta potest studiosus faciliter advertere quomodo proportionaliter de aliis partibus orationis et earum accidentibus est dicendum.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 3, Pg.13).

¹⁴ Cf. Panaccio, *Semantics and mental language*, Pg. 72 e 73.

Cap. II – O contexto do pragmatismo de Peirce

A noção geral de signo mental em Ockham ocupa um lugar central na semântica de Ockham, sendo através de tal noção que ele consegue um apoio firme para explicar a natureza funcional de um conceito em meio a um direcionamento nominalista. Ele elabora sua semântica de modo que a atividade de pensamento seja algo antecedido por uma atividade de significação de signos mentais, regidos por uma gramática interior, o que nos permite dizer que pensar é uma atividade que pressupõe certa expressividade, a expressividade própria à linguagem mental.

No âmbito filosófico de Peirce, diferentemente de Ockham, os signos mentais não ocupam o lugar central em meio às teses semânticas dele. Isso, contudo, não exclui o fato de que a presença do signo mental é indispensável para seus propósitos lógico-semânticos, visto que o signo mental é um elemento que mantém participação na descrição ordinária sobre os conceitos¹. Para um entendimento razoável sobre o cerne das concepções semânticas de Peirce e, conseqüentemente, do papel do signo mental, precisamos esclarecer o contexto de seu pragmatismo e evidenciar algumas características presentes nesse.

Tomamos o pragmatismo como contexto teórico central para a análise do signo mental em Peirce, visto que essa doutrina é proposta por ele como sendo, a princípio, uma teoria lógico-semântica com a finalidade metodológica de auxiliar no esclarecimento do significado de conceitos obscuros, sejam dos conceitos das ciências naturais ou de qualquer outro tipo de expressão².

Algo que permanece ao longo das várias formulações e mudanças ocorridas no pragmatismo de Peirce – cuja uma das mudanças é a própria designação da doutrina³ –,

¹ “In the theory of the logical interpretant or meaning of the “intellectual sign”, a special sort of logical interpretant is distinguished, the *ultimate, final* or *veritable* logical interpretant. In this connection it is held that the “mental sign” (concept, idea, thought, proposition, and the like), although a proper significate effect of the intellectual sign, does not qualify as an ultimate or final logical interpretant.” (Gentry, *Habit and the logical interpretant*, Pg. 89). O signo mental em Peirce é a descrição básica para “conceito, ideia, pensamento, proposição, e coisas do gênero”, sendo um efeito apropriado para explicar o que seja interpretante lógico, contudo, não sendo o efeito mais apropriado para ser considerado um interpretante lógico *final*. Falaremos sobre isso mais adiante.

² Esse é um esboço da formulação inicial de Peirce, que cai numa ambigüidade – devido às diferentes passagens textuais pertinentes que mostram elementos destoantes –, justamente no tocante a que tipo de conceitos o pragmatismo se propõe a esclarecer (Cf. Gallie, *Peirce’s pragmatism*, Pg. 61 a 63).

³ Peirce elabora as principais ideias em dois artigos de 1878. A designação de “pragmatismo” é de autoria de William James, que vinte anos depois da publicação dos artigos de Peirce, atribui a ele o mérito da criação das bases conceituais do pragmatismo. Peirce, tempos depois, cunha a designação “pragmaticismo” para tentar delinear as diferenças conceituais de seu pensamento sobre o pragmatismo

é o fato de o pragmatismo manter uma ligação com os significados de conceitos, seja para determiná-los ou simplesmente para esclarecê-los. As muitas variações que o pragmatismo de Peirce sofre no decorrer de sua vida se baseiam através dos diversos momentos intelectuais e das diferenciadas temáticas filosóficas que ele desenvolve⁴. Peirce envolve as explicações do pragmatismo, durante sua vida, com a lógica da abdução (ou criação de hipóteses), com a significação dos conceitos nas ciências naturais e nas ciências normativas, e com certas doutrinas metafísicas propostas por ele. O que se mantém constante é o fato de o pragmatismo envolver o significado de um signo, geralmente um conceito em geral, com consequências práticas pressupostas nas convicções e nos hábitos de conduta relacionados ao signo em questão. Enfim, o pragmatismo de Peirce diz respeito, dentre outras coisas, a um modo particular de conceber como seja a significação de um signo e de como podemos descrevê-lo através de consequências práticas e de prescrições sobre prováveis interações perceptíveis com os objetos tematizados pelo signo.

Mostrando o papel do signo mental nesse contexto pragmatista, poderemos evidenciar como a expressividade do pensamento em Peirce se contrasta com a necessidade de expressão do pensamento em Ockham. Para isso, tematizaremos a concepção de realidade de Peirce, remarcando sua orientação evolucionária e esclarecendo mais a fundo as três categorias ontológico-semânticas básicas dele, que descrevem de maneira fundamental a totalidade dos tipos de fenômenos. Em seguida, abordaremos o conceito de signo, onde veremos algumas das subdivisões e classificações de Peirce, que são todas elaboradas explicitamente com base nas três categorias fundamentais dele. Depois, iremos nos ater a um dos elementos de análise do signo em específico, chamado por ele de *interpretante*. Em meio à noção de interpretante lógico, mostraremos como o tipo de interpretante lógico central pressuposto no pragmatismo, a saber, o hábito de ação, faz coexistir o signo mental

frente às concepções próprias de James e outros. (Cf. Dewey, *The pragmatism of Peirce*, Pg. 301 e 302). & (Cf. Peirce, *Collected Papers* (ou *CP*), Volume 5, Parágrafo 414, (ou 5.414)). Chamaremos de “pragmatismo” as ideias centrais desse contexto em Peirce, sem fazer maiores distinções, para nossos propósitos neste trabalho.

⁴ O percurso intelectual de Peirce pode ser dividido em geral, segundo sugestões de Apel, em quatro fases. A primeira (1855-1871) é relativa à interpretação semiótica da filosofia transcendental de Kant, a segunda (1871-1884) é relativa à primeira formulação do pragmatismo, a terceira (1884-1902) é relativa a reflexões metafísicas e cosmológicas, e a última (1903-1914) é uma reformulação do pragmatismo em pragmaticismo, onde é operada várias sintetizações e aprofundamentos de ideias recorrentes em Peirce. (Cf. Gradim, *O sistema semiótico de Peirce*, Pg. 9).

como possibilidade de interpretante lógico, e faz coexistir o conseqüente fenômeno da semiose ilimitada, gerada com a adoção de signos mentais como interpretantes lógicos. Com isso teremos um contexto propício para compreender a noção de signo mental em Peirce, e para entender a argumentação dele a favor de um caráter indispensável da expressividade para o pensamento.

2.1. – O projeto crítico-realista

Peirce, apesar de seu constante contato com a tradição filosófica, é um pensador com intuições bastante inovadoras. Dentre as noções que sofrem considerável modificação estão a de “fenômeno”, de “conhecimento” e de “realidade”. A concepção de fenômeno, de tudo aquilo que se apresenta à consciência, é algo marcado pela mediação necessária de interpretações através de signos¹. A concepção de conhecimento é algo que dispensa qualquer tipo de intuição ou de introspecção², onde a relação entre percepção sensível e juízos perceptivos, que é uma fonte básica para o conhecimento, é mediada por inferências abduativas inconscientes, que desde o início de funcionamento já conduzem interpretações sobre as coisas pressupostas como externas a nossas percepções sensoriais³. A concepção de realidade, por sua vez, é elaborada como um resultado construtivo de nosso esforço cognitivo – não mais uma mera fonte de conhecimento – mediante o raciocínio de uma comunidade, onde a opinião final consistente estabelecida em um prazo suficientemente grande e em comum acordo da comunidade é o que passa a ser considerado o parâmetro para o conhecimento verdadeiro que pode ser dito se referir à realidade⁴.

Essa concepção de realidade que pressupõe o acordo de uma comunidade de comunicação entre investigadores – sendo baseado, portanto, na noção de significação válida intersubjetivamente – e o processo de estabelecimento da certeza do conhecimento dado em um período de tempo crescente e indeterminado é que fazem a noção de realidade ser um diferencial em Peirce. Tal concepção peirciana de realidade é nomeada, por sugestão de Apel, de “realismo crítico da significação”⁵, em contraposições a realismos acrílicos anteriores, que não levavam em conta a necessidade de intervenção do poder de significação da linguagem.

¹ “Segundo a “faneroscopia” ou “fenomenologia” de Peirce, a *manifestação* ela mesma não revela uma presença, ela faz signo. (...) A tal “própria coisa” é desde sempre um *representâmen* subtraído à simplicidade da evidência intuitiva.” (Derrida, *Gramatologia*, Pg. 60). Com a noção de quali-signo em Peirce já fica indicado que os fenômenos perceptivo-sensoriais mais simples são também funcionalmente da natureza de signos (Cf. Peirce, *CP* 2.254).

² Cf. Peirce, *CP* 5.213-249.

³ “Peirce considera o juízo perceptivo como um “caso limite” do juízo abduutivo (...). O juízo perceptivo é, assim, *uma proposição de existência determinada pelo percepto, e que o interpreta (...)*.” (Magalhães, *sobre a percepção e a abdução*, Pg. 72 e 74) & Cf. Peirce, *CP* 2.27, 2.141-149 e 5.186.

⁴ “(...) the very origin of the conception of reality shows that this conception essentially involves the notion of a COMMUNITY, without definite limits, and capable of a definite increase of knowledge” (Peirce, *CP* 5.311).

⁵ Cf. Gradim, Anabela, *O sistema semiótico de C. S. Peirce*, Pg. 72.

Apesar da orientação realista de Peirce, onde ele defende que nosso conhecimento tende a refletir como a realidade se comporta, e que de fato há coisas de natureza geral⁶, os pressupostos nos quais ele se baseia para orientar suas sugestões metafísicas são bastante sutis e coerentes. O cerne da concepção inovadora sobre a realidade está justamente no modo de sustentação das convicções realistas de Peirce, que deixam de ter como parâmetro a consciência humana em geral e passam a se basear nos fenômenos de significação inerentes às atividades comunicativas humanas. Não é mais o conhecimento sobre o mundo que é tomado como o contato mais básico que temos com a realidade, mas sim a relação de significação do mundo, em meio a determinada comunidade de comunicação reguladora. Para Peirce, a tarefa de se elaborar uma concepção metafísica sobre o mundo não é necessariamente algo infrutífero, desde que não seja feita por religiosos ou teólogos, que geralmente conduzem o pensamento a palavreados sem sentido⁷, mas seja feita por pessoas da ciência, que estão conscientes sobre a necessária base semântica e comunicacional da atividade de se construir descrições relevantes sobre a realidade.

Dessa forma, ao falarmos das concepções metafísicas e das categorias básicas pressupostas no realismo de Peirce, ressaltamos que a orientação geral frente ao ofício da metafísica é a de exercer uma posição crítica, conduzindo esse tipo de investigação sem deixar de lado a consciência sobre suas condições e limitações. Peirce ele mesmo desenvolve sugestões metafísicas complexas, tendo em mente a premissa básica de a noção de verdade ser algo gerado e compartilhado no seio de uma comunidade investigativa que se mantém em processo de produção de conhecimento sem determinação *a priori* de prazo para esgotamento e cristalização desse conhecimento.

Para Peirce a metafísica, em sua parte frutífera, tem a incumbência de explicar a regularidade da natureza e a cognoscibilidade humana sobre essa regularidade. Para isso, Peirce assume a verdade de que haja leis naturais que regulem os acontecimentos e os comportamentos das coisas no mundo, juntamente com a verdade de que tais leis se formam e se consolidam com o decorrer do tempo, estando essas leis, a princípio, sujeitas a variações. Isso indica, concomitantemente, que a generalidade é uma característica que existe real e independentemente no mundo, próprias às leis naturais, e também que existe um elemento real de indeterminação, que torna tais leis passíveis de alterações.

⁶ Cf. McKeon, *Peirce's Scotistic realism*, Pg. 238 a 240.

⁷ Cf. *CP* 5.423 e 6.5

Essas duas ideias metafísicas de Peirce são desenvolvidas sob as denominações de sinequismo⁸ e de tiquismo⁹. A primeira descreve a generalidade real como um contínuo, explicando-a na relação entre mente e matéria, através da interdependência de elementos em um meio contínuo, onde suas partes não podem ter seus limites definidos exatamente entre si e também não podem determinar por si só o contínuo em sua totalidade. Nessa doutrina subjaz a existência real de leis e a tendência do universo em evoluir em direção a uma crescente ordem das relações do mundo. A segunda doutrina, o tiquismo, sugere que existe no mundo uma indeterminação real, indicando que sempre há possibilidade de ocorrer eventos espontâneos e acontecimentos ao acaso, que não obedeçam estritamente a nenhuma lei prévia. Tal característica é sempre presente como possibilidade, e tem participação na descrição do caráter indeterminado que é próprio a todo tipo de generalidade. Essa concepção é pressuposta e complementar em relação à anterior, pois o fato de as leis do universo estarem em processo de formação e consolidação pressupõe justamente as possibilidades de mudanças e ocorrências divergentes em relação às leis habituais da natureza, mudanças essas que são explicadas pela existência de um tipo de pura indeterminação na realidade¹⁰.

O caráter evolucionário da realidade adquire três aspectos básicos de impulso para as mudanças nas leis, um aspecto baseado em variações puramente aleatórias (referência ao tiquismo), outro baseado em interações mecânicas regidas pela necessidade de uma lei (referência ao sinequismo) e, por fim, outro baseado em um elemento teleológico que sintetiza o funcionamento da natureza para certo propósito, chamado por Peirce de amor criativo (*creative love*)¹¹. No geral, a metafísica de Peirce é baseada fundamentalmente nas ideias do sinequismo, que tomam os elementos do tiquismo e do agapismo como complementares¹².

Tais concepções metafísicas de Peirce, onde o universo existe em processo de evolução, adquirindo hábitos e progredindo em direção a uma diminuição do acaso e a um aprimoramento da ordem, são sugestões amplas de compreensão da realidade. Elas têm a utilidade de serem possíveis explicações sugestivas sobre, por exemplo, o fato de nosso conhecimento estar sempre sujeito a variações e a falhas. Anteriormente ao desenvolvimento dessas ideias mais amplas, Peirce se utiliza de certas categorias

⁸ Cf. Peirce, *CP* 6.169. *Synechism*, palavra derivada do grego *συνεχής*.

⁹ Cf. Peirce, *CP* 6.102. *Tychism*, palavra derivada do grego *τύχη*.

¹⁰ Cf. Gradim, *O sistema semiótico de Peirce*, Pg. 351 a 363.

¹¹ A doutrina relativa a esse elemento da realidade é chamada por Peirce de *agapism* (agapismo), derivada do grego *ἀγάπη*. Cf. Peirce, *CP* 6.302.

¹² Cf. Peirce *CP* 8.255-257.

básicas para uma compreensão geral mínima sobre todo tipo de fenômeno. Tais categorias se fazem presente, ao menos implicitamente, na elaboração de quase todas as ideias de Peirce, passando pelo pragmatismo e pelas concepções semióticas, fornecendo as condições necessárias para entendermos sua proposta sobre os signos em geral.

2.1.1. – As categorias básicas

Peirce se vale de três categorias ontológico-semânticas básicas. A tarefa central delas é a de fornecer as descrições gerais mais elementares que nos permitam apreender absolutamente tudo que se pode mostrar à consciência, a totalidade dos fenômenos: “As três categorias são supostamente os três tipos de elementos que uma percepção atenta pode decifrar no fenômeno”¹. Tais categorias são, portanto, os elementos mais fundamentais e mais gerais que permitem um entendimento e uma descrição abrangente de todo fenômeno possível. Elas são os modelos formais de toda apreensão de fenômenos².

No intuito de cunhar designações destituídas de associações indesejadas, Peirce propõe denominações neológicas para suas categorias: “(...) Peirce desenvolveu uma fenomenologia de apenas três categorias universais que chamou de *Firstness*, *Secondness* e *Thirdness*, traduzidas por primeiridade, secundidade e terceiridade.”³. Tais categorias, como as próprias denominações já sugerem, são explicadas com base na ordem de aparecimento dos fenômenos à consciência e de sua complexidade. Assim, os fenômenos das categorias de primeiridade, de secundidade e de terceiridade seguem respectivamente uma ordem crescente de complexidade e de aparecimento à mente. Dessa forma, para compreendermos a natureza de tais categorias, convém levarmos em consideração uma analogia temporal na explicação desses tipos de fenômenos.

A categoria de primeiridade, por exemplo, diz respeito àqueles tipos de fenômenos que, podemos dizer, aparecem primeiro à mente e que perfazem o todo da consciência em um instante presente. O tipo de fenômeno por excelência de

¹ “The three categories are supposed to be the three kinds of elements that attentive perception can make out in the phenomenon.” (Peirce, *CP* 8.265). Sendo que a palavra “fenômeno”, às vezes também chamada de “faneron”, é usada nesse contexto como a denominação para qualquer coisa que possa estar presente numa consciência ou mente: “By the *phenomenon* I mean whatever is before our minds in any sense.” (*Idem*).

² A primeira formulação das categorias em Peirce, nos escritos da década de 1860, não levava em conta a noção de fenômeno (Cf. Peirce, *On a New List of Categories*). A aproximação entre as categorias e a noção de fenômeno é desenvolvida a partir da década de 1890, aparentemente com o intuito de diminuir certas dificuldades que envolviam a explicação do caráter observacional das categorias. (Cf. Savan, *On the origins of Peirce’s phenomenology*, Pg. 192).

³ Nöth, *Panorama da semiótica*, Pg. 63. Observamos aqui que o termo “fenomenologia” não tem relações diretas com o pensamento fenomenológico que ficou atrelado ao nome de Husserl e que foi desenvolvido a partir dele. Para essa expressão em particular, Peirce fornecia também o termo “faneroscopia”, que, segundo ele, é a ciência que estuda os “fanerons” ou “fenômenos”: “Phanerology is the description of the *phaneron*; and by the *phaneron* I mean the collective total of all that is in any way or in any sense present to the mind, quite regardless of whether it corresponds to any real thing or not.” (Peirce, *CP* 1.284).

primeiridade seria a *qualidade de sensação* (*quality of feeling*), que seria tudo que poderíamos dizer estar ao nosso alcance num momento imediatamente presente, tomado de forma dissociada de outros momentos e do sequenciamento de instantes ⁴.

Uma qualidade de sensação teria como principal característica o fato de poder ser considerada independente de qualquer tipo de relação. Ela é pura positividade, indivisível e não analisável, sendo uma totalidade indeterminada tanto se eventualmente realizada em algum corpo quanto se não for realizada, e for tomada somente em si – nessa ocasião como algo da ordem do meramente possível⁵. A existência de tal qualidade, tanto em aspecto subjetivo quanto objetivo, é considerada suficiente em si mesma. Por exemplo, consideremos a sensação da cor vermelha. Em meio à experiência subjetiva de observar essa cor, encontramos elementos que são totalmente *sui generis*, como sua qualidade fenomênica, que é em si mesmo um dado inarticulável. Do mesmo modo ocorre se considerarmos a possibilidade objetiva dessa qualidade. Visto que é plenamente pressuposto o fato de que, na medida em que vemos o vermelho de um objeto tal como o vemos, nossa sensação tenha uma causa que possua uma positividade inarticulável em si mesma. Dessa forma, o caráter positivo, indivisível e não analisável da qualidade permanecem o mesmo, tanto subjetivamente quanto objetivamente, já que não há descrições cabíveis para entendermos a qualidade que sentimos, nem o que é essa qualidade em si, ou o que tenha causado o que sentimos⁶.

Há inúmeros pormenores e referências possíveis em meio a esse tema em específico, e vários pressupostos importantes por parte de Peirce, que são bastante discutíveis. Contudo, cabe ressaltar somente que essa categoria versa sobre fenômenos que, apesar de poderem ser considerados em si e independentes de qualquer mente, não podem dispensar completamente a pressuposição de objetos e de fatos⁷. Pressuposição

⁴ “The whole content of consciousness is made up of qualities of feeling, as truly as the whole of space is made up of points or the whole of time of instants. Contemplate anything by itself -- anything whatever that can be so contemplated. Attend to the whole and drop the parts out of attention altogether. One can approximate nearly enough to the accomplishment of that to see that the result of its perfect accomplishment would be that one would have in his consciousness at the moment nothing but a quality of feeling. This quality of feeling would in itself, as so contemplated, have no parts. (...)” (Peirce, *CP* 1.317-319) – Obs.: traduzimos “quality of feeling” por “qualidade de sensação” sem maiores problemas visto que Peirce, em diversas passagens, usa indistintamente a expressão “quality of the sensation” como equivalente à expressão “quality of feeling”. Veja-se por exemplo em Peirce, *CP* 8.183.

⁵ Cf. Stearns, *Firstness, secondness and thirdness*, Pg. 199.

⁶ Cf. Peirce, *CP* 1.25, 1.304, 1.422 e 2.85.

⁷ A categoria de primeiridade pode ser considerada como algo que versa sobre coisas em si, não sendo estritamente em si mesmas fenômenos – pois fenômeno é o que se mostra e aparece a uma mente, implicando relação –, mas antes são casos limites de fenômenos, que só nos damos conta na relação com outros elementos, e no sentido em que nos damos conta de um limite: “(...) while the First, ideally, is in relation to itself alone, and thus is not bound to any particular locus, in actuality we can recognize

essa que se aplica na medida em que consideramos o fato delas serem acessadas por uma mente, e só assim elas poderem sair do modo *meramente possível*, onde existem para si mesmas e independentemente de quaisquer relações. Podemos, por exemplo, pensar juntamente com Peirce o fato da “vermelhidão” existir em si mesma. Mas não somos capazes de ter qualquer experiência de tal vermelhidão em si, senão corporificada em algum objeto que exiba essa qualidade, em algo propriamente vermelho. E assim carece ser dito que a existência de objetos e de fatos é um tipo de pressuposto para o acesso às qualidades de sensação. Tais qualidades, apesar de suas características intrínsecas, não podem ser consideradas como elementos básicos ou necessários à constituição dos objetos e dos fatos em que eles aparecem⁸. Tendo isso em vista, podemos então introduzir a segunda categoria de Peirce.

A categoria de secundidade é a que diz respeito ao aspecto material do mundo. Ela é a descrição de toda relação ou interação entre fenômenos distintos, dados no decorrer do tempo. Em relação à analogia temporal, podemos a considerar como um passado imediato, como uma sucessão de instantes recentemente ocorrida onde se revelam as relações possíveis entre fenômenos distintos entre si. Essas relações mostram de modo apropriado como os fenômenos se diferenciam entre si, levando à revelação de um caráter próprio do mundo real: seus eventos físicos em interconexão. Essa segunda categoria descreve, portanto, as características de um mundo povoado por objetos relacionados entre si em eventos físicos, com características de ocorrências particulares autônomas. Para ele, há legitimamente um mundo físico e material – com certos caracteres específicos – subsistente de modo alheio a um pensamento ou uma mente em particular o ter em consideração. Contudo, esse aspecto materialista subjacente a essa categoria não esgota todas as suas pretensões metafísicas. Como esboçamos no início, no sinequismo de Peirce, por exemplo, ele tenta compatibilizar noções de materialismo e de idealismo em um tipo de “neutralismo”, onde não há apenas matéria, nem tudo que existe pode ser considerado apenas como uma mente absoluta. Antes, tais aspectos coexistem em um só plano onde tudo se perfaz em relações mútuas em um tipo de contínuo indefinido⁹.

Firstness only in the content of the phaneron, and accordingly must recognize this category by contrast with the experience of the other two categories. Hence, we can approach a pure experience of Firstness only as a limit (...).” (Stearns, *Firstness, secondness and thirdness*, Pg. 200).

⁸ “Qualities are concerned in facts but they do not make up facts. Facts also concern subjects which are material substances.” (Peirce, *CP* 1.419).

⁹ Cf. Peirce, *CP* 6.24 e 7.565.

Em meio aos fenômenos concretos da secundidade, Peirce vê que sua principal característica é o *conflito*¹⁰. Esse tipo de fenômeno mostra a pressuposição de no mínimo dois elementos que se relacionam entre si, de modo que dependem de tais inter-relações para configurarem adequadamente um episódio de conflito genuíno. Nele é mostrado que não há ação sem reação, nem há efeito sem causa, e vice-versa, sendo, portanto, o que perpassa todo e qualquer evento ou fato, de qualquer natureza. Em verdade, essa noção de conflito tem um significado diretamente equivalente ao de fato ou evento. As principais características de um “fato” são as seguintes: ser da ordem do existente, ser algo que configura mais propriamente o que é atual e “real”¹¹, e ser dado sempre numa ocorrência ou num caso de característica particular e singular. É também algo de caráter brutal, no sentido de necessariamente envolver mudanças, na medida em que um fato é a ocorrência de uma inter-relação ativa e um contato sempre brusco entre objetos diversos, que implica modificações e transformações mútuas. Assim, um fato também sempre ostenta um caráter dual, envolvendo necessariamente uma díade em sua composição. Enfim, podemos resumir os exemplos dessa segunda categoria através dos eventos físicos em geral, e da experimentação de eventos¹².

Do mesmo modo que a primeira categoria está repleta de questões intrincadas e complexas, esta segunda categoria também apresenta muitos corolários e pormenores, que não serão vistos em detalhes nesta ocasião. Limitaremos-nos a ressaltar, em meio à categoria de secundidade, o ponto frisado por Peirce sobre o fato de que tal categoria versa sobre relações *particulares* entre fenômenos primários e objetos quaisquer entre si, sem necessariamente carecer de uma intervenção de qualquer lei regente ou de qualquer espécie de mediação em sua ocorrência. A categoria de secundidade versa sobre fenômenos que apresentem ao menos dois elementos, relacionando-se em sua composição. Na ocorrência de um fenômeno com mais de dois elementos básicos indispensáveis à sua constituição, apresentando um elemento de mediação entre esses dois componentes, por exemplo, esse caso deixa de ser da alçada desta categoria.

A próxima categoria, de terceiridade, diz respeito a generalidades e regularidades dos eventos. Ela nos remete diretamente ao funcionamento próprio do

¹⁰ “The second category that I find, the next simplest feature common to all that comes before the mind, is the element of struggle. (...) By struggle I must explain that I mean mutual action between two things regardless of any sort of third or medium, and in particular regardless of any law of action.” (Peirce, *CP* 1.322).

¹¹ “In the idea of reality, Secondness is predominant; for the real is that which insists upon forcing its way to recognition as something *other* than the mind's creation.” (Peirce, *CP* 1.325).

¹² Cf. Peirce, *CP* 1.334-336 e 2.84.

âmbito mental e, em particular, à própria inteligibilidade do pensamento. Em relação à analogia temporal, ela é comparada à previsão de eventos futuros e à expectativa de que o futuro se conformará aos eventos passados¹³.

Ao inserirmos já de imediato o âmbito mental na explicação da categoria de terceiridade, tendemos a relacionar intrinsecamente ambas as noções, a terceiridade e o âmbito mental, que a rigor não são estritamente equivalentes. Há outros exemplos de terceiridade, como o caráter físico em si de continuidade¹⁴, que não envolvem explicitamente o elemento mental. A própria regularidade dos fenômenos naturais pode ser encarada como uma espécie de continuidade da natureza, que indica um elemento terceiro sem ser necessariamente relativo ao âmbito mental ou cognitivo humano. Poderíamos considerar tal categoria como um âmbito mental fora do escopo humano, e atribuir às ações naturais as características próprias de um pensamento, como Peirce sugere¹⁵. A própria ideia do que seja a tarefa da metafísica, segundo Peirce, é a de gerar uma compreensão humana sobre o mundo *em sua terceiridade*, que é o aspecto mais essencial da realidade e é tudo o que podemos, a rigor, considerar termos acesso cognitivo relevante¹⁶. Se a terceiridade, no humano, é considerada sua capacidade mediadora e cognitiva de caráter mental, a terceiridade no mundo pode ser analogamente vista da mesma maneira.

Em meio a todos os aspectos que podemos visualizar a partir dessa categoria, o tipo de fenômeno mais característico da terceiridade é a mediação¹⁷:

¹³ “It is impossible to resolve everything in our thoughts into those two elements [of Firstness and Secondness]. We may say that the bulk of what is actually done consists of Secondness -- or better, Secondness is the predominant character of what *has been* done. The immediate present, could we seize it, would have no character but its Firstness. (...) I call this element of the phenomenon or object of thought the element of Thirdness. It is that which is what it is by virtue of imparting a quality to reactions in the future.” (Peirce, *CP* 1.343). Aqui fica bem explícito a presença de uma analogia temporal na explicação das categorias.

¹⁴ A terceiridade, e a noção de universal de Peirce, é elaborada sob a influência de muitos fatores: “(...) Thirdness for Peirce is the element of the general in our experience. In it, he has in reality developed his own conception of the universal, a conception which has been influenced by the most diverse sources, by the scholastic realists, by Kant, by the nominalists, by evolutionary theories of growth and development, and by the mathematical conception of the continuum.” (Stearns, *Firstness, secondness and thirdness*, Pg. 203). Onde a continuidade tem participação central: “Continuity represents Thirdness almost to perfection.” (Peirce, *CP* 1.337).

¹⁵ “Thought is not necessary connected with a brain. It appears in the work of bees, of crystals and throughout the purely physical world; and one can no more deny that it is really there, than the colors, the shapes, etc., of objects are really there (...).” (Peirce, *CP* 4.551).

¹⁶ Cf. Peirce, *CP* 5.121.

¹⁷ “The category of Thirdness is above all the category of mediation.” (Stearns, *Firstness, secondness and thirdness*, Pg. 203).

“Em toda ação governada pela razão será encontrada uma triplicidade genuína (...), enquanto ações puramente mecânicas ocorrem somente entre pares de partículas. Um homem dá um broche a sua esposa. A parte meramente mecânica desse ato consiste nele entregar o broche ao mesmo tempo em que emite certos sons, e consiste também no fato do broche ser pego por ela. Não há, aqui, uma triplicidade genuína; mas também não há doação alguma. A doação consiste no homem concordar que certo princípio intelectual governará as relações do broche com sua esposa. (...) Aqui, a *intenção*, a ação da mente, deve ter tido participação. A triplicidade intelectual, ou Mediação, é minha terceira categoria.”¹⁸

Nesse trecho vemos um exemplo onde uma mesma situação pode ser enquadrada em diferentes categorias. A ação de dar ou doar algo a alguém pode ser vista em seu aspecto meramente mecânico e particular, tanto quanto em seu aspecto intencional e racional. Pois, de fato, só podemos dizer que alguém “dá” algo para outra pessoa, se tais pessoas envolvidas nessa ação estão de acordo sobre as regras acerca de tal “doação”. Ambas devem exibir intenções condizentes com a situação – um deve ter o propósito de ceder ou conceder algo, e outro deve ter a intenção de receber e aceitar essa coisa (ou mesmo de rejeitá-la). Senão, essa mesma situação não passaria de meras relações físicas entre corpos, sem maiores significações.

Isso não implica que uma mesma coisa ou situação possa ser pertencente a uma categoria ou a outra, de modo a torná-las relativas e acidentais, mas, sim, que há certa relação de pressuposição entre as categorias. O fato de essa situação em particular ser descrita como de secundidade tanto como de terceiridade se dá com base na seguinte inter-relação entre as categorias: “A categoria do primeiro pode ser prescindida do segundo e terceiro, e o segundo prescindido do terceiro. Mas o segundo não pode ser prescindido do primeiro, nem o terceiro do segundo”¹⁹. Assim, no fato de um fenômeno ser de terceiridade fica pressuposto necessariamente que esse mesmo fenômeno envolve secundidade e primeiridade. De modo que, quando dizemos que um fenômeno é tanto de secundidade quanto de terceiridade, remarcamos apenas o fato de que, na medida em que ele é de terceiridade ficam pressupostos elementos de secundidade e primeiridade

¹⁸ Peirce, *Semiótica*, Pg. 26 e 27. “In all action governed by reason (...) genuine triplicity will be found; while purely mechanical actions take place between pairs of particles. A man gives a brooch to his wife. The merely mechanical part of the act consists in his laying the brooch down while uttering certain sounds, and her taking it up. There is no genuine triplicity here; but there is no giving, either. The giving consists in his agreeing that a certain intellectual principle shall govern the relations of the brooch to his wife. (...) Here, *intention*, the mind's action, would have come in. Intellectual triplicity, or Mediation, is my third category.” (Peirce, *CP* 2.86).

¹⁹ Peirce, *Escritos Coligidos* (Os Pensadores), Pg. 97. “The category of first can be prescindied from second and third, and second can be prescindied from third. But second cannot be prescindied from first, nor third from second.” (Peirce, *CP* 1.353).

que podem ter suas características encontradas nesse fenômeno de terceiridade, visto que eles são componentes deste último.

2.2 – Signos

2.2.1 – A definição de signo

Podemos considerar que um dos meios em que Peirce apresenta de modo mais claro, direto e sucinto a composição do signo é em seus artigos de 1868¹. Mais precisamente em seu segundo artigo dessa série, Peirce especifica as três referências básicas de um signo: “(...) um signo tem, como tal, três referências: primeiro, é um signo *para* algum pensamento que o interpreta; segundo, é um signo *por* algum objeto ao qual, naquele pensamento, é equivalente; terceiro, é um signo, *em* algum aspecto ou qualidade, que o põe em conexão com seu objeto.”².

A primeira referência que podemos considerar em um signo é o próprio signo, em seu caráter como objeto significante e visto em sua própria qualidade material e peculiar. A segunda referência é a coisa tematizada pelo signo, o objeto significado e mostrado através dele, ao qual nossa atenção é dirigida, e que é algo que se diferencia em certos aspectos do signo ele mesmo. A terceira é o efeito mental suscitado pelo signo, que é um pensamento subsequente que detém o poder de interpretar adequadamente aquele signo como um meio de gerar e fornecer informações sobre coisas e relações diversas. Assim, “(...) um signo é uma coisa, A, que denota um fato ou objeto, B, para algum pensamento interpretante, C”³. Esse é o essencial no comportamento dos três elementos que compõem o signo. Contudo, o próprio fato do signo ser configurado em três partes, se melhor analisado, pode nos fornecer uma explicitação mais acurada sobre esses elementos de modo a tornar possível uma reconstituição mais aprofundada sobre o comportamento de um signo.

O aspecto triádico do signo o identifica diretamente à categoria de terceiridade, vista a pouco. Sua constituição baseada em três elementos não configura algo aleatório, mas antes uma indicação direta da natureza do signo como um conceito inerente à

¹ Intitulados: “Questions Concerning Certain Faculties Claimed for Man”, “Some Consequences of Four Incapacities” e “Grounds of Validity of the Laws of Logic: Further Consequences of Four Incapacities”. Publicados respectivamente nessa ordem entre 1867/68, no *The Journal of Speculative Philosophy*. (Cf. Peirce, *The essential writings*, [Prefácio de E. C. Moore], Pg. 8. Obs: Esses artigos correspondem ao CP 5.213 a 357). Mais especificamente o segundo desses artigos é que trata de modo incisivo a noção de signo.

² “(...) a sign has, as such, three references: first, it is a sign *to* some thought which interprets it; second, it is a sign *for* some object to which in that thought it is equivalent; third, it is a sign, *in* some respect or quality, which brings it into connection with its object.” (Peirce, CP 5.283) [Tradução minha].

³ Peirce, *Escritos Coligidos* (Os Pensadores), Pg. 96 – “(...) a sign is something, A, which denotes some fact or object, B, to some interpretant thought, C” (Peirce, *Philosophical Writings*, Pg. 93 [CP 1.346]).

terceiridade⁴, além de ser um dos fenômenos mais acessíveis dessa categoria, como confirma Peirce:

“As ideias nas quais a Terceiridade predomina são, como se deve esperar, mais complicadas e requerem análise cuidadosa para uma clara apreensão (...). A ideia mais acessível de Terceiridade dotada de interesse filosófico é a ideia de um signo, ou representação. Um signo toma posição *por* algo *para* a ideia que provoca, ou modifica.”⁵

Assim, ao apresentar uma composição baseada em três elementos indispensáveis a sua caracterização, o signo se mostra como um conceito geral relativo à categoria de terceiridade. Portanto, cada um de seus elementos pode ser mais bem entendido se visto em analogia com as três categorias ontológico-semânticas mais básicas de Peirce.

O primeiro dos três componentes de um signo, por exemplo, seria fortemente análogo à categoria de primeiridade. Esse primeiro e mais básico componente, que seria o signo em si mesmo em suas características materiais significantes, que também é chamado por Peirce de modo mais específico por *representâmen*⁶, teria sempre a determinação de suas características dada através da possibilidade de diferenciações com outros elementos do signo, mas mantendo em tais elementos característicos a propriedade de serem em si mesmos pertencentes ao signo:

“Uma vez que um signo não é idêntico à coisa significada, diferindo desta sob alguns aspectos, ele deve ter claramente alguns caracteres que lhe pertençam em si mesmo, e que nada têm a ver com sua função representativa. Denomino estas de qualidades *materiais* do signo.”⁷

De modo análogo ao exemplo da cor vermelha, que de fato não é nunca encontrada dissociada de algum objeto, podemos considerar que os aspectos materiais de um signo nunca podem ser determinados sem antes serem levadas em consideração suas relações com outros elementos de signo. Isso não impede que esse primeiro elemento do signo – o signo em si mesmo, ou *significante* – exista independentemente

⁴ Cf. Deledalle, *Théorie et pratique du signe*, Pg. 68.

⁵ “The ideas in which Thirdness is predominant are, as might be expected, more complicated, and mostly require careful analysis to be clearly apprehended (...). The easiest of those which are of philosophical interest is the idea of a sign, or representation. A sign stands *for* something *to* the idea which it produces, or modifies” (Peirce, *CP* 1.337-338) [Tradução minha].

⁶ “My definition of a representamen is as follows: A *REPRESENTAMEN* is a subject of a triadic relation *TO* a second, called its *OBJECT*, *FOR* a third, called its *INTERPRETANT*, this triadic relation being such that the *REPRESENTAMEN* determines its interpretant to stand in the same triadic relation to the same object for some interpretant.” (Peirce, *CP* 1.541).

⁷ Peirce, *Semiótica*, Pg. 270. “Since a sign is not identical with the thing signified, but differs from the latter in some respects, it must plainly have some characters which belong to it in itself, and have nothing to do with its representative function. These I call the *material* qualities of the sign.” (Peirce, *CP* 5.287).

de outras relações. O fato de haver essa necessidade de diferenciação com outros elementos para o reconhecermos como signo não impede que essa característica da primeiridade – a de poder existir em si mesma – seja atribuída a esse elemento.

Esse aspecto relacional não é indispensável para a caracterização das propriedades materiais de um signo tomado em si. Contudo, é essencial para o segundo elemento de um signo, que é sua capacidade de se remeter a coisas diversas. Tal elemento tem como explicação de base o fato de haver realmente uma conexão entre duas coisas distintas, entre algo significante e algo significado:

“Um signo deve ser capaz de estar conectado (não na razão, mas na realidade) a um outro signo do mesmo objeto, ou ao próprio objeto. (...) Esta conexão física, real, de um signo com seu objeto, quer imediatamente ou através de uma conexão com um outro signo, é por mim denominada de *aplicação demonstrativa pura* do signo.”⁸

A relação entre significante e significado é aqui a aplicação da capacidade do objeto que significa, do signo em si mesmo, em apontar para outra coisa além de si, e chamar atenção para o objeto que é significado. Essa interação entre objetos distintos, intrínseca ao segundo elemento do signo, serve de base para que um possa indicar o outro e é marcada pelas características típicas da secundidade.

Contudo, um dado objeto com certas qualidades materiais e com certas relações com outros objetos distintos de si mesmo não configura por si só o que aqui está sendo chamado de signo. Tais elementos são condições necessárias, mas não suficientes para se falar de um signo. É preciso que intervenha um terceiro elemento, que seja responsável pelo poder representativo do signo. Esse terceiro elemento do signo é o componente mais proeminente na sua constituição. A necessidade de interação com os outros elementos é dada por definição, visto que este elemento é próprio à terceiridade, e isso pressupõe necessariamente uma relação prévia entre dois elementos distintos anteriores a ele.

De modo simplificado, podemos encarar esse elemento como uma função onde os primeiros componentes se encontram em certa disposição de modo a poderem gerar representações, tendo sempre em vista a presença de um receptor para essas representações. Receptor, no sentido de haver um pensamento de um intérprete qualquer

⁸ Peirce, *Semiótica*, Pg. 270 e 271. “(...) a sign must be capable of being connected (not in the reason but really) with another sign of the same object, or with the object itself. (...) This real, physical connection of a sign with its object, either immediately or by its connection with another sign, I call the *pure demonstrative application* of the sign.” (Peirce, *CP* 5.287).

para entender tais conexões básicas do signo através de uma função representativa, lendo tais conexões de modo significativo e/ou intencional. O pensamento é o receptor da função precípua de representação própria a todo signo:

“(…) a função representativa de um signo não reside nem em sua qualidade material, nem em sua aplicação demonstrativa pura, porque é algo que o signo é, não em si mesmo ou numa relação real com seu objeto, mas que é *para um pensamento*, enquanto que ambos os caracteres recém-definidos pertencem ao signo independentemente de se dirigirem a qualquer pensamento.”⁹

A função representativa é, em resumo, a capacidade de uma relação entre objetos distintos ser interpretada de modo significativo através de um pensamento que consegue decifrar os sinais de conexão entre tais objetos. Esse terceiro componente do signo é mais especificamente chamado por Peirce como o “interpretante” de um signo¹⁰. Esse ponto em particular será analisado mais pausadamente a seguir, em suas possíveis diferentes constituições.

Enfim, fica assim apresentado o básico em relação ao signo e sua composição fundamental, de modo a confirmarmos a anterioridade e a presença das categorias de Peirce em meio à definição de signo. A seguir, será mostrado um pouco das consequentes subdivisões e classificações do signo, mediante essas mesmas categorias básicas de Peirce evidenciadas em meio à definição do signo.

⁹“(…) the representative function of a sign lies neither in its material quality nor in its pure demonstrative application; because it is something which the sign is, not in itself or in a real relation to its object, but which it is *to a thought*, while both of the characters just defined belong to the sign independently of its addressing any thought” (Peirce, *CP* 5.287). Dando continuidade a esse trecho, ele explica o possível sentido de dizermos que apenas os dois primeiros elementos **poderiam** ser ditos constituir um signo: “And yet if I take all the things which have certain qualities and physically connect them with another series of things, each to each, they become fit to be signs. If they are not regarded as such they are not actually signs, but they are so in the same sense, for example, in which an unseen flower can be said to be *red*, this being also a term relative to a mental affection.” (Peirce, *CP* 5.287).

¹⁰ Cf. Peirce, *CP* 5.473-475.

2.2.2. – Os dez tipos de signos

Como vimos, a categoria mais importante na concepção ontológica de Peirce é a terceiridade, que tem como característica central a mediação, que por sua vez tem os signos como seus principais meios de efetivação. Dessa forma, a terceiridade, que é a parte descritiva do que há de essencial na realidade, tem os signos como principais fenômenos exemplificadores. Isso suscita uma perspectiva onde tudo que existe se mostra existindo mediado por signos. Na medida em que as meras qualidades de sensações e nossas ações são já eventos mediados por signos¹ – ou seja, fenômenos de todos os tipos –, e que tudo que é antecipado e tematizado por um signo é parte de um signo, essa perspectiva gera a sugestão de que tudo que existe, existe como um signo. Essa noção, que amplifica ao extremo a noção de signo, é atribuída a Peirce pelo título de *pansemiose*, a concepção de que absolutamente tudo se comporta, em alguma medida, com as características de um signo².

Nessa visão do mundo composto por signos, nem todos os fenômenos que se mostram são signos de um mesmo tipo, mas têm diferenciações importantes. Peirce fornece um esquema de classificação dos tipos de signos com base em um cruzamento entre os elementos que compõem os signos e as categorias básicas a que elas podem dizer respeito. Ele subdivide os três componentes do signo de acordo com a possibilidade de cada um desses elementos serem pertencentes a cada uma das três categorias básicas. Na medida em que os três componentes do signo são entendidos cada um através das três categorias, é gerada uma subdivisão dos signos em três tricotomias, que fornecem a base para determinação das dez classes de signos possíveis.

A motivação da divisão do signo em tricotomias surge *a priori*, baseada em convicções de cunho formal sobre os signos, mas que tem um considerável êxito e se mantém bem coerente ao ser aplicado às experiências humanas e suas possíveis

¹ “Peirce leva a noção de signo tão longe a ponto de que um signo não tenha necessariamente de ser uma representação mental, mas pode ser uma ação ou experiência, ou mesmo uma mera qualidade de impressão.” (Santaella, *O que é semiótica*, Pg. 53 e 54). O próprio ser humano aparece para si mesmo como um signo, ele enquanto fenômeno para ele mesmo é mediado por signos. (Cf. Peirce, *CP*, 5.314).

² Essa concepção estaria na própria definição de semiose dada Peirce: “(...) by "semiosis" I mean (...) an action, or influence, which is, or involves, a coöperation of three subjects, such as a sign, its object, and its interpretant, this tri-relative influence not being in any way resolvable into actions between pairs. *Sêmeiösis* in Greek of the Roman period, as early as Cicero's time, if I remember rightly, meant *the action of almost any kind of sign*; and my definition confers on anything that so acts the title of a "sign".” (Peirce, *CP* 5.484). No termos de Nöth: “O ponto de partida da teoria peirceana dos signos é o axioma de que as cognições, as ideias e até o ser humano são essencialmente entidades semióticas. (...) Peirce tem, portanto, uma visão pansemiótica do universo.” (Nöth, *Panorama da semiótica*, Pg. 61 e 62.).

exemplificações em eventos *a posteriori*³. Uma dessas consequências exitosas das tricotomias é a elaboração das classes dos signos, que reúne todos os possíveis tipos distintos de manifestação de um signo.

A montagem das tricotomias, pré-requisitos para o entendimento das classes dos signos, é orientada pelas seguintes combinações:

“Os signos são divisíveis conforme três tricotomias; a primeira, conforme o signo em si mesmo for uma mera qualidade, é um existente concreto ou uma lei geral; a segunda, conforme a relação do signo para com o objeto, consistir no fato de o signo ter algum caráter em si mesmo, ou manter uma relação existencial com esse objeto ou uma relação com um interpretante; a terceira, conforme seu Interpretante representá-lo como um signo de possibilidade ou como um signo de fato ou como um signo de razão.”⁴

A primeira tricotomia de um signo é gerada a partir do elemento do signo em si mesmo, em sua capacidade de ser enquadrada como primeiridade, como secundidade e como terceiridade. Para cada possibilidade dessas há uma denominação específica dada por Peirce.

O signo que em si mesmo é constituído como mera qualidade leva o nome de “qualissigno” (*qualisign*)⁵. Isso mostra a vasta aplicação da noção de signo para Peirce, visto que para ele uma mera qualidade fenomênica, como a da pura cor vermelha, por exemplo, é já um tipo possível de signo. O signo constituído por um objeto ou um fato em particular é denominado “sinsigno” (*sinsign*)⁶. Na medida em que algo existindo atualmente é usado como um signo, ele é considerado como um signo singular, ou sinsigno. Quando o signo apresenta uma generalidade como característica intrínseca, ele é intitulado “legissigno” (*legisign*)⁷. O típico exemplo para esse tipo de elemento do signo seria o dos signos convencionais, que sempre apresentam um caráter universal.

A relação entre um sinsigno e um legissigno é a relação entre um tipo universal e uma ocorrência particular, ou uma relação *type/token*. Assim, todo aparecimento de um legissigno se dá sempre através de um caso particular, de um sinsigno, que é chamado

³ Cf. Peirce, *CP* 2.233.

⁴ Peirce, *Semiótica*, Pg. 51 – “Signs are divisible by three trichotomies; first, according as the sign in itself is a mere quality, is an actual existent, or is a general law; secondly, according as the relation of the sign to its object, consists in the sign's having some character in itself, or in some existential relation to that object, or in its relation to an interpretant; thirdly, according as its Interpretant represents it as a sign of possibility or as a sign of fact or a sign of reason.” (Peirce, *CP* 2.243)

⁵ Cf. Peirce, *CP* 2.244.

⁶ Cf. Peirce, *CP* 2.245.

⁷ Cf. Peirce, *CP* 2.246.

por Peirce de “réplica” (*replica*) do legissigno⁸. Um exemplo para isso seria a palavra *mulher*, que teria sinsignos diferentes quando escrita em fontes diferentes (como “mulher” ou “*mulher*”), porém seria conservado o mesmo legissigno em ambas as ocorrências, ou réplicas. Essa primeira tricotomia é referida, analogicamente, ao âmbito da *gramática pura*⁹, já que, em meio aos componentes do signo, essa tricotomia em específico se refere às diferentes possibilidades de disposições e de características físicas do signo. Podemos também pensá-la em analogia ao ramo geral da sintaxe¹⁰.

A segunda tricotomia é alcançada com base nos possíveis tipos de relação entre o signo e o objeto. Ela não diz respeito à constituição do objeto em si mesmo significado e referido pelo signo, mas antes é uma classificação para os tipos de conexões possíveis entre o objeto significante e o objeto significado. Essas conexões são concebidas com base nas três categorias e levam respectivamente os nomes de ícone (*Icon*), índice (*index*) e símbolo (*symbol*):

“O ícone não tem conexão dinâmica alguma com o objeto que representa; simplesmente acontece que suas qualidades se assemelham às do objeto e excitam sensações análogas na mente para a qual é uma semelhança. Mas, na verdade, não mantém conexão com elas. O índice está fisicamente conectado com seu objeto; formam, ambos, um par orgânico, porém a mente interpretante nada tem a ver com essa conexão, exceto o fato de registrá-la, depois de estabelecida. O símbolo está conectado a seu objeto por força da ideia da mente que usa o símbolo, sem a qual essa conexão não existiria.”¹¹

Os ícones são signos que se relacionam com seus objetos na medida em que ambos compartilham características semelhantes, isso independentemente da constituição do signo em si mesmo, sejam esses como qualissignos, sinsignos ou legissignos. Dessa forma, a base dessa relação de iconicidade é a semelhança entre signo e objeto, seja essa similaridade meramente física, seja ela algo mais complexo, dada de modo estrutural e abstrato¹². Todo tipo de signo pode ser interpretado por meio

⁸ Cf. Peirce, *CP* 8.334.

⁹ “(...) the science of semiotic has three branches. The first is called by Duns Scotus *grammatica speculativa*. We may term it *pure grammar*. It has for its task to ascertain what must be true of the representâmen used by every scientific intelligence in order that they may embody any *meaning*.” (Peirce, *CP* 2.229)

¹⁰ Cf. Deledalle, *Théorie et pratique du signe*, Pg. 72 a 78.

¹¹ “The Icon has no dynamical connection with the object it represents; it simply happens that its qualities resemble those of that object, and excite analogous sensations in the mind for which it is a likeness. But it really stands unconnected with them. The index is physically connected with its object; they make an organic pair, but the interpreting mind has nothing to do with this connection, except remarking it, after it is established. The symbol is connected with its object by virtue of the idea of the symbol-using mind, without which no such connection would exist.” (Peirce, *CP* 2.299). Ver também *CP* 2.247.

¹² Cf. Nöth, *Panorama da semiótica*, Pg. 79 e 81. Apesar de ser questionável a relação de iconicidade dever ser baseada na similaridade, Peirce vê como irrelevante esse tipo de questionamento: “It may be

de sua capacidade de ser semelhante a algo. Na medida em que um signo é interpretado a fim de ter estabelecida uma conexão de similaridade com um objeto possível, esse signo é, então, icônico em relação a seu objeto.

Os índices são signos que mantêm direta ou indiretamente uma relação física com seu objeto¹³. A conexão entre o signo indicial e a coisa indicada é dada por contiguidade ou por causalidade. Tal relação dispensa completamente a similaridade. Esse tipo de signo é, portanto, o mais comum, visto que ele corresponde a toda e qualquer relação física entre objetos diversos. O mundo material, tal como é pressuposto por Peirce, é um mundo composto de relações físicas entre uma variedade de objetos, que servem como índices uns dos outros para qualquer mente que as interprete. O registro do significado de tais relações indiciais, feito por um intérprete, não tem influência nenhuma sobre o modo de constituição da conexão indicial entre o signo e o objeto.

O tipo de signo que pressupõe uma intervenção prévia de uma mente sob a constituição da relação entre signo e objeto é o símbolo. A base da ligação entre um signo simbólico e o objeto simbolizado é a convenção, o acordo mútuo entre uma comunidade de intérpretes que se utilizam desse signo em comum para manterem um conjunto possível de comunicações padronizadas sobre o objeto tematizado pelo símbolo. Outra diferença importante em relação aos tipos de conexões anteriores é a presença do elemento intencional, que constitui a característica do símbolo ostentar um poder declarativo, algo que não é encontrado nos tipos de conexões anteriores¹⁴. E o fato de o objeto significado pelo símbolo ser, por excelência, algo de natureza geral, apesar de ele não se limitar a significar apenas tais coisas de natureza geral¹⁵.

questioned whether all icons are likenesses or not. (...) The question seems somewhat trivial.” (Peirce, *CP* 2.282).

¹³ “Anything which startles us is an index, in so far as it marks the junction between two portions of experience. (...) A weathercock is an index of the direction of the wind; because in the first place it really takes the self-same direction as the wind, so that there is a real connection between them (...).” (Peirce, *CP* 2.285-286).

¹⁴ “Icons and indices assert nothing. If an icon could be interpreted by a sentence, that sentence must be in a “potential mood,” that is, it would merely say, “Suppose a figure has three sides,” etc. Were an index so interpreted, the mood must be imperative, or exclamatory, as “See there!” or “Look out!” (Peirce, *CP* 2.291). Nesse sentido, poderíamos fazer uma distinção entre “mostrar” e “declarar”. Onde ícones e índices seriam capazes apenas de *mostrar* algo, e os símbolos teriam a capacidade de *declarar* afirmações complexas e gerais, de modo mais ou menos explícito (distinção semelhante à que Wittgenstein faz entre “mostrar” e “dizer” [Cf. Wittgenstein, *Tractatus*, Afo. 2.172 e 4.121], onde *dizendo* algo, nos utilizamos de formulações simbólicas complexas e recorreremos implicitamente a conteúdos cognitivos gerais, ao passo que *mostrando* algo nos utilizamos de recursos mais simples de signos, como gestos ostensivos e expressões corporais e faciais).

¹⁵ “A *genuine* symbol is a symbol that has a general meaning.” (Peirce, *CP* 2.293). Apesar de o símbolo ter por excelência um “significado geral” (*general meaning*), ele não limita a coisa significada pelo

A relação simbólica entre signo e objeto é o mais apropriado na caracterização da inteligência humana, em seus aspectos mais gerais: “(...) a trama de todo pensamento e de toda pesquisa são os símbolos (...), a vida do pensamento e da ciência é a vida inerente aos símbolos (...)”¹⁶. Apesar de considerarmos o mundo material como sendo caracterizado em grande parte por meio de relações indiciais, nosso conhecimento desse mesmo mundo ocorre mais decisivamente através da elaboração de tipo de signos mais complexos e sofisticados, sendo tais signos de caráter simbólico. Enfim, o grau mais elevado de nossa capacidade de construir conhecimento é mostrado através da diversificada simbologia humana e de sua crescente complexidade. A simbologia humana é fortemente vinculada ao caráter cultural. Porém ela também é o cerne do poder cognitivo humano. Se o conhecimento humano é meramente convencional e diverge substancialmente de cultura para cultura, isso é outra questão.

Essa segunda tricotomia, envolvendo ícones, índices e símbolos, é comparada ao estudo da *lógica* em geral¹⁷, além de poder ser relacionada à semântica, numa analogia mais específica¹⁸. A lógica, em um sentido específico e acadêmico-profissional, seria um estudo mais específico dos símbolos, e em meio a esses, mais pontualmente sobre os símbolos linguísticos, no que concerne a sua capacidade de se referir a objetos de modo verdadeiro e de se relacionarem entre si, a fim de fornecerem razões e justificativas para tais supostas referências verdadeiras. Para uma caracterização mais fiel da lógica em sentido estrito, nesses termos, deveríamos levar em consideração não só a relação entre signo e objeto, mas também entre signo e interpretante/intérprete.

A terceira tricotomia é baseada na classificação dos tipos gerais de interpretações dadas às conexões entre signo e objeto. Aqui, da mesma forma que na segunda tricotomia, é uma classificação da *relação* entre o signo (ou, mais especificamente, a conexão entre signo e objeto) e o interpretante, e não da própria constituição do interpretante em si mesmo. É importante frisar a diferença entre o *modo de origem* da conexão entre signo e objeto, dada na segunda tricotomia, e o *modo de*

símbolo a ser algo de caráter geral ou universal, podendo também haver símbolos de coisas concretas e singulares: “There are two kinds of degenerate symbols, the *Singular Symbol* whose Object is an existent individual, and which signifies only such characters as that individual may realize; and the *Abstract Symbol*, whose only Object is a character.” (*Ibidem*).

¹⁶ Peirce, *Semiótica*, Pg. 39. “(...) the woof and warp of all thought and all research is symbols, and the life of thought and science is the life inherent in symbols (...)” (Peirce, *CP* 2.220).

¹⁷ “(...) the science of semiotic has three branches. (...) The second is logic proper. It is the science of what is quasi-necessarily true of the representamina of any scientific intelligence in order that they may hold good of any *object*, that is, may be true.” (Peirce, *CP* 2.229). “Logic is the science of the general necessary laws of Signs and especially of Symbols.” (Peirce, *CP* 2.93).

¹⁸ Cf. Deledalle, *Théorie et pratique du signe*, Pg. 72 a 78.

ação dessa conexão entre signo e objeto, na medida em que tal relação de conexão já esteja estabelecida. Essa “ação” da conexão entre signo e objeto, que seria sua interpretação, é o objeto de referência dessa terceira tricotomia. As três possíveis relações de um signo com um interpretante – ou modos de um signo poder *significar* e *ser interpretado* –, são denominadas como: rema (*rheme*), dicissigno (*dicisign*) e argumento (*argument*)¹⁹.

O rema é a interpretação da relação signo-objeto como uma mera possibilidade. Ele não determina, de fato, que coisa seja realmente o objeto do signo, mantendo-se, em maior ou menor grau, numa significação ampla e imprecisa. Nem pode também determinar razões para que seu possível objeto seja justificado como objeto do signo em questão. Esse tipo de signo não é capaz de transmitir nenhuma espécie de informação, que seja capaz de ser julgada verdadeira ou falsa, sobre um dado objeto, visto que esse objeto permanece sempre indeterminado e constitui uma mera possibilidade de significado para o signo. Um exemplo bem esclarecedor para esse tipo de signo é uma palavra. Se tomarmos uma palavra isolada qualquer, seja ela substantiva ou não, ela não chega a determinar de modo preciso aquilo a que ela se refere, apesar de poder apresentar certa significação, como seria o caso das palavras substantivas, ou dos termos categoremáticos²⁰. Contudo, o signo remático não se restringe apenas aos signos linguísticos, mas demonstra um caráter mais geral e abrangente.

O dicissigno, ou dicente, é o entendimento da relação signo-objeto como um fato ou uma situação dada, onde podem ser sustentadas informações relevantes sobre o objeto, tendo tal signo o poder de ser julgado como verdadeiro ou falso, com respeito à informação fornecida sobre o objeto em questão²¹. Nesse caso, o objeto do signo pode ser bem determinado e delimitado, apesar de não ser assim necessariamente. E apesar desse tipo de signo poder se remeter de forma mais precisa a um objeto, ele não concede por si só razões ou justificações que sustentem a informação transmitida acerca do objeto em questão. Cabe lembrar que o dicente tem um âmbito de aplicação mais amplo que o dos signos linguísticos, não se reduzindo a eles.

¹⁹ Cf. Peirce, *CP* 8.337.

²⁰ Ele é um termo lógico, seja em qual for o período da lógica considerado: “Le rhème qui occupe la place du terme de la logique classique est la fonction propositionnelle de la logique moderne.” (Deledalle, *Théorie et pratique du signe*, Pg. 78).

²¹ “The readiest characteristic test showing whether a sign is a Dicisign or not is that a Dicisign is either true or false, but does not directly furnish reasons for its being so.” (Peirce, *CP* 2.310). Antes é dito ainda que: “(...) [the **Dicisign** is] the kind of sign that **conveys** information, in contradistinction to a sign (such as an icon) from which information may be derived” (*Idem*).

O argumento é o entendimento da relação signo-objeto como uma relação entre dois signos distintos, onde o objeto de um signo se apresenta também na condição de ser um signo. Em geral, essa relação é de explicação ou justificação das informações subjacentes aos signos tidos como objetos²². Esse tipo de signo é exemplificado de modo bem completo pelo discurso linguístico em geral. Pois, em toda estruturação linguística é demonstrada, em maior ou menor grau, toda uma coesão entre os diferentes signos ali articulados, além de serem mostradas as mais diversas formas de concessão de razões e justificativas a informações dadas sobre os diversos temas. Nessa situação, tanto o objeto pode ser bem determinado e bem descrito, quanto as razões ou justificativas pressupostas em tal juízo podem ser bem evidenciadas. Portanto, esse tipo de elemento do signo é encontrado somente em meio aos símbolos linguísticos.

A terceira tricotomia é comparada por Peirce, em termos gerais, à *retórica pura*²³. Certamente ele faz essa comparação para preservar uma referência a nomenclaturas clássicas, mas com o intuito de tentar ampliar o poder de elucidação e ilustração para essa tricotomia. Em geral, a retórica invoca noções de convencimento e de eloquência na linguagem. E essa terceira tricotomia não diz respeito somente ao tipo de interpretação possível para uma relação signo-objeto, mas também sugere uma abrangência que abarca a origem de um pensamento que interpreta um signo *de uma forma em específico*, e não de outra. E isso certamente pode ser compreendido como tendo parte na influência e na força de convencimento sobre outro pensamento, que se baseia nas sugestões específicas de pensamentos anteriores como parâmetros para a interpretação de um signo.

Uma observação importante a ser feita é a de que essas três tricotomias abordadas descrevem apenas as possibilidades de constituição de cada *elemento* da constituição triádica do signo, o que ainda não configura por si só os possíveis tipos de signo, que inclui os três elementos simultaneamente. Ao falarmos que um signo é “simbólico”, ou que é “remático”, estamos nos referindo a apenas um dos aspectos do signo e, de fato, ao nos referirmos a alguns tipos de signos por meio de apenas um dos seus aspectos, já podemos pressupor quais são os tipos dos outros elementos dele, em algumas situações, por questão de compatibilidade. Apesar de tudo, um mesmo signo,

²² Cf. Peirce, *CP* 2.263.

²³ “(...) the science of semiotic has three branches. (...) The third (...) I call *pure rhetoric*. Its task is to ascertain the laws by which in every scientific intelligence one sign gives birth to another, and especially one thought brings forth another.” (Peirce, *CP* 2.229). Além de ser análoga à *retórica*, podemos aproximá-la, em outros termos, ao âmbito da *pragmática*. (Cf. Deledalle, *Théorie et pratique du signe*, Pg. 72 a 78).

que eventualmente seja chamado somente por um de seus aspectos, deve poder dar satisfações quanto aos seus outros dois elementos restantes. E, a rigor, cada um dos componentes do signo tem três possibilidades diferentes de constituição, como vimos nessas três tricotomias.

Os tipos de signos possíveis são dados, dessa forma, pelas combinações entre esses diversos tipos de elementos. Mas nem todas as combinações imagináveis desses elementos formam um tipo coerente e coeso de signo. Isso porque há certos pré-requisitos e pressuposições na combinação dos elementos, baseados principalmente na relação de hierarquia entre eles, análoga à relação entre as categorias básicas dos fenômenos.

Seguindo essa hierarquia, a terceira tricotomia, que indica os tipos de relação com o interpretante, depende da existência das duas tricotomias anteriores, que não constituem por si só a terceira tricotomia, ao passo que essas tricotomias anteriores dispensam a terceira para existirem. A segunda, que se refere à conexão entre signo e objeto, depende apenas da primeira, que não constitui sozinha a segunda tricotomia. E a primeira tricotomia, que é a do signo em suas características próprias, pode ser considerada sem vínculo tanto com a segunda quanto com terceira tricotomia.

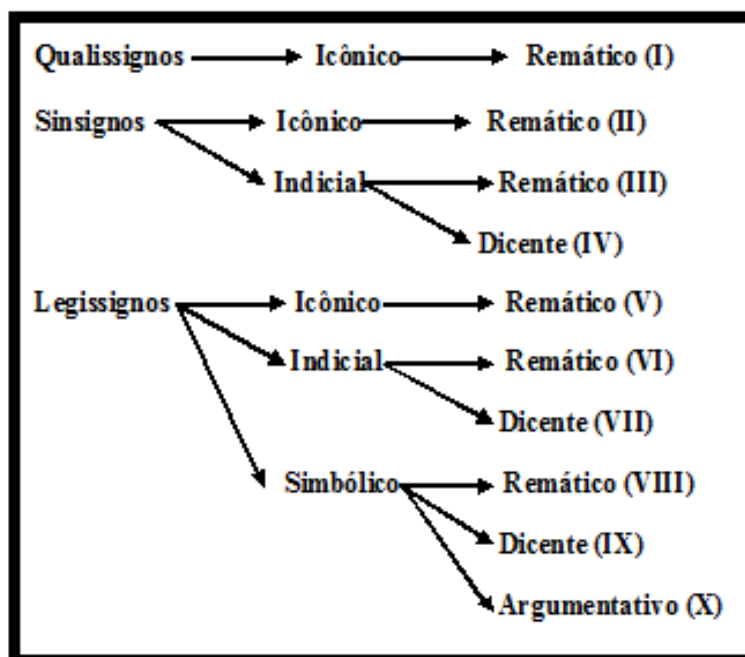
Se levarmos em consideração *todas* as possibilidades de combinações entre *todos* os elementos das tricotomias do signo, resultará um total de vinte e sete tipos de signos imagináveis. Contudo, apenas dez desses resultados formam tipos coerentes de signos²⁴. Para obtermos essas dez classes coerentes de signos, devemos levar em consideração essa relação hierárquica como uma relação de implicação, e devemos iniciar a montagem das classes dos signos a partir dos elementos da primeira tricotomia em uma ligação crescente com os demais elementos das outras tricotomias.

Aplicando essas orientações, obteremos os seguintes tipos de combinações. O primeiro elemento da primeira tricotomia é combinável apenas com os primeiros elementos das seguintes tricotomias, visto que ele não implica nenhum tipo de relação com os demais elementos; o segundo elemento da primeira tricotomia é combinável com o primeiro e com o segundo elemento da segunda tricotomia, onde o primeiro elemento da segunda tricotomia implica apenas no primeiro elemento da terceira

²⁴ “The three trichotomies of Signs result together “in dividing Signs into TEN CLASSES OF SIGNS, of which numerous subdivisions have to be considered.” (Peirce, *CP* 2.254). Peirce sugeriu outros tipos de tricotomias, e outras possibilidades de combinações, a fim de gerar uma quantidade maior de tipos de signos. Contudo, ele não as desenvolveu de forma suficiente, apenas deixando-as sugeridas. Assim, são essas dez classes de signos que iremos tomar como principal referência para classificação dos signos.

tricotomia, e o segundo elemento da segunda tricotomia implica no primeiro e no segundo elemento da terceira tricotomia. E assim sucessivamente, até esgotar as combinações possíveis, que resultam um total de dez.

Para visualizarmos essa progressão das combinações coerentes e a formação dessas dez classes de signos, tal como descrevemos acima, tomemos o seguinte quadro:



Aqui podemos ver que, ao partirmos da primeira tricotomia e seguirmos o preceito de combinação baseado na hierarquia dos elementos, é gerada apenas uma única classe baseada no primeiro elemento da primeira tricotomia, no qualissigno (I), três classes baseadas no segundo elemento da primeira tricotomia, no sinsigno (II, III e IV) e seis classes baseadas no terceiro elemento da primeira tricotomia, no legissigno (V, VI, VII, VIII, IX e X). Os algarismos romanos aqui indicam as classes de signos, que englobam em si os três tipos de elementos do signo, e fazem referência ao modo como Peirce enumerou esses tipos de signos, por meio de um quadro piramidal invertido, no qual ele sugere algumas afinidades e relações entre certos tipos de signos de acordo com a disposição da combinação em meio ao quadro²⁵.

As exemplificações para essas classes podem ser mais ou menos claras²⁶. Um dos exemplos mais difíceis de assimilação seria o da primeira classe, referente ao primeiro elemento da primeira tricotomia – o *qualissigno icônico remático (I)*. Para esse

²⁵ Cf. Peirce, CP 2.264. O quadro de Peirce e outras imagens afins estão em anexo ao final.

²⁶ Ver imagem 05 em anexo ao final.

tipo de signo – que tem como elemento significante uma mera qualidade fenomênica – as cores são os melhores exemplos. Imaginando uma situação ilustrativa para esse tipo de signo, poderíamos dizer que a própria cor amarela de um objeto particular qualquer nos transmitiria a ideia e/ou a sensação de calor por meio de uma semelhança entre a qualidade fenomênica da cor amarela observada e a cor do sol, por exemplo. Essa primeira classe de signos, em última instância, nos dá uma forte sugestão acerca da amplitude de abrangência da noção de signo elaborada por Peirce, que reserva o papel de significante de um signo até mesmo às qualidades fenomênicas.

Para os três tipos de signos baseados no segundo elemento da primeira tricotomia, temos exemplos mais ilustrativos, visto que todos esses tipos de signos têm como elemento significante um objeto ou uma situação concreta particular.

O *sinsigno icônico remático* (II) teria como exemplo uma pintura realista (de uma paisagem, por exemplo) ou as nuvens. Isso porque uma pintura seria um objeto particular que remeteria a um objeto por meio de uma semelhança visual entre ambos os objetos, sem com isso poder fornecer algo a mais do que uma ideia geral e meramente possível sobre aquele objeto significado. As nuvens, por sua vez, são exemplos bem ilustrativos. Pois, elas também são objetos particulares que podem apresentar semelhanças com várias coisas possíveis, mesmo que tais semelhanças não deixem completamente determinado qual objeto de fato as nuvens em questão se assemelham. Uma mesma nuvem pode apresentar muitas semelhanças com um coelho, um dragão ou uma tartaruga, de modo que elas não são capazes de fornecer nada a mais do que uma mera ideia sugestiva sobre o objeto de possível tematização dado através dela.

O *sinsigno indicial remático* (III) teria como exemplo uma batida numa porta ou um grito espontâneo. Ambas as situações mostram que há um contato direto entre objeto significante e objeto significado, sem com isso ser dadas informações sobre o objeto significado ou sequer poder determinar precisamente esse objeto significado. Alguém que ouve uma batida na porta tende a interpretar que haja uma pessoa atrás dela. Mas por meio apenas da batida, ela não consegue se assegurar que isso seja uma informação. Pois o motivo do som na porta pode ser outra coisa. Alguém que tenha ouvido um grito inesperado de uma pessoa tende a pensar que a pessoa está com dor, quando ela pode de fato estar assustada, ou desesperada, ou muito irritada, etc. De modo que aquilo, destituído de um contexto mais preciso, apenas evoca ideias, mas não determina qualquer informação que seja.

Por fim, o *sinsigno indicial dicente* (IV), que teria um rol bem maior de exemplos, pode ser bem imaginado a partir dos seguintes exemplos: um cata-vento (capaz de informar direção e intensidade do vento), uma fumaça (capaz de informar onde há fogo e a intensidade do fogo), uma pegada (capaz de informar que houve a presença de uma pessoa naquele local, informando a direção que ela seguiu), uma nuvem carregada (capaz de informar que há água nela e que irá chover) e uma fotografia (com um grau de precisão na informação muito elevado, capaz de mostrar detalhes visuais do objeto significado), etc. Esse tipo de signo exige um contato entre o significante e o objeto significado, e é capaz de fornecer informações sobre o objeto significado.

Esses três tipos de signos mostram as possibilidades de significação de todos os objetos e situações materiais particulares tomados em si mesmos. Tais objetos podem se remeter uns aos outros por semelhança ou por causalidade, dando maior ou menor precisão na determinação dos objetos significados. Todos eles nos mostram que *há algo* significado, mas nem todos eles indicam *o que é* precisamente isso que está sendo mostrado.

Ao passarmos aos exemplos das seis classes do terceiro elemento da primeira tricotomia, somos levados a nos envolver em maiores considerações. Em primeiro lugar, todos esses tipos de signos carecem de um caso particular, que é a ocorrência do signo em geral – ou legissigno –, que não se confunde com a própria ocorrência. Tais ocorrências de signos gerais são chamadas de réplicas, e elas acabam sendo classificadas de modo análogo às classes exemplificadas anteriormente: (II), (III) ou (IV). Em segundo lugar, há certas relações entre os tipos de signos que iremos chamar de signo *convencional* (o legissigno), signo *simbólico* (o símbolo) e signo *linguístico* (o argumento), a saber, todo signo linguístico é simbólico, e todo signo simbólico é convencional, mas nem todo signo convencional é simbólico, e nem todo signo simbólico é linguístico.

O *legissigno icônico remático* (V) teria como exemplo padrão o desenho de uma forma geométrica qualquer, como um quadrado. Isso porque esse quadrado particular desenhado é apenas um caso da noção abstrata de quadrado, e sua representação se dá por meio da semelhança entre o desenho e a forma abstrata, sem com isso ser capaz de fornecer informação alguma sobre esse objeto com base apenas em tal semelhança. Sua réplica seria um *sinsigno icônico remático* (II).

O *legissigno indicial remático* (VI) teria como exemplo padrão um pronome demonstrativo qualquer, como “este”, associado a um gesto ostensivo. A palavra “este” é um tipo geral de signo (que governa réplicas), que teve sua conexão originada através de uma constante associação física a objetos, e, utilizado isoladamente, não fornece nenhum tipo de informação sobre o objeto apontado, mas apenas evoca a atenção para essa coisa significada. Sua réplica seria do tipo *sinsigno indicial remático* (III).

O *legissigno indicial dicente* (VII) teria como exemplo padrão um pronome demonstrativo adicionado a um substantivo comum, como “este livro”, associado ainda a um gesto ostensivo. A expressão “este livro” é de tipo geral, remete a uma conexão direta com o objeto significado, dado a presença do demonstrativo “este”, e fornece informações sobre o objeto significado, na medida em que temos uma descrição possível para o objeto por meio dessa expressão e que podemos verificar se sua aplicação é correta (“verdadeira”) ou não (“falsa”) quanto a um objeto em específico. Sua réplica seria do tipo *sinsigno indicial dicente* (IV).

O *legissigno simbólico remático* (VIII) teria como exemplo padrão um substantivo comum, ou, em analogia à nomenclatura lógica, um termo. A palavra “livro”, tomada assim isoladamente, seria um tipo geral que se conectaria com seu objeto por meio de uma associação ou acordo prévio e não nos forneceria, por si só, informações sobre esse objeto, mas apenas daria uma ideia geral. Contudo, esse exemplo, que é de tipo linguístico, não é o único. Haveriam também situações não linguísticas para esse tipo de signo, como o exemplo das bandeiras, que seriam tipos gerais, simbólicos, e não forneceria – por si só – informações sobre o objeto representado. A réplica para esse tipo de signo seria o *sinsigno indicial remático* (III).

O *legissigno simbólico dicente* (IX) teria como exemplo padrão uma frase simples, ou uma proposição. A expressão “O livro é filosófico” nos dá informações determinadas sobre o objeto representado. Uma observação é a de que essa classe de signo também não implica necessariamente em exemplos linguísticos. Um exemplo de *legissigno simbólico dicente* não linguístico seria a mímica e gestos corporais mais complexos, com o poder de informar-nos adequadamente sobre uma situação. Sua réplica seria um *sinsigno indicial dicente* (IV).

O *legissigno simbólico argumentativo* (X), ou simplesmente *argumento*, é um tipo de signo convencional e simbólico que implica necessariamente na ideia de signos linguísticos. Isso porque além de ser um tipo geral de significante e de se relacionar simbolicamente com seus objetos, dá razões ou justificações para a informação que ele

sugere sobre seu objeto. Os dois últimos tipos de signos mencionados anteriormente, que podem ser termos e proposições, não implicam necessariamente em signos linguísticos. Contudo, o argumento só pode ser exemplificado por meio de signos linguísticos. Seu exemplo padrão seria, portanto, um silogismo, que teria como réplica final um *sinsigno* indicial dicente (IV). Os argumentos detêm ainda uma subdivisão em três subtipos de argumentos, que são chamados de *abdução*, *indução* e *dedução*²⁷.

Contudo, apesar do nome e das subdivisões dessa classe de signo sugerirem fortemente que tal classe diz respeito apenas aos argumentos em sentido lógico – que é o interesse explícito de Peirce –, essa classe de signo representa antes todo tipo de articulação dos signos linguísticos, em discursos e em relações mais complexas. Isso porque essa “razão”, ou poder de “justificação”, que esse signo tende a fornecer pode também ser entendida como a determinação ou elaboração de um contexto que seja capaz de explicar uma informação provinda de um signo dicente. Esse contexto justificativo pode ser observado na própria diferenciação entre os tipos de signos *remáticos* e os tipos *dicentes*, visto que um mesmo tipo de signo pode deixar de ser *remático* e passar a ser *dicente*, ou vice-versa, dependendo do contexto de uso do signo em questão, apesar de que nesses tipos de signo o contexto não forneceria justificações, mas apenas aprimoraria o poder informativo do signo. Por meio dos exemplos usados anteriormente, podemos dizer que o termo “livro”, que isoladamente apresenta um caráter *remático*, ao ser inserido em um contexto proposicional, passa a ser um signo *dicente* e a fornecer informações. A proposição em que esse termo aparece, ao ser inserida em um contexto discursivo, passa a ter razões para ser acreditada como verdadeira ou falsa.

A totalidade das dez classes de signo diz respeito a todos os tipos possíveis de signos e, visto que tudo que existe se coloca como um signo para nós, de uma maneira ou de outra, tudo que existe deve poder ser descrito por alguma dessas classes de signo apresentadas aqui, de alguma forma.

Uma reação crítica à afirmação de um mundo *pansemiótico* se baseia, fundamentalmente, em uma ideia intuitiva de que notória e obviamente há coisas que não necessariamente se colocam a nós como um signo e de que há coisas que temos um trato cognitivo imediato, que estão aí, simplesmente presentes e que dispensam qualquer necessidade de mediação constante. Esse tipo de crítica, de caráter de senso comum, se

²⁷ “Argument is of three kinds: *Deduction*, *Induction*, and *Abduction* (usually called adopting a hypothesis).” (Peirce, *CP* 2.96).

baseia em convicções sobre a capacidade humana em ter conhecimentos intuitivos, que em Peirce encontra um tratamento específico no sentido de mostrar que nosso conhecimento sempre precisa ser considerado como algo mediado por conhecimentos prévios²⁸. Mas, o que significa pressupor, em senso comum, que um objeto qualquer que esteja ao nosso redor, que sequer é dada uma atenção mínima, é para nós um signo de certo tipo ou classe? Para essa situação, uma resposta possível seria dada através dos tipos de signos de possibilidade, que tem como teor interpretativo um caráter remático, visto que eles, na medida em que não nos mostram algo de forma determinada, podem apenas deixar subentendidas ou sugeridas certas ideias ou interpretações, a tal ponto que não necessariamente precisaríamos estar conscientes sobre tais interpretações ou ideias. Podemos pensar que todo o pano de fundo que nos rodeia constantemente, todo o conjunto de coisas que passam despercebidas por nós, se encontram sempre mediadas por interpretações nossas que também passam despercebidas por nós. É o caso, por exemplo, da formação dos juízos perceptivos, que é dado por inferências inconscientes²⁹.

As coisas existentes, pensadas ou não de fato, apresentam suas características como tais unicamente devido ao fato de elas poderem estar constantemente mediadas por signos em potência, de maior ou menor importância, em maior ou menor uso, para um interpretante possível. Podemos entender melhor essa gradação de relevância no uso dos diferentes signos existentes em analogia com os atos de fala propostos por Austin, onde veríamos bem uma relação de graus de importância dos signos potenciais. Na teoria dos atos de fala, uma proposição que é dita, é mostrada como necessariamente acompanhada de outros elementos significantes que interferem na compreensão daquilo que é dito³⁰. Não há como interpretar apenas aquilo que é dito e somente aquilo. Em conjunto com o que é dito, com o ato de fala em seu aspecto locucionário, aparecem elementos diversos, como o tom da voz, expressões corporais, e etc., que são aspectos ilocucionários e que sugerem intenções e demais informações a se somarem com aquilo que é expressamente dito. Tais elementos ilocucionários são signos colaterais que estão disponíveis para interferir na significação daqueles signos principais.

Isso mostra que, apesar de podermos considerar que tudo que nos rodeia sejam potencialmente signos, nem todos os signos têm a mesma importância, sendo uns mais

²⁸ “We have no power of Intuition, but every cognition is determined logically by previous cognitions.” (Peirce, *CP* 5.265).

²⁹ Cf. Magalhães, *Sobre a percepção e a abdução*, Pg. 72 e 73. & Cf. Peirce, *CP* 7.21-35.

³⁰ Cf. Austin, *Quando dizer é fazer*, Pg. 85-90.

ênfâtizados e outros menos. No caso da teoria pragmática dos atos de fala, o esforço está em mostrar que apesar de podermos considerar o âmbito locucionário como central, ele não é autônomo e não é único, por mínimo que seja a influência significativa dos elementos ilocucionários, ela está sempre presente, informando detalhes que, por exemplo, seriam dificilmente expressos através de atos comunicativos tomados apenas em aspectos locucionários. Essa pode ser uma forma específica (onde os exemplos se limitam ao lócus da expressão linguística articulada oralmente) que poderíamos generalizar para visualizarmos e compreendermos como tudo pode ser considerado potencialmente signo em meio a graus de atenção sobre essa diversidade indefinida de signos possíveis que é o mundo que nos cerca.

Enfim, o que define em última instância um signo são as relações entre seus componentes que, como vimos, podem ser de diversos tipos e podem ser dados em várias subdivisões. Em meio ao quadro de classificações do signo, iremos manter o foco, de modo mais pausado, apenas no terceiro elemento do signo, o interpretante, a fim de elucidarmos o contexto em que Peirce considera os signos mentais.

2.3 – Signos mentais e hábitos de ação

2.3.1 – O elemento interpretante

O elemento de composição do signo correspondente à categoria de terceiridade, chamado de *interpretante* por Peirce, por si só é capaz de caracterizar o cerne do funcionamento de um signo e sua própria natureza funcional. Por isso, falar sobre o interpretante é falar do que há de mais central em um signo, podendo os outros elementos ser mantidos como detalhes pressupostos (sem nunca poderem ser dispensados completamente), e ser colocados em parênteses, para assim nos atermos somente ao que há de mais essencial no signo.

A expressão “interpretante de um signo” equivale aproximadamente ao sentido de “*aquilo* que serve para interpretar um signo”. Isso que é usado para interpretar deve ser distinguido da pessoa que interpreta: o intérprete, ou “*quem* interpreta o signo”. Assim, se faz necessário uma distinção básica entre “interpretante” e “intérprete”, para começarmos a caracterizar o que seja especificamente o interpretante. Para esclarecermos tal distinção, utilizaremos a oposição entre as noções de “processo de comunicação” e de “sistema de significação”, traçadas por Umberto Eco a respeito da semiótica de Peirce:

“O intérprete – como protagonista ativo da interpretação – está certamente pressuposto no curso de um *processo de comunicação* (eu digo *rosa* para alguém e esse alguém compreende que quero dizer “flor vermelha”). Esse intérprete, porém, não é necessário num *sistema de significação*, isto é, num sistema de instruções que manda corresponder “flor vermelha”, como interpretante correto, à expressão *rosa*.”¹

Antes de tudo, o interpretante é algo que pressupõe a existência de um intérprete: “O Signo cria algo na Mente do Intérprete (...). E esta criação é chamada de

¹ Eco, *Os limites da interpretação*, Pg. 183. Da mesma forma como um intérprete é dispensável frente a um sistema de significação, podemos pensar que a generalidade desse sistema não precisa necessariamente guiar interpretações singulares em todo sentido e a qualquer custo. Nesse sentido, poderíamos entender essa dualidade também em termos de singularidade *versus* generalidade, como é sugerido a seguir: “A interpretação adequada provém apenas do encontro do intérprete com um enunciado e com um falante; é preciso apenas fazer justiça a quem fala – e não a um conjunto de regras universais que estabeleçam significados. Interpretar (...) não se baseia em princípios semânticos gerais. Mais uma vez, pode ser que o conhecimento de regras universais abra a porta da interpretação, mas no ato singular de interpretar enunciados, estamos diante de um caso em que a atenção se dirige a uma singularidade.” (Hilan, *Excessos e Exceções*, Pg. 150).

Interpretante.”². Basicamente, a relação entre intérprete e interpretante é uma relação entre um portador e algo portado por este portador. Assim, o interpretante é sempre uma parte componente do intérprete. Contudo, apesar de o interpretante ter sua existência necessariamente associada a alguma mente em particular, o que concede seu poder para significar não depende de forma alguma de qualquer mente em particular. Assim, para realizar aquilo que lhe é próprio, que é ser o aparato que permite ao signo *significar*, ele não necessita diretamente do intérprete que o permite *existir*³.

Aqui o interpretante mostra-se como aquilo que faz com que o signo possa significar e com que um intérprete possa compreender um signo; sendo algo que tem um funcionamento essencialmente mental, gerado em um intérprete como a consequência da interação dele com um determinado signo. A “significação” é um dos sinônimos utilizados por Peirce em relação ao interpretante, como também a expressão “significância”, que indicaria o interpretante como responsável pela fonte do próprio processo de significação de um signo, sua própria *capacidade* de significar. Dessa forma, aquilo que permite um signo ser interpretado significativamente – o interpretante –, é o que produz e corporifica o significado desse signo. Relacionar-se com um interpretante quer dizer significar, e significar quer dizer relacionar-se com um interpretante⁴.

Um trecho mais explícito de definição para o interpretante, que o relaciona com o que é chamado por “significado do signo”, seria este:

“Para o significado resultante de um signo, proponho o nome, o *interpretante* do signo. (...) Se o interpretante é necessariamente um resultado triádico, é questão de palavras, ou seja, do limite que damos ao termo “signo”; mas parece-me conveniente fazer da produção triádica do interpretante algo essencial ao “signo” (...). Nestes termos, é muito simples (...) ver o que é o interpretante: é tudo aquilo que é explícito no signo em si mesmo, extraído do contexto e das circunstâncias de seu uso.”⁵

² Peirce, *Semiótica*, Pg. 161. “The Sign creates something in the Mind of the Interpreter (...). And this creature of the sign is called the Interpretant.” (Peirce, *CP* 8.179).

³ “O importante na definição de semiose elaborada por Peirce é que ela não toma em consideração nenhum intérprete ou sujeito consciente.” (Eco, *Os limites da interpretação*, Pg. 182 e 183). Ou seja, não toma em consideração o intérprete apenas com respeito à funcionalidade do interpretante, deixando de lado o detalhe que é o meio de existência do interpretante, detalhe que enfatiza demais aspectos psicológicos.

⁴ Cf. Peirce *CP* 2.252, 8.179 e 8.184. Aqui, “significado” seria o resultado da ação de significar, de relacionar-se com um interpretante, que é também um sinônimo, em termos gerais, para o interpretante. Esses diversos sinônimos para o interpretante: “significação”, “significado”, “significância”, “sentido”, etc., mostram aspectos diferenciados do interpretante, mas todos eles estariam referindo-se a uma mesma e única noção geral e processual de interpretante.

⁵ “For the proper significate outcome of a sign, I propose the name, the *interpretant* of the sign. (...) Whether the interpretant be necessarily a triadic result is a question of words, that is, of how we limit the extension of the term “sign”; but it seems to me convenient to make the triadic production of the

Aqui ele relembra a composição triádica do signo, como algo intrinsecamente relacionada ao interpretante. Na medida em que se interpreta *uma coisa* como conectada e referente a *outra coisa*, de um determinado modo e sob determinados aspectos, *essa interpretação* resultante pressupõe, em sua existência como tal, uma relação prévia entre no mínimo três elementos distintos. Esse mérito de o signo ser composto dessa maneira em específico é uma questão exclusivamente de definição.

Além disso, é mencionado também o fato de que o interpretante independe de qualquer tipo de contexto ou circunstâncias em que ele é gerado e porventura se encontre. Dessa forma, o interpretante passa a ser tudo que há de explícito em um signo tomado isoladamente, aquilo que possa ser explicitado em um signo ao ser abstraído de seu contexto de uso. O interpretante, sendo observado sob a ótica de seu poder de explicitar o conteúdo informativo que subsiste em um signo, proporciona a exposição apropriada do conteúdo mesmo de um signo, que é o seu significado explícito⁶.

Utilizando o exemplo que Eco sugere acima, podemos visualizar melhor essa característica do interpretante, que poderíamos dizer ser seu caráter objetivo. Dada a expressão “rosa”, teríamos a noção “flor vermelha” como um interpretante possível para ela. Este conteúdo dessa expressão é caracterizado por ser explícito no sentido de ser objetivo e publicamente acessível a qualquer intérprete a partir do uso dessa expressão. Apesar de não ser o único interpretante possível para a expressão “rosa” (que, por exemplo, pode ser interpretada como a noção geral de “cor”), o fato de ser possível essa ligação entre essas diferentes expressões demonstra o poder significativo do signo “rosa”, e a geração de um interpretante para tal signo.

Esse caráter objetivo do interpretante não dispensa, contudo, os elementos acidentais do processo de significação. Essas partes acidentais, que a rigor não fazem parte do interpretante em si mesmo, são o que Peirce chama no trecho a seguir de “observações colaterais”:

interpretant essential to a "sign" (...) .On these terms, it is very easy (...) to see what the interpretant of a sign is: it is all that is explicit in the sign itself apart from its context and circumstances of utterance.” (Peirce, *CP* 5.473) [Tradução minha].

⁶ Aqui o que o interpretante informa se assemelha com a noção de “dizível” (*lektón*) estóico, que é tudo aquilo que permanece dito a partir de uma formulação linguística racional, de modo subsistente e independente dessa formulação em que aparece. (Cf. Long & Sedley, *The Hellenistic Philosophers*, Pg. 195 e 196). O *lékton* estóico é traduzido no período medieval, entre vários outros termos latinos possíveis, por *status* e *dictum propositionis*, no caso de Abelardo, por exemplo, onde é distinguida a significação de um termo universal tomado isoladamente e a significação de uma proposição. (Cf. Kneale, *O Desenvolvimento da Lógica*, Pg. 143).

“Toda aquela parte da compreensão do Signo para a qual a Mente Interpretante necessitou de observação colateral está fora do Interpretante. Por “observação colateral” não quero dizer familiaridade com o sistema de signos. O que é assim obtido não é COLATERAL. É, pelo contrário, o pré-requisito para se obter qualquer ideia significada pelo signo. Mas, por observação colateral entendo uma prévia familiaridade com aquilo que o signo denota.”⁷

A significação dispensa a familiaridade com as coisas significadas, assim como dispensa a participação de qualquer interpretação particular de qualquer intérprete para constituir um interpretante. Essas dispensas querem dizer apenas que esses fatores não influenciam diretamente na constituição do interpretante. Antes, fica registrado nesse trecho que apenas a familiaridade com um sistema geral de significação, com um sistema de regras gerais que, no dizer de Eco, “manda corresponder ‘flor vermelha’, como interpretante correto à expressão *rosa*”, é a condição básica para um interpretante tornar um signo significativo, ou para estabelecer o conteúdo (entre outros possíveis) de um determinado signo.

De forma resumida, essas são as características gerais de um interpretante. Esse elemento concentraria o cerne do poder significativo dos signos e de sua capacidade de prover entendimento sobre as coisas tematizadas e referidas através deles. Dessa primeira caracterização geral fica ainda uma questão crucial a ser esmiuçada: que tipo de coisa seria capaz de ser um interpretante, em um sentido lógico?⁸ A seguir analisaremos as duas respostas mais relevantes de Peirce, a de que um interpretante lógico pode ser tanto um hábito que regula ações quanto um signo de caráter mental.

⁷ Peirce, *Semiótica*, Pg. 161. “All that part of the understanding of the Sign which the Interpreting Mind has needed collateral observation for is outside the Interpretant. I do not mean by “collateral observation” acquaintance with the system of signs. What is so gathered is *not* COLLATERAL. It is on the contrary the prerequisite for getting any idea signified by the sign. But by collateral observation, I mean previous acquaintance with what the sign denotes.” (Peirce, *CP* 8.179).

⁸ Um interpretante pode ser de três tipos: o interpretante emocional e imediato, o interpretante energético e dinâmico, e o interpretante lógico e final, a serem tematizados a seguir. (Cf. Peirce, *CP* 5.475-476).

2.3.2 – O dilema sobre os tipos de interpretante lógico

Em relação à determinação de que tipo de coisa pode compor um interpretante, podemos pensar em duas versões distintas desenvolvidas em períodos separados no decorrer da produção intelectual de Peirce. Numa versão mais pioneira desenvolvida nos artigos de 1868, ele não faz classificações detalhadas sobre as possibilidades de constituição do interpretante. Apenas um tipo de interpretante é sugerido nessa sua primeira fase. O interpretante seria algo de natureza sensorial ou sentimental em nossa consciência, que exerce ele mesmo a função de signo: “(...) sempre que pensamos, temos presente na consciência algum sentimento, imagem, concepção ou outra representação que serve como signo”¹. Nessa perspectiva, Peirce descreve o signo mental como o único tipo de interpretante possível.

Em meio a esta opção, é gerada uma consequência que atribui à ação dos signos uma característica processual e constante, devido basicamente ao fato de que o interpretante, terceiro elemento de um signo, é ele mesmo da natureza funcional de um signo. Se o interpretante é um signo mental, de estrutura triádica, ele mesmo carece de um interpretante para si, como seu terceiro elemento, de modo que esse novo interpretante exigido também carece de um interpretante para si, na medida em que é um signo mental, e assim se produz interpretantes *ad infinitum*². Esse processo contínuo que é gerado nesta concepção de Peirce é designado por “semiose ilimitada”, visto que o processo de semiose passa a não pode ter, a rigor, um interpretante final e nem limites *a priori* estabelecidos³.

Peirce reformula, em um período posterior, o modo de abordar o elemento interpretante e seus possíveis modos de composição. Contudo, essa mudança na postura dele não é algo que exclui a noção de signo mental como interpretante, como é sugerido por Gentry:

¹ Peirce, *CP* 5.283.

² Em várias passagens de definição do signo, Peirce indica o interpretante com um caráter de signo e já indica a abertura dessa série indefinida de semiose: “A sign, or *representamen*, is something which stands to somebody for something in some respect or capacity. It addresses somebody, that is, creates in the mind of that person an equivalent sign, or perhaps a more developed sign. That sign which it creates I call the *interpretant* of the first sign.” (Peirce, *CP* 2.228). “Anything which determines something else (its *interpretant*) to refer to an object to which itself refers (its *object*) in the same way, the interpretant becoming in turn a sign, and so on *ad infinitum*.” (Peirce, *CP* 2.303).

³ Cf. Peirce, *CP* 2.86, 2.92, 2.230, 2.274, 2.303, 4.6, 4.549, 5.253, 5.284 e 5.427. Sobre a designação de “semiose ilimitada”, Cf. Volli, *Manual de semiótica*, Pg. 37.

“A principal razão dada para desqualificar o signo mental como um interpretante era a de que ele *é* um signo e, conseqüentemente, requer um interpretante lógico. O signo mental era concebido como um interpretante lógico, porém do tipo que é somente “imperfeitamente” [um interpretante].”⁴

Utilizar signos mentais para explicar o interpretante gera necessariamente algum tipo de semiose ilimitada, e isso pode ser visto como algo que trás uma imperfeição ao funcionamento de um sistema de signos. Na reformulação de Peirce sobre os interpretantes, nessa versão pragmatista mais tardia⁵, Peirce concebe outros tipos de interpretantes, de modo que o “essencial à ação do signo é, não que o interpretante seja mental, mas que a sua produção seja triádica”⁶, onde ele postula o hábito de ação como interpretante de maior importância, sem negar ao signo mental o fato de também ser um interpretante de relevo.

Na versão pragmatista, o interpretante é dividido em três tipos gerais mais básicos. São eles: o interpretante emocional ou imediato, o interpretante energético ou dinâmico, e o interpretante lógico. Esses tipos de interpretantes podem ser entendidos também em analogia com as categorias básicas de Peirce, visto que elas apresentam, respectivamente, características próprias à primeiridade, secundidade e terceiridade. E, ao contrário da classificação da terceira tricotomia do signo (rema, dicente e argumento), elas dizem respeito sobre o que seja o interpretante, e não apenas a que tipo de relação o signo entretém com o interpretante.

O interpretante emocional/imediato é um sentimento que se segue como um efeito instantâneo de um signo. Ele é o tipo mais básico de todos os interpretantes, análogo à categoria de primeiridade, e assim pressuposto em todos os tipos de interpretantes ulteriores. Dessa forma, esse mesmo sentimento que serve como interpretante pode apenas se manter como uma possibilidade na tarefa de significar alguma informação mais precisa sobre o signo⁷.

⁴ George Gentry, *Habit and the Logical Interpretant*, Pg. 89.

⁵ Essa versão é desenvolvida centralmente em um artigo não publicado de Peirce chamado “A Survey of Pragmaticism”, de 1906 (em Peirce, *CP* 5.464-496), texto que mostra ligações entre a semiótica e o pragmatismo de Peirce. (Cf. Gradim, *O sistema semiótico de Charles S. Peirce*, Pg. 308).

⁶ Cf. Gradim, *O sistema semiótico de Charles S. Peirce*, Pg. 309.

⁷ “The first proper significate effect of a sign is a feeling produced by it. There is almost always a feeling which we come to interpret as evidence that we comprehend the proper effect of the sign, although the foundation of truth in this is frequently very slight. This “emotional interpretant,” as I call it, may amount to much more than that feeling of recognition; and in some cases, it is the only proper significate effect that the sign produces. Thus, the performance of a piece of concerted music is a sign. It conveys, and is intended to convey, the composer’s musical ideas; but these usually consist merely in a series of feelings.” (Peirce, *CP* 5.475).

O interpretante energético/dinâmico pressupõe a existência prévia desse sentimento que é o interpretante emocional. Contudo, ele fornece um maior poder significativo ao efeito do signo. Esse interpretante é ele mesmo um fato, uma ocorrência particular de esforço de entendimento, indicando tanto um empenho muscular físico quanto um empenho mental. O que há em comum entre os interpretantes emocional e energético é o fato de ambos serem de natureza singular, como ocorrências específicas que não têm em si mesmas uma natureza geral⁸.

Assim como é preciso distinguir entre **tipos de interpretantes** e **tipos de relações entre significantes e interpretantes**, se devem distinguir também os **tipos de objetos** dos **tipos de relações entre significantes e objetos**. A segunda tricotomia do signo, que descreve o ícone, o índice e o símbolo, refere-se ao modo de o signo e o objeto se conectarem e se relacionarem entre si, mas não falam sobre como tais objetos podem, a princípio, ser. É preciso agora abordar ligeiramente esses tipos de objetos, já que: “(...) há uma possível dúvida de onde uma linha deveria ser traçada entre o interpretante e o objeto”⁹.

Os objetos de um signo podem ser divididos basicamente de dois modos: os objetos imediatos e os objetos dinâmicos. A distinção é a seguinte:

“Quanto ao objeto, pode ser o Objeto enquanto conhecido no Signo, e, portanto uma Ideia, ou pode ser o Objeto tal como é, independentemente de qualquer aspecto particular seu, o Objeto em relações tais como seria mostrado por um estudo definitivo e ilimitado. Ao primeiro destes denomino Objeto *Imediato*, ao último, Objeto *Dinâmico*.”¹⁰

Aqui o objeto imediato pode se confundir com o interpretante imediato. De fato, eles podem ser concebidos como perspectivas diversas de um mesmo “sentimento” ou “sensação”, em um mesmo estado mental. Atendo-se à perspectiva do objeto, nesse caso, ele apresentaria a condição de coisa referida, enquanto na perspectiva do interpretante, esse mesmo estado mental deixaria de ser algo referido para ser algo com

⁸ “If a sign produces any further proper significate effect, it will do so through the mediation of the emotional interpretant, and such further effect will always involve an effort. I call it the energetic interpretant. The effort may be a muscular one, (...) but it is much more usually an exertion upon the Inner World, a mental effort. It never can be the meaning of an intellectual concept, since it is a single act, [while] such a concept is of a general nature.” (*Idem*).

⁹ “(...) there is a possible doubt as to where the line should be drawn between the interpretant and the object.” (Peirce, *CP* 5.473).

¹⁰ Peirce, *Semiótica*, Pg. 162. “As to the Object, that may mean the Object as cognized in the Sign and therefore an Idea, or it may be the Object as it is regardless of any particular aspect of it, the Object in such relations as unlimited and final study would show it to be. The former I call the *Immediate* Object, the latter the *Dynamical* Object.” (Peirce, *CP* 8.183).

um poder de fornecer uma significação adequada a outra coisa qualquer, que pode ser significada através dele. O objeto dinâmico, ao contrário do que possa parecer, não indica apenas coisas concretas, mas também coisas de caráter abstrato. E, além disso, todo signo pode, a princípio, fornecer como objeto significado tanto um objeto imediato quanto um objeto dinâmico¹¹.

O terceiro tipo de interpretante é, ao contrário dos dois anteriores, o que tem uma natureza geral. Somente o interpretante lógico que concede um efeito adequado, por exemplo, aos conceitos intelectuais gerais. No contexto da versão pragmatista de interpretantes, são levantadas quatro possibilidades para a determinação dele. Dentre essas quatro possibilidades, duas são as mais básicas e relevantes: o interpretante sendo ou da natureza de um hábito ou da natureza de um signo mental. Contudo, é a noção de hábito que é selecionada como a mais apta a explicar realmente o que seja um interpretante lógico:

“(...) pergunto então, uma vez que já vimos que o interpretante lógico é geral em suas possibilidades de referência (isto é, refere-se ou está relacionado com qualquer descrição), que categorias dos fatos mentais são suscetíveis de referência geral. Só encontro quatro: concepções, desejos (incluindo esperanças, temores, etc.) expectativas e hábitos. Garanto que não omiti nada de importante. Ora, não é explicação dizer que a natureza do interpretante lógico é um conceito (pois já sabemos que o é). A objeção aplica-se também ao desejo e à expectativa como explicações do interpretante, pois nenhum deles é geral se não através de ligação com um conceito. (...) Portanto, permanece apenas o hábito como sendo a essência do interpretante lógico.”¹²

Um conceito, que é um signo mental, não fornece melhor explicação para o interpretante lógico, pois o comportamento ordinário de um interpretante lógico já é como de um signo mental, como o conceito. Não é possível explicar adequadamente o funcionamento de um conceito usando de modo circular a própria noção de conceito, ou

¹¹ Como sugere Peirce no seguinte exemplo: “Take for example, the sentence “the Sun is blue”. (...) the “Sun” may mean the occasion of sundry sensations, and so is Immediate Object, or it may mean our usual interpretation of such sensations in terms of place, of mass, etc., when it is the Dynamical Object.” (*Idem*).

¹² Peirce, *Escritos Coligidos* (Os Pensadores), Pg. 134. “(...) I ask myself, since we have already seen that the logical interpretant is general in its possibilities of reference (i.e., refers or is related to whatever there may be of a certain description), what categories of mental facts there be that are of general reference. I can find only these four: conceptions, desires (including hopes, fears, etc.), expectations, and habits. I trust I have made no important omission. Now it is no explanation of the nature of the logical interpretant (which, we already know, is a concept) to say that it is a concept. This objection applies also to desire and expectation, as explanations of the same interpretant; since neither of these is general otherwise than through connection with a concept. (...) Therefore, there remains only habit, as the essence of the logical interpretant.” (Peirce, *CP* 5.486).

querer finalizar um entendimento sobre o que seja signo mental utilizando predominantemente a própria noção de signo mental nessa explicação.

Para obtermos uma elucidação mais substancial e positiva acerca do interpretante lógico, precisamos assumir o hábito como parâmetro principal desse tipo de interpretante. Os hábitos são disposições ou tendências para comportamentos e ações de determinado tipo, dada certa ocasião que motive a realização dessas ações¹³. As características centrais dos hábitos são sua capacidade de regular comportamentos e sua capacidade de poder ser modificada em certa medida pelo autocontrole humano, diferenciando-se, portanto, das disposições inatas:

“Os hábitos diferem das disposições naturais porque foram adquiridos como consequências do princípio, (...), segundo o qual comportamento da mesma espécie reiterado, (...), produz uma tendência – o *hábito* – a comportar-se de maneira semelhante no futuro. Além do mais – *aqui está a questão* –, os homens exercem um controle maior ou menor sobre si próprios através da modificação dos hábitos (...) *e estes hábitos têm a capacidade de influenciar o comportamento no mundo exterior* (...).”¹⁴

A formação de um hábito se dá através do condicionamento de realizações reiteradas de comportamentos semelhantes, que gera tendências e expectativas sobre comportamentos futuros. A regulação sobre a formação dos hábitos não é dada apenas pelo princípio de estímulo-resposta, ou de dor-prazer, mas é regulado principalmente mediante imposições sociais e impessoais em geral¹⁵. A capacidade de a pessoa poder modificar seus hábitos, baseando-se em necessidades pessoais e em interações sociais, indica sua capacidade de autocontrole. Um hábito modificado e regulado dessa forma, mediante autocontrole, é o que assenta a presença e a firmeza de nossas convicções: “O sentimento de acreditar é mais ou menos uma indicação certa de se haver estabelecido em nossa natureza algum hábito que determinará nossas ações”¹⁶. Na medida em que temos convicções sobre algo, temos concomitantemente hábitos que regulam nossas formas de interação com esse algo e nossa expectativa de conduta que de algum modo

¹³ Cf. Peirce, *CP* 5.480.

¹⁴ Peirce, *Escritos Coligidos* (Os Pensadores), Pg. 135. “Habits differ from dispositions in having been acquired as consequences of the principle, (...), that multiple reiterated behaviour of the same kind, (...), produces a tendency -- the *habit* -- actually to behave in a similar way under similar circumstances in the future. Moreover -- *here is the point* -- every man exercises more or less control over himself by means of modifying his own habits, (...) *and these habits will have power to influence actual behaviour in the outer world* (...).” (Peirce, *CP* 5.487).

¹⁵ Cf. Peirce, *CP* 5.377-378.

¹⁶ Peirce, *Ilustrações da lógica da ciência*, Pg. 43 - “The feeling of believing is a more or less sure indication of there being established in our nature some habit which will determine our actions.” (Peirce, *CP* 5.371).

envolva isso. Acreditar em algo é passar a ter certa disposição para interagir de certa forma com algo ou agir motivado de determinado modo.

A relação entre hábitos e convicções indica a relação necessária entre hábitos e conceitos. Quando julgamos e afirmamos algo, utilizando-nos de conceitos, há o acompanhamento de um sentimento de convicção naquilo que é afirmado, ao menos a princípio¹⁷. Um dos esforços centrais do pragmatismo de Peirce é mostrar que essa relação entre os significados dos conceitos e as condições de seus hábitos correspondentes é suficiente para determinação de tais significados.

Uma sugestão de proximidade entre tais esferas é dada em uma análise feita por Peirce sobre o significado da palavra “*meaning*”, que teria um sentido comum onde abrangeria tanto a expressão *means to do* (intenção de fazer), quanto a expressão *meaning of a word* (significação de uma palavra)¹⁸. O sentido comum entre essas expressões seria a vinculação delas a certa disposição para a ação, ou seja, a um hábito correspondente. Quando tencionamos fazer algo, temos certos hábitos como pré-requisitos, e quando significamos através de uma palavra, acionamos um mecanismo que tem a função de sugerir convicções e incutir variações em nossas tendências de comportamento. A diferença entre ambas – a intenção de fazer e o significado –, seria que, no intento de uma ação, certo estado mental – um hábito – é que fornece um parâmetro para realização de certos comportamentos que manipulam determinadas coisas, dessa forma, essas ações fazem com que o mundo se transforme com base nesse modelo mental regulador. Na significação de uma palavra, a direção de aplicação é outra, pois essa significação envolve em si mesma a possibilidade de exercer influência sobre nossos estados mentais de hábito, no sentido de alterá-la ou reforçá-la em sua tendência a gerar condutas. Assim, no fenômeno de significação, não é o mundo que se modela segundo nossos hábitos, mas nossos hábitos que se modelam segundo a manipulação de certos signos.

Essa capacidade própria de a significação de um conceito poder moldar hábitos é o cerne da concepção pragmatista. No pragmatismo, espera-se que a significação de um conceito se identifique com a totalidade dos efeitos dos hábitos que o uso desse conceito

¹⁷ Cf. Peirce, *CP* 5.370.

¹⁸ Peirce, *Escritos Coligidos* (Os Pensadores), Pg. 94 – “We are too apt to think that what one *means* to do and the *meaning* of a word are quite unrelated meanings of the word “meaning” (...). In truth the only difference is that when a person means to do anything he is in some state in consequence of which the brute reactions between things will be moulded [in] to conformity to the form to which the man's mind is itself moulded, while the meaning of a word really lies in the way in which it might, in a proper position in a proposition believed, tend to mould the conduct of a person into conformity to that to which it is itself moulded.” (Peirce, *CP* 1.343).

pode gerar: “(...) a mais perfeita análise de um conceito veiculado por palavras consistirá na descrição do hábito que se calcula que o conceito irá produzir”¹⁹. E tal descrição do hábito não é acerca de sua condição de ser um estado mental de certo tipo, nem uma descrição sobre os meros tipos de ações possíveis a que esse hábito pode dar origem, mas antes é sobre nossa conduta relativa a essas ações através de propósitos racionais²⁰.

Na primeira formulação do pragmatismo²¹, o significado de um conceito era determinado apenas em relação às consequências práticas que esse conceito supostamente gerava²². Tais consequências são adquiridas como resultados práticos de experimentos que envolvem o objeto denotado por certo conceito. Contudo, a questão não é simplesmente equivaler a soma de tais consequências com o significado do conceito, mas consiste em ver que tais consequências pressupõem modificações na conduta do sujeito envolvido na experimentação²³. Na medida em que um conceito é determinado por experimentos acerca das consequências práticas que envolvem seu objeto, o conhecimento dessas consequências implica na origem de certa tendência de conduta, relacionada com a experimentação, de modo que o sujeito guarda na mente os resultados obtidos por meio da seleção de certos modos de conduta. Assim, em sua versão mais tardia, Peirce substitui a descrição das consequências práticas do signo pelos hábitos que envolvem o uso do signo²⁴, de modo a ver tais consequências através da capacidade de seleção dos resultados por meio de propósitos racionais²⁵.

¹⁹ Peirce, *Escritos Coligidos* (Os Pensadores), Pg. 138. “(...) the most perfect account of a concept that words can convey will consist in a description of the habit which that concept is calculated to produce.” (Peirce, *CP* 5.491).

²⁰ Cf. Peirce *CP*, 5.412.

²¹ A máxima que constitui o pragmatismo de Peirce em sua versão mais elementar: “*In order to ascertain the meaning of an intellectual conception one should consider what practical consequences might conceivably result by necessity from the truth of that conception; and the sum of these consequences will constitute the entire meaning of the conception.*” (Peirce, *CP* 5.9).

²² As consequências práticas devem ser entendidas como condicionais que ligam realmente ações e percepções sensoriais, no seguinte sentido: “se acontece uma ação **A**, então ocorre uma experiência **B**”. (Cf. Moore, Intr. *The essential writings*, Pg. 17).

²³ “The writer of this article has been led by much experience to believe that every physicist, and every chemist, and, in short, every master in any department of experimental science, has had his mind moulded by his life in the laboratory to a degree that is little suspected.” (Peirce, *CP* 5.411). Peirce inicia o texto (um 1º artigo de uma série publicada em 1905 no *The Monist* em que se esforça em esclarecer sua aceção sobre o pragmatismo) com essas palavras, onde desenvolve a noção de que um conceito se relaciona intrinsecamente com suas influências concebíveis sobre a conduta da vida.

²⁴ “What is peculiar to this account is, first, its terminology: the logical interpretant of a sign is no longer described in terms of the “consequences” of what a sign or of (potential) sequences of others signs that “translate” it, but is described in terms of habits (...).” (Gallie, *Peirce’s pragmatism*, Pg.73).

²⁵ Uma exemplificação de conceito constituído pelas consequências práticas inerentes a hábitos pode ser o de “automóvel”, onde sua significação pode ser equivalente à soma das tendências de uma pessoa em agir de certa maneira para obter certos resultados, que envolveriam, entre outras ações, a de abrir a porta do

Um hábito que descreve o significado de um conceito envolve propósitos, e não apenas tendências mecânicas para comportamentos desconexos. Isso porque é característica própria ao hábito ser algo que pode ser submetido, em maior ou menor medida, ao autocontrole, onde, como já dito acima, “(...) os homens exercem um controle maior ou menor sobre si próprios através da modificação dos hábitos (...)”. Dessa forma, o conceito ganha um teor teleológico bastante evidente, ao ser analisado através de propósitos racionais²⁶:

“Ao traduzir os conceitos em regras que governam a ação, o Pragmaticismo pode ser agora considerado como um método que une conceitos e propósitos de tal modo que a conduta possa ser cada vez mais a manifestação da própria racionalidade (...). Enquanto meio para realizar esse ideal, a significação de um conceito consiste, justamente, no padrão (ou hábito) de ação racional que sua aceitação poderia envolver.”²⁷

Enfim, o tipo de interpretante lógico mais importante para um signo, dentre as opções possíveis, é identificado com um hábito, que fornece todos os aspectos de um parâmetro racional de regulação para nossas ações que interliga a significação de determinado signo com suas consequências práticas concebíveis. Contudo, apesar de Peirce adotar o hábito como interpretante lógico por excelência no contexto de defesa das ideias pragmatistas, ele não nega o fato do interpretante lógico ser simultaneamente um signo mental²⁸.

A vantagem mostrada pelo hábito frente ao signo mental em relação à composição do interpretante lógico é a de que o hábito consegue fornecer um parâmetro *final* para o entendimento de significação de nossos conceitos²⁹. Contudo, o pensamento é ordinariamente compreendido como algo que ocorre através de signos mentais, fato que, como vimos, ocasiona necessariamente algum tipo de semiose ilimitada. O hábito

carro com uma chave própria, para assim ser bem sucedido na ação, e não tentar abrir com outra coisa, acelerar o carro com o pé direito, e não com a mão esquerda, e etc., onde a descrição dessa lista de ações serviria para finalmente esclarecer o que significa “automóvel”: “It is not difficult to see how the pragmatic maxim would be applied in the case of comparatively simple objects such as an automobile. I can make my idea of an automobile clear by listing all of the ways in which I would act and all of experiences I would expect from any object that I would call an automobile.” (Moore, Intr. *The essential writings*, Pg. 21).

²⁶ “(...) a *conception*, that is, the rational purport of a word or other expression, lies exclusively in its conceivable bearing upon the conduct of life.” (Peirce, *CP* 5.412).

²⁷ Magalhães, *Sobre a Percepção e a Abdução: C. S. Peirce e a Uberdade da Abdução*, Pg.76 e 77.

²⁸ “Shall we say that this effect [the logical interpretant] may be a thought, that is to say, a mental sign? No doubt, it may be so (...).” (Peirce, *CP* 5.476).

²⁹ “I do not deny that a concept, proposition, or argument may be a logical interpretant. I only insist that it cannot be the final logical interpretant, for the reason that it is itself a sign of that very kind that has itself a logical interpretant. The habit alone, which though it may be a sign in some other way, is not a sign in that way in which that sign of which it is the logical interpretant is the sign.” (Peirce, *CP* 5.491).

de ação é utilizado como padrão de interpretante justamente para explicar o modo em que podemos considerar que haja um tipo de regulação final para toda carga significativa que se expande na interpretação inerente a todo signo. A utilização da noção de hábito é uma solução prática para o problema dos eventuais círculos viciosos que a adoção do signo mental como interpretante lógico implica³⁰. O hábito funciona como um tipo de consenso momentâneo de regulação do escopo significativo do repertório de signos utilizados para fins de comunicação entre os membros de certa comunidade comunicativa. Contudo, esse parâmetro final não elimina por si só o fenômeno da semiose ilimitada, e de tal forma que a própria adoção do hábito como interpretante lógico e *final* não pode ser considerada, a rigor, um final de fato. O perfil do final, atribuído ao hábito como interpretante lógico final, se relacionaria apenas a uma forma de fim condicional. O importante na noção de um interpretante lógico final não é que haja um fim que *aconteça de fato*, mas sim que *possa acontecer*, sendo, dessa forma, um final apenas em sentido hipotético:

“Quanto ao Interpretante, ou melhor, a “significação” ou “interpretação” de um signo, devemos distinguir entre um Imediato e outro Dinâmico, tal como fizemos com os Objetos Imediatos e Dinâmicos. Todavia, cumpre observar também que existe um terceiro tipo de Interpretante, que denomino Interpretante Final porque é aquilo que *finalmente se decidiria* ser a interpretação verdadeira se a consideração sobre o assunto fosse tão longe que se pudesse alcançar a uma opinião definitiva.”³¹

A apresentação do interpretante lógico e final é condicionada a um fim hipotético, que seria o significado final e definitivo do signo sobre um determinado objeto de estudo³². O hábito como interpretante é **atualmente** o que poderíamos afirmar como significado final de um signo *se* houvesse realmente um fim possível para o processo de significação e de crescimento de sua carga significativa. Assim, a opção de

³⁰ “(...) além do interpretante imediato, emotivo, energético e lógico – todos intrínsecos ao processo semiótico –, existe o interpretante lógico final, o hábito. A formação do hábito, visto como disposição para agir, detém (pelo menos transitoriamente) o processo sem fim da interpretação (...). Se, de acordo com a máxima pragmática, o significado de qualquer proposição é constituído apenas e tão-somente pelos possíveis efeitos práticos implicados pela asserção, toda vez que a proposição for verdadeira o processo interpretativo deverá deter-se – ainda que por pouco – do lado de fora da cadeira semiótica em processo.” (Eco, *Os limites da interpretação*, Pg. 288 e 289)

³¹ “As to the Interpretant, i.e., the “signification,” or “interpretation” rather, of a sign, we must distinguish an Immediate and a Dynamical, as we must the Immediate and Dynamical Objects. But we must also note that there is certainly a third kind of Interpretant, which I call the Final Interpretant, because it is that which *would finally* be decided to be the true interpretation if consideration of the matter were carried so far that an ultimate opinion were reached.” (Peirce, *CP* 8.184) [tradução minha].

³² Assim como no já citado trecho do *CP* 8.183, onde Peirce menciona que o estudo do Objeto Dinâmico seria “ilimitado” e “definitivo”, ao mesmo tempo.

Peirce em tomar o hábito como interpretante lógico principal, e toda sua argumentação em prol de seu método pragmatista, não contradiz a necessidade de se assumir um caráter ilimitado ao progresso de significação de um signo.

A semiose ilimitada, intrínseca ao uso do signo mental como interpretante lógico, permanece implícita mesmo na versão pragmática de interpretante. Isso porque tal noção é ainda algo condizente com a perspectiva evolucionária do escopo metafísico que Peirce pressupõe também em sua concepção sobre o pragmatismo³³. A concepção realista de Peirce sobre os significados envolve a ideia de que toda a realidade está em processo de crescente determinação e evolução, o que implica que nosso conhecimento só pode ser assumido como certo e verdadeiro se inserirmos a condição de que tal relação cognitiva se consolide também em um prazo suficientemente dilatado de tempo de investigação que resulta em uma opinião definitiva ao final dessa investigação indefinida³⁴.

Enfim, aqui mostramos a compatibilidade entre as duas versões de interpretante, a que envolve os signos mentais como interpretantes lógicos e a que envolve os hábitos de ação como interpretantes lógicos finais. O que permanece invariavelmente subentendido nas duas versões de interpretante é que os signos mentais se exercem como interpretantes³⁵, que a semiose detém um caráter necessariamente processual³⁶, e que a relação entre pensamento e significação é dada de caráter intrínseco e indissociável. Assim, podemos dizer que o signo mental tem participação central, juntamente com o caráter processual da semiose, no estabelecimento do que é essencial para o pensamento.

³³ “Para Peirce a interpretação infinita é possível porque a realidade nos surge sob forma de um *continuum* em que não existem indivíduos absolutos (...). A realidade é um *continuum* que nada na indeterminação e justamente por esse motivo o princípio da continuidade é o “falibilismo objetivado” (CP: 1.171). Se a possibilidade de erro está sempre presente, a semiose é potencialmente ilimitada. (...) Nesse sentido Peirce está afirmando um princípio de contextualidade: algo pode ser verazmente asseverado dentro dos confins de um universo de discurso dado sob certa descrição, mas tal asserção não exaure todas as outras determinações, potencialmente infinitas, daquele objeto.” (Eco, *Os limites da interpretação*, Pg. 286).

³⁴ “(...) a opinião verdadeira nunca pode ser identificada com toda a certeza, embora *in the long run* o homem deva necessariamente atingi-la.” (Gradim, *O sistema semiótica de Peirce*, Pg. 97).

³⁵ Necessariamente, como na versão pioneira, ou contingentemente, como na versão pragmática tardia, (Cf. Peirce, CP 5.427.)

³⁶ Em meio à versão pragmatista, a semiose ilimitada teria características diferentes das que teria em meio à versão pioneira. A noção de hábito é de grande auxílio na explicação de detalhes e no entendimento de um modo mais intuitivo sobre o processo de semiose ilimitada.

Cap. III – O signo mental em perspectiva

3.1 – Signo mental e as necessidades de expressão do pensamento

Ockham e Peirce são pensadores com orientações intelectuais bastante contrastantes em muitos aspectos. Apesar disso, podemos dizer que uma coisa que há em comum entre eles é justamente a noção de que é necessário haver expressividade para haver pensamento, necessidade envolta no entendimento sobre o signo mental. Podemos dizer que tanto em Ockham quanto em Peirce certa expressividade é posta como condição necessária para haver pensamento. Contudo, a cada um cabe uma argumentação distinta em prol dessa expressividade, que possui vários aspectos peculiares em ambos.

Ockham, por exemplo, não fornece uma argumentação explícita no sentido de indicar que o pensamento careça de signos mentais e de uma linguagem mental para ser constituído como tal. Contudo, a própria descrição dos conceitos universais como signos naturais que existem na mente já indica a relação implícita e intrínseca entre pensamento e mecanismos de linguagem. Apesar disso, não fica claro que o pensamento necessite de linguagem para ser constituído. O ponto em que podemos basear melhor a interpretação de que a expressividade é necessária ao pensamento seria na defesa de Ockham sobre a teoria do ato de intelecção, na explicação sobre os conceitos universais, em detrimento das possibilidades anteriormente consideradas:

“As partes dessas proposições mentais chamam-se conceitos, intenções, similitudes e intelecções. O que é, porém, o que na alma é tal signo? (...) Alguns dizem que não é senão uma ficção forjada pela alma. Outros, que é certa qualidade subjetivamente existente na alma, distinta do ato de intelecção. Outros dizem que é um ato de intelecção. E, em favor desses, está aquela razão de que ‘inutilmente se faz por mais o que se pode fazer por menos’. Tudo que é salvaguardado, admitindo algo distinto do ato de intelecção, pode ser salvaguardado sem tal distinto, porque supor por outra [coisa] e significar outra [coisa] pode competir tanto ao ato de intelecção como a outro signo. Não é preciso, portanto, admitir algo além do ato de intelecção.”¹

¹ Ockham, *Lógica dos termos*, Pg. 154. “Partes talium propositionum mentalium vocantur conceptus, intentiones, similitudines et intellectus. Sed quid est illud in anima quod est tale signum? (...) Aliqui dicunt quod non est nisi quoddam fictum per animam. Alii, quod est quod est quaedam qualitas subjective existens in anima, distincta ab actu intelligendi. Alii dicunt quod est actus intelligendi. Et pro istis est ratio ista quia ‘frustra fit per plura quod potest fieri per pauciora’. Omnia autem quae salvantur ponendo aliquid distinctum ab actu intelligendi possunt salvari sine tali distincto, eo quod supponere pro alio et significare aliud ita potest competere actui intelligendi sicut alii signo. Igitur praeter actum intelligendi non oportet aliquid aliud ponere.” (em Biard, trad. *Somme de Logique*, I, Cap. 12, Pg. 43 e 44).

Antes da defesa do signo mental como um ato de intelecção, Ockham chega a ver como plausível a afirmação de que o conceito seja como uma qualidade que exista na mente, diferente e anterior ao ato de inteligir². Por força de economia teórica, não precisamos postular uma entidade mental a mais além do próprio ato de inteligir para explicarmos o que seja um conceito, e sem causar maiores prejuízos para sua funcionalidade. Esse raciocínio pode ser entendido no sentido de que qualquer ato de intelecção, ou de pensamento, é já constituído por conceitos, que são signos, de modo que não acontece anteriormente a tais conceitos. A própria atividade de pensar funciona intrinsecamente como signo. E podemos dizer que essa expressividade do pensamento é necessária por força de economia teórica.

A argumentação de Ockham sobre a necessidade de expressão do pensamento seria baseada fundamentalmente na aplicação de sua navalha, e poderia ter suas premissas destacadas da seguinte maneira:

(1) *'Inutilmente se faz por mais o que se pode fazer por menos', ou seja, devemos evitar postular a existência de entidades supérfluas em meio a uma teoria;*

(2) *Nossos atos de pensamento funcionam como signos mentais.*

Dessas premissas decorre que não há nenhuma outra qualidade na alma, além dos atos de pensamento, que seja necessária para prover o entendimento humano. Sendo os atos de pensamento equivalentes aos conceitos, que são signos mentais, todo pensamento acontece através desses signos, onde a expressividade fornecida pelos signos mentais é uma característica necessária para a constituição do pensamento.

Em Peirce, a argumentação seguiria outros caminhos. Por exemplo, no seguinte trecho ele mostra um raciocínio em favor do fato de que não somos capazes de ter pensamentos sem haver signos que os expressem:

² Além da teoria do *fictum* e outras versões possíveis. (Cf. Ockham, *Ordinatio*, D. 2, Q. 8; & Adams, *William Ockham*, Pg. 73 e 74).

“Se seguirmos o enfoque dos fatos externos, os únicos casos de pensamento que nos é dado encontrar são de pensamento em signos. Não há, de modo claro, qualquer outro pensamento que possa ser evidenciado pelos fatos externos. Mas já vimos que é só através dos fatos externos é que o pensamento pode ser em geral conhecido. Dessa forma, o único tipo de pensamento possivelmente conhecível é o pensamento em signos. Mas um pensamento que não se pode conhecer não existe. Todo pensamento, portanto, deve necessariamente estar nos signos.”³

Aqui Peirce tem o intuito de mostrar que não há pensamento que não possa ser expresso em signos. Ele se utiliza, para isso, de uma relação cognitiva entre fatos externos e internos juntamente com o pré-requisito de que não existe o incognoscível. Utilizando outras passagens de Peirce em que ele fala sobre o pensamento⁴, podemos compreender melhor a forma em que todo pensamento deva estar em signos. Não que o pensamento se identifique estritamente com um signo, ou ele mesmo seja exatamente um signo, mas antes o pensamento é composto por signos. Esses o compõem no sentido de fornecerem a possibilidade de expressão e de interpretação necessárias para um pensamento, visto que destituído dessas possibilidades não é possível afirmar que algo possa ser constituído como um pensamento. Os mecanismos de significação são a estrutura que sustenta e permite a atividade de todo pensamento. Assim, podemos dizer que a expressividade, juntamente com sua interpretabilidade, são características indispensáveis para a constituição do pensar.

Em uma remontagem do argumento acima, as premissas centrais que embasam a elaboração da necessidade de o pensamento ser um processo que ocorre em meio a signos podem ser resumidas da seguinte forma:

³ Peirce, *Semiótica*, Pg. 253. “If we seek the light of external facts, the only cases of thought which we can find are of thought in signs. Plainly, no other thought can be evidenced by external facts. But we have seen that only by external facts can thought be known at all. The only thought, then, which can possibly be cognized, is thought in signs. But thought which cannot be cognized does not exist. All thought, therefore, must necessarily be in signs.” (Peirce, *CP* 5.251).

⁴ “(...) thinking always proceeds in the form of a dialogue, (...) so that, being dialogical, it is essentially composed of signs, as its matter, in the sense in which a game of chess has the chessmen for its matter. *Not that the particular signs employed are themselves the thought!* Oh, no; no whit more than the skins of an onion are the onion. (...) Yet that *the thought should have some possible expression for some possible interpreter, is the very being of its being.*” (Peirce, *CP* 4.6) [itálico meu].

(1) *A impossibilidade de conhecimento sobre algo implica na impossibilidade de existência desse algo. Não faz sentido afirmar que o que não pode ser conhecido tenha qualquer tipo de existência;*

(2) *O conhecimento original de **processos internos** (o pensamento, aquilo que é acessível unicamente à primeira pessoa) **depende** do conhecimento prévio de **processos externos** (a significação, aquilo que é associado a um conjunto de signos inerentes a um determinado sistema público e comunitário de regras);*

(3) *Todo poder de **significação** de um signo **depende** da sua capacidade de poder ser interpretado.*

Dado essas três premissas, segue-se que todo pensamento deva necessariamente poder ser expresso e poder ser interpretado através de signos, de tal modo que, se não houver tais possibilidades, não há pensamento.

Visto tais argumentações em prol da necessária expressividade do pensamento, como podemos considerar que seja composto o pensamento em seu aspecto interior, para Ockham e Peirce, na medida em que ele é vinculado estreitamente com signos? A atividade de pensar tem como um de seus aspectos centrais o fato peculiar de ser acessível à primeira pessoa, de ser um fenômeno “interno” a um sujeito. Com base nisso, como explicamos o fato de que mesmo tal atividade seja algo que tenha sua existência abalada na ausência de possibilidade de mecanismos de significações? Tradicionalmente⁵, o pensamento é visto como uma atividade que precede qualquer forma de veiculação ou comunicação através de signos, e seu caráter interno é visto com independência de fatores externos, salvo quanto a certas posições filosóficas que admitem que nossos objetos de pensamento provém da percepção sensorial⁶.

A explicação sobre o caráter interno do pensamento em meio a sua necessidade de expressão é dada justamente com a noção de signo mental. No contexto de Ockham isso é bastante visível. Ele fala diretamente que um ato de intelecção, ou de pensamento, tem

⁵ Tradição de caráter aristotélico anterior a Ockham (Cf. Spade, *Thoughts, words and things*, Pg. 87). Ou posterior a Ockham, na linha cartesiana, por exemplo, de considerar a substância pensante e o pensamento como totalmente independentes de palavras ou demais coisas corpóreas (Cf. Descartes, *Discurso do método*, Pg. 62).

⁶ Numa orientação empirista, como a de Ockham, todo objeto de pensamento deriva da experiência, mas não os próprios mecanismos de pensamento seriam derivados da experiência ou de outros fatores externos.

a capacidade de supor e significar coisas no mundo, funcionalmente como um signo, de tal modo que quando pensamos internamente ativamos nossos conceitos e nossa intencionalidade que funcionam nos moldes de significação de um signo, que é regulado por nossa gramática mental interna e inata.

No contexto de Peirce, apesar de haver detalhes diferentes, o pensamento interno é considerado da mesma maneira que em Ockham, onde os signos mentais são utilizados como as expressões que compõem o pensamento em seu aspecto interno:

“Só pensamos com signos. Estes signos mentais são de natureza mista; denominam-se conceitos suas partes símbolos. Se alguém cria um novo símbolo, ele o faz por meio de pensamentos que envolvem conceitos. Assim, é apenas a partir de outros símbolos que um novo símbolo pode surgir. *Omne symbolum de symbolo*. Um símbolo, uma vez existindo, espalha-se entre as pessoas. No uso e na prática, seu significado cresce.”⁷

A própria atividade interna de pensar e gerar entendimento acontece através de estados mentais que se comportam como signos. Tais estados mentais são amplos, podendo ser chamados de imagens, sensações, sentimentos, conceitos, etc., onde o cerne funcional é a capacidade de gerar entendimento como um signo⁸. Tais signos seguem um princípio regulador com referência a uma comunidade de comunicação, onde nossos hábitos (regulados por nossa participação e interação com a comunidade), segundo a orientação pragmatista, fornecem o parâmetro que a significação de nosso pensamento se baseia para gerar entendimento. Ou seja, os signos pelos quais pensamos internamente funcionam como nossos signos linguísticos falados e escritos, tendo uma origem convencional, visto que tanto os signos linguísticos como os signos mentais são tipos de símbolos. Concomitante à característica convencional do signo mental, surge também a sua característica potencialmente infinita, destacada anteriormente como o fenômeno da semiose ilimitada⁹, que surge em consequência da necessidade de interpretação ao pensamento, dentre outros fatores determinantes.

⁷ “We think only in signs. These mental signs are of mixed nature; the symbol parts of them are called concepts. If a man makes a new symbol, it is by thoughts involving concepts. So it is only out of symbols that a new symbol can grow. *Omne symbolum de symbolo*. A symbol, once in being, spreads among the peoples. In use and in experience, its meaning grows.” (Peirce, *CP* 2.302) [tradução minha].

⁸ “(...) whenever we think, we have present to the consciousness some feeling, image, conception, or other representation, which serves as a sign” (Peirce, *CP* 5.283).

⁹ A semiose ilimitada pode ser vista tanto a partir de um aspecto interno quanto de um aspecto externo. Um indivíduo, enquanto vive, nunca para de pensar, assim como uma comunidade ou uma cultura nunca para de se modificar ou crescer, sendo assim, “a cultura é toda, de certo ponto de vista, uma prática da semiose ilimitada.” (Vollí, *Manual de Semiótica*, Pg. 38). A seguinte passagem, em que Peirce fala sobre um tipo de fim para a semiose ilimitada, pode ser interpretada tanto com base em um aspecto interno quanto em um aspecto externo: “There is no exception, (...), to the law that *every thought-sign is*

Enfim, a expressividade está em ambos os autores como uma necessidade ao pensamento, contudo, argumentada e explicada de formas distintas em Ockham e em Peirce. O fato de que em ambos haja a necessidade de expressividade do pensamento indica um sentido amplo e comum para ambos sobre o signo mental. Em cada perspectiva mostrada, na medida em que o pensamento é descrito como um signo mental, é deixado pressuposto que o pensamento é uma atividade de geração de entendimento que acontece fundamentalmente através de signos, sejam esses entendidos da maneira que for. Dessa forma, Ockham e Peirce compartilham uma reivindicação sobre a necessidade de que para um pensamento poder se exercer enquanto tal deve haver um signo para expressá-lo e assim torná-lo possível enquanto tal.

translated or interpreted in a subsequent one, unless it be that all thought comes to an abrupt and final end in death.” (Peirce, CP 5.284). Essa morte que conclui a semiose ilimitada pode ser vista tanto como a morte de um indivíduo em particular, como a extinção da humanidade, que cessa a tendência da semiose ilimitada e encerra todo tipo de pensamento.

3.2 – Diferenças de contexto

O sentido em que o signo mental permanece comum entre Ockham e Peirce é bastante geral e abstrato. Os elementos mais interessantes estão nas diferenciações em relação ao contexto intelectual em que são inseridos os signos mentais em cada um.

O sentido em comum para o signo mental de ambos pode ser considerado uma influência histórica, visto que Peirce foi um leitor atencioso de autores medievais, dentre os quais está Ockham¹. Claudine Tiercelin, no seu artigo em que tenta mostrar a participação de autores medievais na constituição do pensamento semiótico de Peirce, indica a consciência de Peirce sobre a mudança realizada por Ockham ao propor uma gramática mental, análoga às gramáticas das línguas particulares, que rege os mecanismos do próprio pensamento conceitual.

“Peirce viu que parte da revolução ockhamiana estava na elaboração sistemática de uma visão sobre a *oratio mentalis*: em outras palavras, a revolução estava naquele momento em que a linguagem não é mais tomada – como o era na Antiguidade – como puro *logos*, um mero veículo do pensamento que, através das palavras e anterior a elas, vai diretamente às coisas; a revolução estava no momento, também, em que simplesmente não nos referimos mais, como fez Agostinho, a um *verbum mentis* afetado no fundo, por uma luz divina imaterial, mais uma visão do que uma fala, e que também é “anterior a todos os signos”.²

É certo ser mérito de Ockham, dentre outras contribuições inovadoras, o fato de realizar uma proposta mais clara e explícita com relação à existência e a utilidade de uma linguagem mental. Linguagem mental no sentido de haver um conjunto de itens elementares de significação, os signos, e de haver um conjunto de regras sintáticas sobre suas combinações e seu funcionamento, porém, no âmbito mental, de modo que o exercício de tal linguagem se identifique com o exercício do pensamento conceitual.

Essa mudança efetivada com Ockham, sugerida no trecho acima, é justamente no tocante à relação entre o pensamento e a linguagem. Com Ockham, o pensamento passa a ser algo que ocorre, por definição, através de signos, onde anteriormente não

¹ “Muito cedo (em meados da década de 1860), (...) Peirce lê atentamente autores como Roger Bacon, Pedro de Espanha, P. Abelardo e G. de Ockham. Quando se olha a lista de livros de lógicos medievais que estavam disponíveis em Harvard em 1880, impressionam-nos pela quantidade de livros raros que pertenciam ao próprio Peirce (...) Daí a erudição de Peirce não ser apenas de fontes secundárias (...), ele também vai diretamente aos próprios textos.” (Claudine Tiercelin, *A importância dos medievais na constituição da semiótica e teoria dos signos de Charles Sanders Peirce*, Pg. 177 e 178).

² Claudine Tiercelin, *A importância dos medievais na constituição da semiótica e teoria dos signos de Charles Sanders Peirce*, Pg. 189.

havia esse tipo de relação, ao menos não de maneira explícita. Esse ponto é um dos quais Peirce de fato vê como importante em Ockham:

“Ockham sempre pensa numa concepção mental como um termo lógico que, em vez de existir no papel, ou na voz, está na mente, mas é da mesma natureza geral, ou seja, é um *signo*. A concepção e a palavra diferem sob dois aspectos: primeiro, uma palavra é arbitrariamente imposta, enquanto que uma concepção é um signo natural; segundo, uma palavra significa aquilo que significa apenas indiretamente, através da concepção que significa a mesma coisa diretamente.”³

Nesse trecho, Peirce faz um apanhado sobre as relações entre conceito (signo mental) e palavra (signo linguístico convencional) em Ockham. O conceito é um signo natural das coisas, e as significa diretamente, enquanto a palavra é um signo convencional e significa as coisas de maneira indireta, após subordinação a um conceito. Fora o fato de Peirce compartilhar o fato de que a concepção mental é da natureza geral de um signo, podemos destacar três âmbitos de diferenciação sobre esse fato em comum.

Primeiramente, uma das maiores diferenças com respeito à noção de signo mental é a de que, para Ockham, seu surgimento é dado naturalmente, enquanto para Peirce, a origem deste é baseada em convenções dadas numa comunidade. Essa diferença em si mesma pode ser considerada a melhor representação da disparidade entre esses dois pensadores, e seus respectivos contextos intelectuais de desenvolvimento do signo mental.

Para Ockham, o conceito é um signo mental que adquire seu poder de significação através de um processo epistêmico natural originado a partir de uma relação causal com os objetos significados. Além disso, tais signos mentais gerados dessa forma funcionam através de uma gramática mental inata à estrutura cognitiva humana. Ou seja, para que o conceito possa existir, é preciso duas condições, uma delas é a possibilidade de um contato epistêmico com o mundo e a outra é uma expressão mental possível em meio a nossa gramática mental.

Para Peirce, diferentemente de Ockham, o signo mental é de origem convencional. Apesar de poder haver graus na classificação do signo mental, sendo possível indicar relações icônicas e indiciais com seu objeto e não apenas relações

³ Peirce, *Semiótica*, Pg. 325. “Ockham always thinks of a mental conception as a logical term, which, instead of existing on paper, or in the voice, is in the mind, but is of the same general nature, namely, a *sign*. The conception and the word differ in two respects: first, a word is arbitrarily imposed, while a conception is a natural sign; second, a word signifies whatever it signifies only indirectly, through the conception which signifies the same thing directly.” (Peirce, *CP* 8.20).

simbólicas, ao falarmos em pensamento conceitual, somos levados a falar em pensamento simbólico e convencional. A necessidade da origem convencional dos signos mentais é baseada na necessidade da presença de uma comunidade de comunicação, que estabelece os parâmetros que regulam nossas atividades comunicativas e nossos hábitos de ação relacionados à produção da significação de nossos conceitos.

A naturalidade do signo mental em Ockham se dá com base em um contato epistêmico direto que ocorre entre nossos atos cognitivos e os objetos sensíveis. Ou seja, os signos de primeira intenção podem ser definidos pela capacidade de significarem diretamente coisas que não são elas mesmas signos⁴. Em Peirce não existe esse tipo de contato. O signo mental visto em seu caráter conceitual nunca tematiza uma coisa que não seja ela mesma um signo⁵. Isso é pressuposto em sua concepção pansemiótica do mundo aonde, como vimos, absolutamente tudo se manifesta mediado por signos ou participando na ação de um signo.

Um segundo elemento de diferenciação entre Ockham e Peirce é dado em relação à interpretabilidade. Em Peirce, juntamente com a necessidade de o pensamento ter expressão, soma-se a necessidade de o pensamento ser interpretado, como um fator indispensável para sua caracterização. O signo mental precisa de um interpretante, um signo posterior que o interprete, para ser efetivamente um signo com atuação relevante. Apenas em vista de uma interpretação o signo que compõe o pensamento detém relevância, de tal forma que sem interpretação, não há pensamento. Uma consequência da presença de tal elemento, em sua necessidade constante de interpretação, é a geração do caráter indeterminado e ilimitado ao pensamento.

Em Ockham, essa questão não é tão claramente estabelecida. Contudo, podemos afirmar que esse elemento de interpretabilidade é dispensável para caracterização do pensamento do ponto de vista de Ockham. O tipo de signo que constitui o pensamento, o signo mental – natural e linguístico –, ao ter sua função explicada de modo semelhante à função das palavras convencionais, dispensa a interpretação como um

⁴ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 11, Pg. 152.

⁵ Esse pode ser um dos aspectos de motivação da semiose ilimitada, o fato de que um signo não chega nunca a tematizar uma coisa que não seja um signo, que Derrida enxerga como próximo de seus propósitos desconstrucionistas: “Peirce vai muito longe em direção ao que chamamos mais acima a desconstrução do significado transcendental que, num outro instante, daria um final tranquilizante à remessa de signo a signo. (...) Ora, Peirce considera a indefinidade da remessa como o critério que permite reconhecer que se lida efetivamente com um sistema de signos. *O que enceta o movimento da significação é o que torna impossível a sua interrupção. A própria coisa é um signo.*” (Jacques Derrida, *Gramatologia*, Pg. 59 e 60).

elemento necessário na sua caracterização. Ockham menciona o fato de os signos naturais representativos necessitarem de uma apreensão para sua significação, onde poderíamos entender que é necessário haver interpretação de tais signos para que eles possam significar enquanto tais. Contudo, a funcionalidade linguística própria aos signos mentais não tem esse pré-requisito de apreensão.

Como um pensador nominalista, um dos requisitos colocados por Ockham para haver conceito é que haja contato epistêmico da mente, através dos sentidos, com o objeto captado⁶. Nesse sentido, podemos concordar que é necessário certo tipo de apreensão para estabelecimento do signo mental. Contudo, essa apreensão seria necessária apenas para fins de geração do conceito, e não para manter seu funcionamento semântico. Além disso, apesar de vermos a apreensão mencionada por Ockham a respeito dos signos naturais representativos como um tipo de interpretação, a apreensão em sentido epistêmico não tem um sentido de interpretação, pois no contato epistêmico pressuposto na criação de conceitos há uma recepção direta de dados empíricos que servem como base para generalização e estabelecimento da universalidade dos conceitos. Nesse tipo de apreensão, não há propriamente projeção de significado, como em uma interpretação, mas sim uma recepção daquela informação particular sobre aquele indivíduo observado.

A terceira diferença central entre ambos é sobre a relação entre universalidade e significação. Em Ockham, apenas o fato de uma forma singular significar múltiplas coisas singulares explica a universalidade, enquanto em Peirce a generalidade de nossa significação, apesar de se basear em significações de origens convencionais, tende a espelhar os hábitos da realidade e a informar suas características reais. Essa diferença sobre a explicação da universalidade pode ser compreendida, tanto em Ockham quanto em Peirce, em termos do poder de significação dos signos mentais, como sugere Peirce:

“A palavra vive na mente dos que a usam. Mesmo que estejam dormindo, ela existe em suas memórias. Assim, podemos admitir, se houver razão para assim proceder, que os universais são meras palavras, e isto sem dizer, como Ockham supunha, que na verdade são individuais.”⁷

⁶ Semelhante à tradição aristotélica, onde a captação das formas sensíveis dos objetos se dá primordialmente pelas intermediações entre os órgãos sensoriais e as coisas sensíveis (Cf. Aristóteles, *De anima*, 424a16, 424b22 e 427b12).

⁷ Peirce, *Semiótica*, Pg. 73. “The word lives in the minds of those who use it. Even if they are all asleep, it exists in their memory. So we may admit, if there be reason to do so, that generals are mere words without at all saying, as Ockham supposed, that they are really individuals.” (Peirce, *CP* 2.301).

O signo mental, ou qualquer tipo de palavra que habite na mente das pessoas, pode ser visto em diferentes perspectivas. Entre Ockham e Peirce essa diferença se mostra como a divergência entre nominalismo e realismo sobre a questão dos universais. De certo uma palavra convencional possui tanto uma forma realmente individual, que é seu aspecto como mera ocorrência particular de um parâmetro geral, quanto possui uma característica universal decorrente de sua significação, no aspecto de poder abranger diversas coisas diferentes entre si e de poder ser utilizada por diversos falantes independentemente entre si. Contudo, e o signo mental? Este também teria um aspecto particular e peculiar próprio, e outro aspecto geral e de abrangência ampla, tanto em Ockham quanto em Peirce.

Em Ockham, o signo mental teria uma forma individual realmente existente no intelecto, sendo o ato de pensamento, e uma função semântica universal, capazes de predicar muitas coisas⁸. A característica enfatizada por ele a respeito desses aspectos do signo mental é justamente a sua forma singular. Para Ockham, a capacidade funcional de abrangência geral dos signos mentais não implica nenhum tipo de realidade universal. Sua ênfase na forma singular do signo mental é dada justamente em vista de sua orientação nominalista, em tentar desviar a atenção de uma suposta implicação da universalidade de nossos conceitos em uma realidade universal para vê-los apenas como coisas singulares que se relacionam semanticamente com muitas outras coisas singulares. Não que Ockham não vislumbre nossa capacidade de termos potências com relação à competência linguística, mas tais potências não envolvem realidades universais.

Ao contrário, Peirce dá outra ênfase sobre esses aspectos do signo mental. A forma individual desse signo na mente é dada com base em um tipo de sentimento particular. Contudo, é sua universalidade o que mais lhe interessa. Peirce assume que podemos admitir que os universais são palavras apenas na medida em que não reduzimos nosso entendimento sobre o que são as palavras a seu formato singular, assim como o faz Ockham. Ele reserva às palavras e aos conceitos a capacidade de refletirem, com suas descrições e suas cargas semânticas, a generalidade que existe no mundo. Contudo, tal descrição não se reduz à simples referência a entidades universais. Nossa descrição mostra a tendência que os hábitos do mundo têm. Assim, apesar de podermos alcançar conceitualmente as descrições gerais que são próprias ao mundo, tal

⁸ Cf. Ockham, *Lógica dos termos*, Cap. 14.

apropriação cognitiva nunca está isenta de estar sujeita a falhas. Enfim, dado que a realidade se compõe verdadeiramente através de fenômenos universais, a capacidade semântica de nosso pensamento não pode ser analisada apenas em termos de sua forma individual.

De fato, Ockham e Peirce têm perspectivas diferentes sobre o respaldo da significação linguística ao fenômeno de universalidade, e essa diferença corrobora para que a questão sobre a decisão com respeito à natureza dos universais seja deixada fora do escopo de discussões de teor linguístico. A decisão sobre essa questão, que é de cunho metafísico, é baseada fundamentalmente em convicções primitivas, fato que é sugerido pelo próprio Peirce: “O realismo nunca pode ser estabelecido exceto sobre a base de uma aceitação sem resistências dessa verdade”⁹. No fundo, para Peirce, a diferenciação entre nominalismo e realismo é realmente uma questão de perspectiva, onde não necessariamente a aceitação de uma negue a outra¹⁰. Apesar de tudo isso sugerir fortemente que essa questão não tem consistência ou importância, Peirce desenvolve suas ideias em grande medida baseando-se sobre o realismo e em sua defesa.

Enfim, o signo mental em Ockham e em Peirce possui legitimamente tanto aspectos individuais quanto aspectos universais, que não podem ser dispensados sem desconfigurar a noção de signo. A questão dos universais, nesse âmbito, ganha um teor de ser uma questão de perspectiva. O nominalismo de Ockham o leva a enfatizar a perspectiva do aspecto individual do signo e de suas referências individuais, e o realismo de Peirce o leva a enfatizar a perspectiva do aspecto universal do signo e de suas referências. Com base nesse apanhado, o debate entre nominalismo e realismo poderia ser considerado, em grande medida, uma questão lateral, pois a questão de base seria sempre a de explicar o funcionamento da prática linguística, que possibilita a elaboração de outras questões, como a da natureza dos universais, que podem passar a ser secundárias¹¹.

⁹ “Realism can never establish itself except upon the basis of an ungrudging acceptance of that truth”. (Peirce, *CP* 4.35) [Tradução minha].

¹⁰ “I do not think that the two views are absolutely irreconcilable, although they are taken from very widely separated stand-points. The realistic view emphasizes particularly the permanence and fixity of reality; the nominalistic view emphasizes its externality.” (Peirce, *CP* 7.339).

¹¹ Não que a questão sobre a constituição do mundo passe a ser secundária em sentido de importância, ou possa ser substituída por questões linguísticas, mas tal âmbito de questões passaria a ser secundária frente a questões sobre linguagem em um sentido de ordenação lógica na cadeia de relações entre as abordagens às temáticas filosóficas.

Essa tendência em colocar as questões linguísticas como inaugurais ou centrais em uma abordagem filosófica é uma característica que se faz mostrar em perspectivas filosóficas contemporâneas. Podemos encará-la como uma consequência da posição que o âmbito geral da linguagem ganha em decorrência da transformação da filosofia ocorrida em sua viragem linguística. Como sugerimos por reconstrução teórica em nossa introdução, uma premissa determinante nessa viragem linguística da filosofia é a seguinte condição: “ter pensamento implica ter certa expressão linguística”. Essa mesma condição se mostra presente na noção de signo mental, tanto como abordada em Ockham quanto em Peirce. Dessa forma, podemos sugerir que as diferenças de contexto na explicação desta noção pode nos fornecer uma elucidação sobre as condições dessa mudança de paradigma filosófico.

Ockham propõe que entendamos a expressividade do pensamento sendo originada naturalmente através de conhecimentos imediatos, sendo anterior à linguagem convencional, e sendo regulada pelo parâmetro interno da gramática mental inata e estrutural ao ser humano, isso em meio à opinião de que o mundo seja obra de criação divina, e as coisas existentes sejam exclusivamente individuais, sem envolver qualquer tipo de perspectiva de evolução ou mudanças substanciais com o decorrer do tempo.

Peirce propõe que a expressividade do pensamento seja originada convencionalmente através de um processo contínuo de conhecimento dado em mediações linguísticas, seja concomitante à existência e ao funcionamento da linguagem convencional, procedendo continuamente em caráter ilimitado (tanto em aspecto interno quanto externo), seja regulada pelo parâmetro externo da comunidade de comunicação que influi sobre nossos hábitos de ação, em meio à opinião de que o mundo está em processo de evolução, dentre os quais as próprias leis gerais da natureza, que existem independentemente de formulações cognitivas humanas.

O fato de em Ockham a origem de o signo mental ser natural e seu funcionamento ser basicamente interno faz com que a expressividade do pensamento seja vista limitadamente como um postulado teórico para explicar o fenômeno de inteligibilidade de modo eficaz. O próprio Ockham não tematiza explicitamente o fato de o pensamento ser algo que deve ocorrer através de expressões sígnicas. Com a desnaturalização da origem do significado e com a colocação da necessidade de uma comunidade de comunicação, fornecendo um parâmetro externo de regulação, o contexto de Peirce proporciona uma maior aproximação às inúmeras consequências que a adoção da necessidade de expressividade do pensamento pode conduzir. Uma dessas

consequências é a forte tendência a fazer repensar a própria noção de filosofia. De modo que, já em Peirce podemos observar essas características de viragem filosófica.

Um exemplo é a própria noção do realismo crítico da significação de Peirce. Essa tese de que devemos submeter a tarefa de descrição metafísica do mundo a condições como a necessidade de compartilhamento de uma linguagem em meio a uma comunidade de investigação nos leva a ver a questão dos universais como secundária, sem com isso descartar necessariamente sua relevância filosófica e inviabilizar sua investigação. Podemos pensar a questão dos universais sem maiores problemas, contanto que não sejam esquecidas certas premissas mais básicas às quais temos que nos comprometer.

Dessa forma, apesar de sugerirmos que certas características sobre o signo mental de Peirce pode ter sido derivada de Ockham e de outros medievais, não podemos de forma algum considerar as mudanças nas características do signo mental em Peirce como algo que derive de uma contraposição a Ockham. O que não impede que tais diferenças dos contextos teóricos em que vemos serem elaboradas a noção de signo mental nos sirvam para mostrar como se pode entender o movimento prévio que vai em direção à crescente tendência de se tomar por base a equivalência entre pensar e significar para fins de reformulação da própria definição de filosofia pressuposta em geral.

Conclusão

Ockham e Peirce, como vistos ao longo deste trabalho, são exemplos históricos de pensadores que desenvolveram consciência sobre a tese de que o pensamento requer significação linguística para ser constituído e para ter funcionamento enquanto tal. Essa tese está emaranhada no próprio desenvolvimento da noção de signo mental, no modo particular de desenvolvimento de cada autor. Em Ockham o signo mental é explicado através da adoção de uma espécie de contato epistêmico direto e de uma formação natural dos conceitos. Apesar de tais conceitos/signos mentais – gerados natural e diretamente na interação do sujeito com o mundo – independerem de como é veiculada sua significação numa linguagem convencional, o pensamento ele mesmo se constitui e procede através de tais conceitos/signos mentais que envolvem necessariamente a estrutura gramatical de uma linguagem mental própria ao aparato cognitivo humano. Em Peirce, diferentemente, o fato de se considerar o parâmetro de regulação do signo mental como sendo relacionado intimamente com a linguagem convencional – estabelecida conforme parâmetros externos em meio a uma comunidade de comunicação –, é o que proporciona ao pensamento uma necessária expressividade linguística, de caráter constitucional com relação à criação de conceitos.

Afirmamos sobre Ockham e Peirce, portanto, o fato de que ambos compartilham a convicção geral de que a presença de certas expressões linguísticas, tanto de caráter sensível quanto de caráter mental, é um pré-requisito necessário à constituição do pensamento e à atualização da inteligibilidade do mundo. Ambos consideram a expressividade do pensamento – a possibilidade de haver um signo linguístico para, de fato, incorporar e constituir certo entendimento sobre algo – uma propriedade indispensável à caracterização do pensamento conceitual. Embora tal afirmação geral ser compartilhada por ambos, há poucas particularidades teóricas em comum entre eles. O desenvolvimento dessa afirmação geral comum nesses dois contextos ocorre através de rumos explicativos que se baseiam em pressuposições teóricas bem distintas entre si. Resumidamente, Ockham ostenta a expressividade do pensamento em um contexto de convicção numa realidade em que apenas objetos individuais e concretos são o caso, sendo esses objetos conhecidos relevantemente através de conceitos gerados através da percepção sensível imediata e articulados em meio à estrutura gramatical interna e inata do ser humano. Ao passo que Peirce envolve a expressividade do pensamento ao

contexto de crença em uma realidade evolutiva de características essencialmente universais, que tendemos a conhecer cada vez mais por meio de nossa constante e progressiva elaboração de signos simbólicos imiscuídos nas interações entre membros participantes de comunidades de comunicação relevantes.

A diferenciação entre os contextos de elaboração da expressividade como condição necessária ao pensamento, através dos signos mentais de Ockham e de Peirce, foi assumida neste trabalho como um norte de orientação para traçarmos certa compreensão sobre a viragem linguística da filosofia contemporânea. Isso visto que a expressividade do pensamento se faz uma característica central na constituição do cerne dessa viragem. O mérito pela exploração das consequências dessa necessidade de expressividade do pensamento é mais comumente atribuído à filosofia contemporânea e à tarefa de definir suas características de identificação e delimitação, apesar de podermos considerar essa discussão sobre a linguagem como condição necessária ao pensamento em épocas anteriores. Um motivo para considerarmos a viragem linguística mais particularmente atribuída ao período contemporâneo da filosofia é devido ao fato das questões linguísticas passarem a ostentar um papel de sintetizar um ponto comum às variadas vertentes filosófica que se desdobram entre os séculos XIX e XX. A tese sobre a necessária expressividade do pensamento, ou sobre o caráter constitucional da linguagem frente ao pensamento, nos serve para unir a diversa pluralidade de concepções filosóficas contemporâneas em um ponto de convergência e de entendimento em comum.

O teor de nossa análise excluiu fatores indispensáveis em um apanhado que se propusesse mais específico sobre a viragem linguística na filosofia contemporânea. Em especial, o fator de que tal mudança é dada social e historicamente, onde estão envolvidos muitos outros elementos particulares cruciais que perfazem o movimento de mudança de paradigma filosófico, associados sempre a pessoas e a grupos com características bem específicas. Dessa forma, o mais importante na comparação aqui realizada entre Ockham e Peirce é justamente a observação das mudanças nos contextos de utilização do signo mental e no entendimento sobre a expressividade do pensamento, tomando Peirce como um precursor representante da viragem linguística da filosofia contemporânea. A mudança na expressividade do pensamento de Ockham para Peirce é dada basicamente em dois pontos, o de que a capacidade semântica do pensamento deixa de ser originada natural e diretamente, deixando de ter um primado empírico ingênuo e passando a ter um caráter mais holístico em sua origem, e o fato de que a

capacidade semântica do pensamento deixa de ser regulada por um parâmetro gramatical interno de caráter inato e fixo, passando a ter como parâmetro uma instância externa, pública e variável, exemplificada na noção de comunidade de comunicação. Essa mudança representa, sinteticamente, a reorganização teórica prévia necessária à realização do cerne conceitual da viragem linguística, onde a abrangência de suas consequências alcança a necessidade de se reavaliar os próprios parâmetros mais gerais e compreensivos implícitos no modo de se fazer filosofia.

A viragem para o período contemporâneo em filosofia pode ser considerado através do âmbito da linguagem em geral, porém, para ser mais específico, devemos mencionar também uma viragem pragmática em meio ao parâmetro básico da linguagem. Mais apropriadamente, deveríamos falar em uma viragem linguístico-pragmática na caracterização dos limites da filosofia contemporânea¹. A expressividade que o pensamento requer passa a ser especificada mais em base de um caráter particular e prático do fenômeno da comunicação, em detrimento das características genéricas e abstratas vinculadas à descrição das estruturas das linguagens e das condições gerais da comunicação.

Podemos verificar que, no contexto de nosso trabalho, Peirce também pode ser considerado um precursor representante dessa viragem no caráter pragmático da filosofia linguística, tomando também Ockham como representante dos aspectos gerais da tradição filosófica sobre a linguagem². Peirce é reconhecido como precursor do pragmatismo, movimento que, apesar de não ter maiores conexões com a pragmática linguística em filosofia³, pode ser visto com certos aspectos compartilhados em relação à abordagem dele sobre a linguagem. Isso porque Peirce concede maior ênfase ao caráter pragmático de sua concepção de linguagem justamente através das noções de hábitos de ações, disposições de conduta que atuam como elementos decisivos na constituição dos significados dos conceitos veiculados em nossa linguagem. Esse é o elemento central que está presente na elaboração do pragmatismo como proposta de um método de esclarecimento de conceitos, onde evidenciar as consequências práticas de um conceito é o mesmo que tornar o conceito o mais esclarecido e o mais acessível possível, pois a soma das consequências práticas de um conceito – condensadas nos

¹ Cf. Araújo, *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*, Pg.249 e 250.

² A representação de Ockham sobre elementos da tradição pode ter correspondentes propriamente contemporâneos, como a proposta de Jerry Fodor em elaborar uma naturalização da semântica e da sintaxe de nossa capacidade linguística. (Cf. Penco, *Introdução à filosofia da linguagem*, Pg. 252).

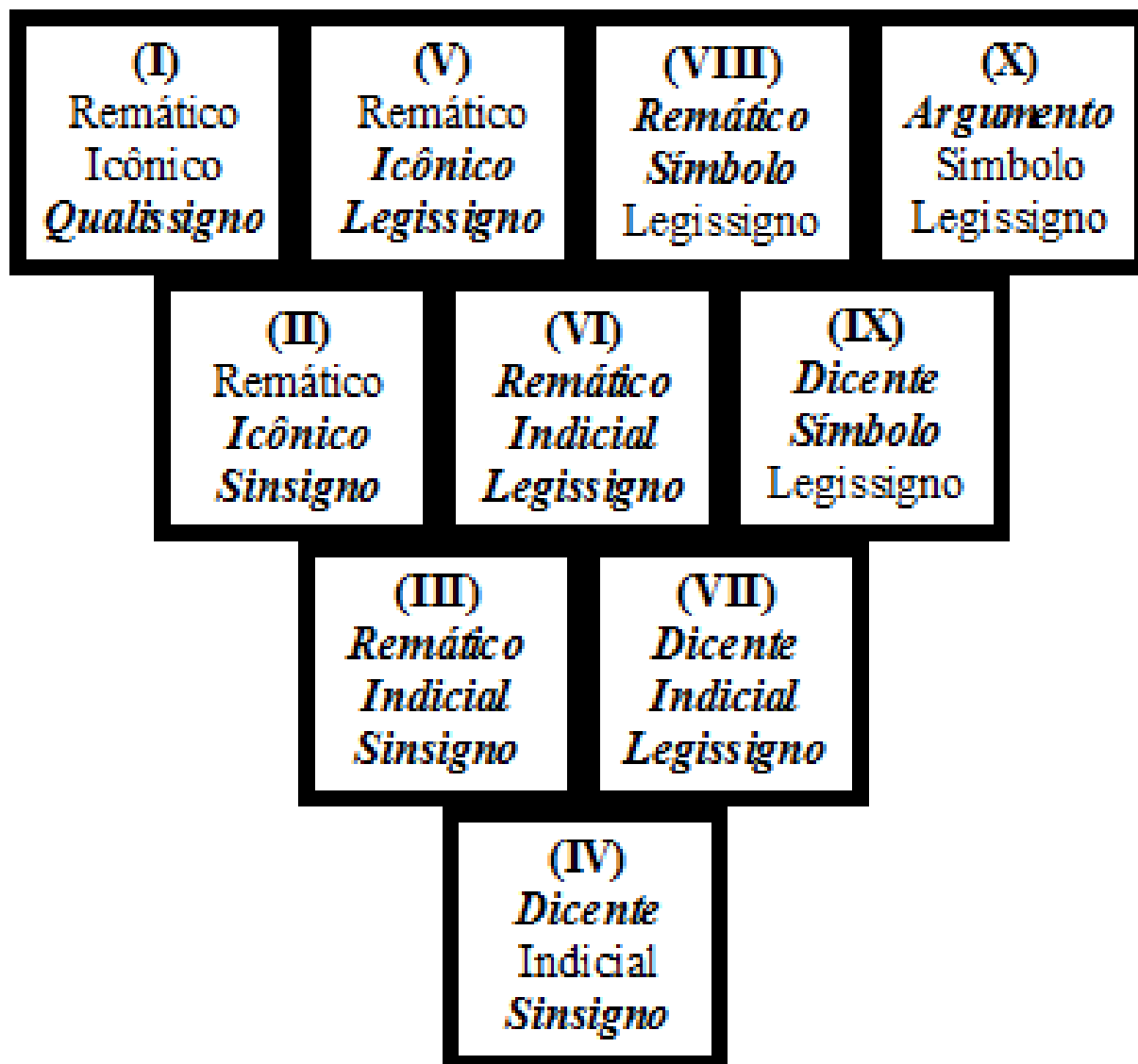
³ Cf. Borradori, *A Filosofia Americana: Conversações*, Pg. 48.

hábitos de ação – equivale à significação do conceito. Com Ockham, a significação tanto da linguagem convencional quanto da linguagem mental também se relaciona a hábitos que a constitui, de certo modo. Contudo, tais hábitos não envolvem consequências práticas (interações condicionais entre experiências e ações) como meio de constituir a significação. A “consequência prática” que podemos associar à constituição da significação linguística, em Ockham, é tão-somente a receptividade do aparato sensorial e cognitivo humano frente à percepção dos objetos do mundo. Ao passo que, no contexto de Peirce, a interação condicional entre ações e experiências humanas detém relações intrínsecas na manutenção dos hábitos e na constituição dos significados dos conceitos. Dessa forma, podemos indicar que há elementos no pragmatismo de Peirce que podem ser entendidos como traços peculiares à pragmática linguística enfatizada na viragem linguística da filosofia contemporânea.

Por fim, nossa análise comparativa do signo mental teve o intuito de mostrar que há elementos em comum entre os contextos teóricos de Ockham e Peirce, a saber, que a constituição do pensamento e a inteligibilidade do mundo requerem certa expressão linguística, e que as diferenciações referentes à relação do signo mental com os respectivos contextos nos mostram algumas características vinculadas à necessidade de expressividade do pensamento intrínseca na viragem linguística da filosofia contemporânea. Dessa forma, nosso trabalho pode se propor a servir de fonte de estudos e pesquisas sobre Ockham, especialmente em relação à proposta de sua implícita teoria geral dos signos, e sobre Peirce, especialmente em relação à proposta de entendimento sobre a semiose ilimitada em meio ao contexto da versão pragmatista de interpretante, onde apesar de o fenômeno de semiose ilimitada poder ser visto como algo que é deixado de lado, ele é plenamente condizente com o teor evolucionista de todo o pensamento de Peirce. Além disso, nos propomos como fonte para pesquisas relacionadas à viragem linguística da filosofia contemporânea, em um sentido mais amplo, de fornecer um aparato teórico de pré-compreensão histórico-conceitual sobre suas concepções de base.

Anexos:

Imagem 01 – As dez classes de signos (Peirce, CP 2.264)



(I) Remático Icônico <i>Qualisigno</i>	(II) Remático <i>Icônico</i> <i>Sinsigno</i>	(III) <i>Remático</i> <i>Indicial</i> <i>Sinsigno</i>	(IV) <i>Dicente</i> Indicial <i>Sinsigno</i>	(V) Remático <i>Icônico</i> <i>Legisigno</i>	(VI) <i>Remático</i> <i>Indicial</i> <i>Legisigno</i>	(VII) <i>Dicente</i> <i>Indicial</i> <i>Legisigno</i>	(VIII) <i>Remático</i> <i>Símbolo</i> Legisigno	(IX) <i>Dicente</i> <i>Símbolo</i> Legisigno	(X) <i>Argumento</i> Símbolo Legisigno
---	---	--	---	---	--	--	--	---	---

Imagem 02 – As dez classes com destaque para os elementos da primeira tricotomia

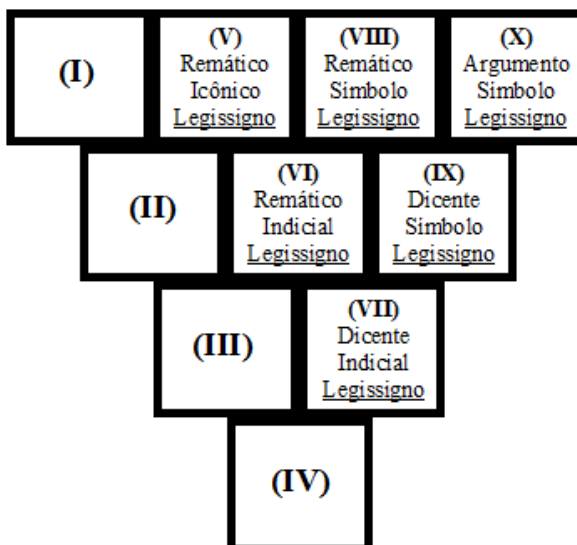
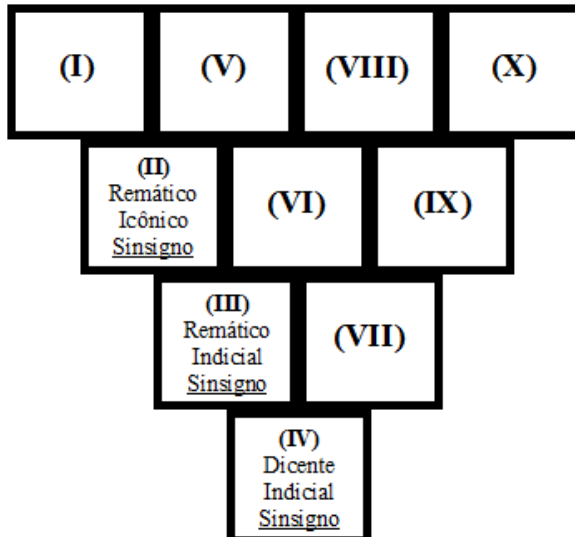
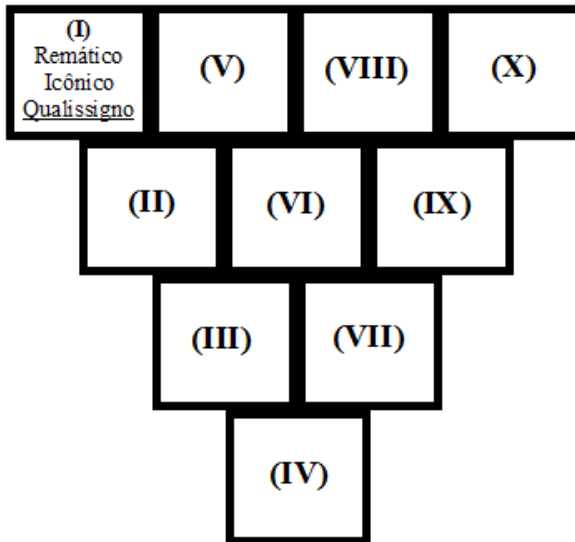


Imagem 03 – As dez classes com destaque para os elementos da segunda tricotomia

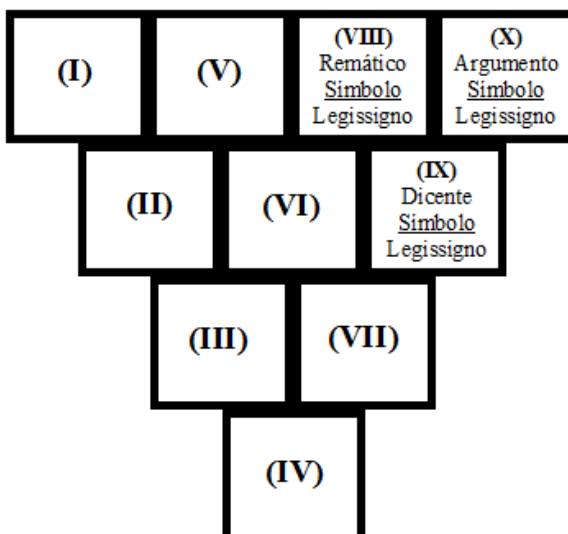
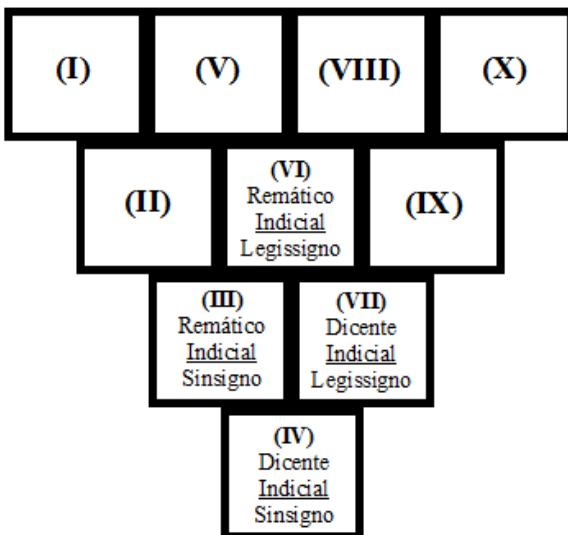
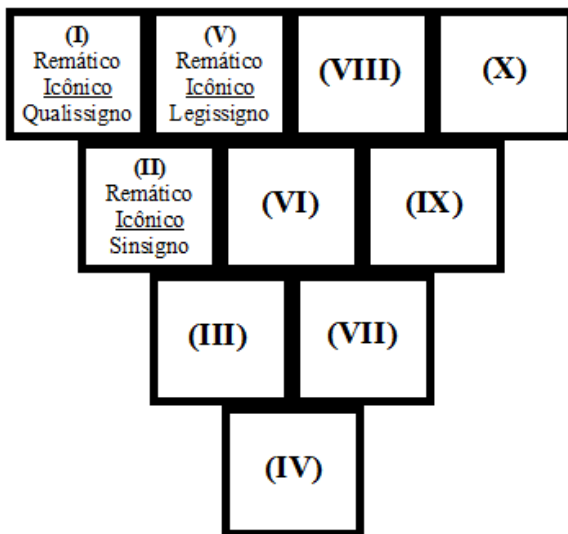


Imagem 04 – As dez classes com destaque para os elementos da terceira tricotomia

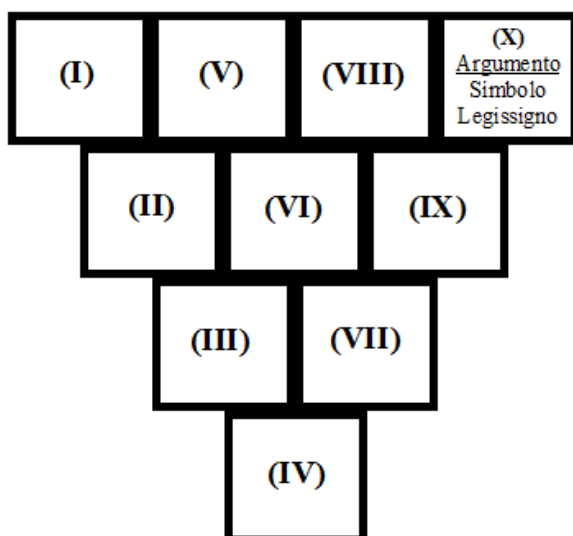
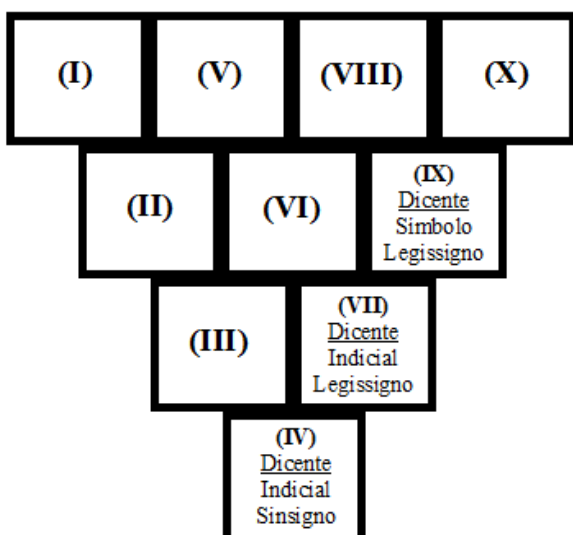
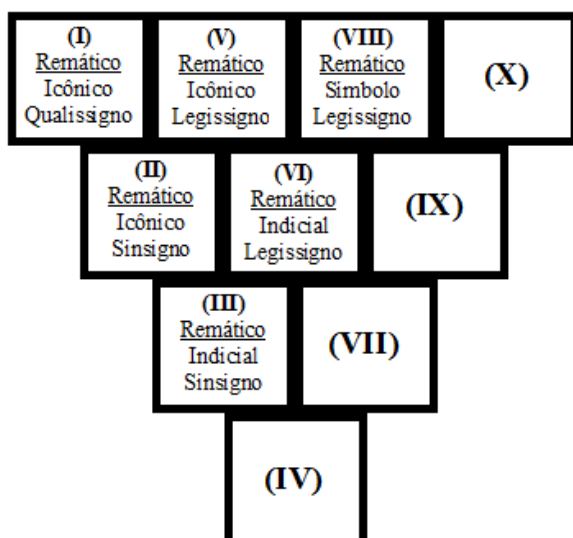


Tabela de exemplos (por elementos “em si”)

Classes dos Signos	EXEMPLOS
(I) <i>Qualisigno Icônico</i> [Remático]	Pinturas monocromáticas (a imagem de uma cor amarela – em particular –, que remete ao calor do sol, por exemplo)
(II) <i>Sinsigno Icônico</i> [Remático]	Pinturas de paisagem (a imagem de uma montanha). As formas das nuvens (que lembram a forma de muitas coisas!) [casos de (V)]
(V) <i>Legissigno Icônico</i> [Remático]	Pinturas de formas geométricas (a imagem de um quadrado). Objetos coloridos que lembram sentimentos e coisas abstratas (branco/paz, rosa/feminilidade) [convenções não simbólicas que exigem similiaridade]
(III) <i>Sinsigno Indicial</i> [Remático]	Gritos e/ou gestos espontâneo-suggestivos (“ Ai! ”). Batidas numa porta, ou o som da campainha de uma casa. [casos de (VI) e (VIII)]
(IV) <i>Sinsigno Indicial</i> [Dicente]	Gritos e/ou gestos vocativo-chamativos (“ Ei! ”). Cata-vento, nuvens de chuva, fumaça, pegadas, espelho e fotografia. [casos de (VII), (IX) e (X)]
(VI) <i>Legissigno Indicial</i> [Remático]	Gestos ostensivos e/ou pronomes demonstrativos (“ Este aqui ”, “ Esse aí ”) [convenções não simbólicas que exigem contato físico: (VI) e (VII)]
(VII) <i>Legissigno Indicial</i> [Dicente]	Pronomes demonstrativos com substantivos e gestos ostensivos (“ Este cavalo aqui ”). Placa de trânsito (“ PARA ”).
(VIII) <i>Legissigno Simbólico</i> [Remático]	Substantivos (“ Cavalo ”). O peixe cristão. Itens e gestos simbólicos em geral (de ofensa, por exemplo).
(IX) <i>Legissigno Simbólico</i> [Dicente]	Frases (“ Cavalo é animal! ”) Gestos complexos (mímica), combinações de símbolos, como a placas de trânsito “ PROIBIDO ESTACIONAR ”.
(X) <i>Legissigno Simbólico</i> [Argumentativo]	Silogismos (“ Cavalo é animal, animal é ser vivo, logo cavalo é ser vivo ”) Discurso linguístico escrito ou falado.

Imagem 06 – Tabela das réplicas das dez classes de signos de Peirce

Tabela de Réplicas de Signos				
<u>Classes Primárias dos Signos</u>	<u>Réplicas</u>	<u>Réplicas de Réplicas</u>	<u>Réplicas de Réplicas de Réplicas</u>	
(I) <i>Qualissigno Icônico Remático</i>				
(II) <i>Sinsigno Icônico Remático</i>				
(III) <i>Sinsigno Indicial Remático</i>				
(IV) <i>Sinsigno Indicial Dicente</i>				
(V) <i>Legissigno Icônico Remático</i>	(II) <i>Sinsigno Icônico Remático</i>			
(VI) <i>Legissigno Indicial Remático</i>	(III) <i>Sinsigno Indicial Remático</i>			
(VII) <i>Legissigno Indicial Dicente</i>	(IV) <i>Sinsigno Indicial Dicente</i>			
(VIII) <i>Legissigno Simbólico Remático</i>	(VI) <i>Legissigno Indicial Remático</i>	(III) <i>Sinsigno Indicial Remático</i>		
(IX) <i>Legissigno Simbólico Dicente</i>	(VII) <i>Legissigno Indicial Dicente</i>	(IV) <i>Sinsigno Indicial Dicente</i>		
(X) <i>Legissigno Simbólico Argumentativo</i>	(IX) <i>Legissigno Simbólico Dicente</i>	(VII) <i>Legissigno Indicial Dicente</i>	(IV) <i>Sinsigno Indicial Dicente</i>	

Referências Bibliográficas:

- ADAMS**, Marilyn M. *William Ockham*. Vol. I, Notre Dame: University of Notre Dame press, 1987.
- AGOSTINHO**. *De Dialectica*. Latim disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/augustine/dia.shtml>.
- _____. *De Doctrina Christiana*. Versão Inglês em “A Select library of the nicene and post-nicene fathers of the Christian church”. Vol. II, Michigan: WM. B. Eerdmans, 1956. [Latim disponível em <http://www.augustinus.it/latino/index.htm>]
- _____. *De Magistro*. Tradução de Ângelo Ricci, Ed. Bilíngüe, Porto Alegre: UFRS, 1956. [Latim disponível em http://www.hs-augsburg.de/~harsch/Chronologia/Lspost05/Augustinus/aug_mag.html]
- _____. *De Trinitate*. Tradução de Agustino Belmonte, São Paulo: Paulus, 1994. [Latim disponível em <http://www.thelatinlibrary.com/augustine/trin15.shtml>]
- AHO**, Tuomo & **YRJÖNSUURI**, Mikko. *Late Medieval Logic*. Em **HAAPARANTA**, Leila (Ed.) *The Development of Modern Logic*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- APEL**, Karl-Otto. *Transformação da Filosofia*. Vol. II, São Paulo: Ed. Loyola, 2000
- ARAÚJO** de Oliveira, *Manfredo*. *Reviravolta Lingüístico-Pragmática na Filosofia Contemporânea*. 2ª edição, São Paulo: Ed. Loyola, 2001.
- ARISTÓTELES**. *Categorias*. Portugal: Porto Editora, 1995.
- _____. *De Anima*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- AUSTIN**, J. L. *Quando Dizer é Fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990.
- BENSUSAN**, Hilan. *Excessos & Exceções: Por uma Ontologia sem Cabimento*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008.
- BIARD**, J. *Guillaume d’Ockham, Somme de Logique*. Vol. I, 2ª ed. Bilíngüe, Mauvezin: Trans-Europe-Repress, 1993.
- BORRADORI**, Giovanna. *A filosofia americana: conversações*. São Paulo: UNESP, 2003.
- BLANCHÉ**, Robert. *História da Lógica*. Lisboa: Edições 70, 1996.
- CABRERA**, Julio. *Margens das Filosofias da Linguagem*. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 2003.

- DELEDALLE**, Gérard. *Théorie et Pratique du Signe: Introduction à la Sémiotique de Charles S. Peirce*. Paris: Payot, 1979.
- DELEUZE**, Gilles & **GUATTARI**, Félix. *O que é a Filosofia?*. 2ª Ed., São Paulo: Editora 34, 1997.
- DERRIDA**, Jacques. *Gramatologia*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DESCARTES**. *Discurso do Método*. São Paulo: Editora Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 2000.
- DEWEY**, John. *The Pragmatism of Peirce*. Em PEIRCE, C. S. "Chance, love and logic: Philosophical Essays". Editado por Morris Cohen, Lincoln: Univ. Nebraska Press, 1998.
- ECO**, Umberto. *Os Limites da Interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- GALLIE**, W. B. *Peirce's Pragmaticism*. Em **YOUNG**, F. H. & **WIENER**, P. (Org.). *Studies in the philosophy of Charles Sanders Peirce*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1952. 61-74.
- GENTRY**, George. *Habit and the Logical Interpretant*. Em **YOUNG**, F. H. & **WIENER**, P. (Org.). *Studies in the Philosophy of Charles Sanders Peirce*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1952. 75-90.
- GILSON**, Etienne. *A Filosofia na Idade Média*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.
- GODDU**, André. *Ockham's Philosophy of Nature*. Em **SPADE**, P. V. (Ed.). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 143-167.
- GRADIM**, Anabela. *Comunicação & Ética: O Sistema Semiótico de Charles S. Peirce*. Covilhã: LivrosLabCom, 2006. [Disponível em <http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/>].
- KARGER**, Elizabeth. *Ockham's Misunderstood Theory of Intuitive and Abstractive Cognition*. Em **SPADE**, P. V. (Ed.). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 204-226.
- KLIMA**, Gyula. *Ockham's Semantics and Ontology of The Categories*. Em **SPADE**, P. V. (Ed.). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 118-142.
- KNEALE**, William & **KNEALE**, Marta. *O Desenvolvimento da Lógica*. 2ª Ed., Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1980.
- LONG**, A.A. & **SEDLEY**, D.N. *The Hellenistic Philosophers*. Vol. I, Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

LOUX, M. J. *The Ontology of William of Ockham*. Em **OCKHAM**. *Ockham's Theory of Terms: Part I of The Summa Logicae*. Notre dame: Univ. Notre Dame Press, 1980.

MAGALHÃES, Theresa C. *Sobre a Percepção e a Abdução: Charles S. Peirce e a Uberdade da Abdução*. Em **PINTO**, Paulo R. [et alii] (Org.). *Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. 71-80.

McKEON, Charles K. *Peirce's Scotistic Realism*. Em **YOUNG**, F. H. & **WIENER**, P. (Org.). *Studies in The Philosophy of Charles Sanders Peirce*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1952. 238-250.

NÖTH, Winfried. *Panorama da semiótica: de Platão à Peirce*. 4ª Ed. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. *A Semiótica no Séc. XX*. 3ª Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

OCKHAM. *Lógica dos termos*. Introdução de Paola Müller, Trad. Fernando Pio de Almeida Fleck, Porto Alegre: Edipucrs (Coleção Pensamento Franciscano, Vol. III), 1999.

_____. *Ordinatio*. [Dist. 2, Q. 4-8]. Em **SPADE**, P. Vincent. *Five Texts on The Mediaeval Problem of Universals*. Indiana: Hackett P. C, 1994.

_____. *Seleção de obras*. São Paulo: Editora Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1973.

PANACCIO, Claude. *Le Discours Intérieur : de Platon à Guillaume d'Ockham*. Paris: Seuil, 1999.

_____. *Semantics and Mental Language*. Em **SPADE**, P. V. (Ed.). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 53-75.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers*. Versão eletrônica, Reprodução dos Vols. I-VI, ed. Charles Hartshorne e Paul Weiss (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-1935) e Vols. VII-VIII, ed. Arthur W. Burks (mesma editora, 1958). [Disponível em http://rapidshare.com/files/221843564/Peirce.Deely.ed.The_Collected_Papers_of_C.S._Peirce.rar]

_____. *Escritos Coligidos*. 3ª Ed., São Paulo: Editora Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1983.

_____. *Ilustrações da Lógica da Ciência*. Aparecida, SP: Ideias & Letras. 2008.

_____. *On a New List of Categories*. Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences, 1868. p. 287-298. [Disponível em <http://www.peirce.org/writings/p32.html>]

- _____. *Philosophical Writings*. Edição e Introdução de Justus Buchler. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1956.
- _____. *Semiótica*. 3ª Ed, São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. *The Essential Writings*. Edição e Introdução de Edward C. Moore. Nova York: Harper & Row, 1972.
- PENCO**, Carlo. *Introdução à Filosofia da Linguagem*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- SANTAELLA**, Lúcia. *O que é Semiótica*. 1ª Ed. (26ª Reimpr.) São Paulo: Brasiliense, 2007. [Coleção Primeiros Passos; 103]
- SAVAN**, David. *On the Origins of Peirce's Phenomenology*. Em **YOUNG**, F. H. & **WIENER**, P. (Org.). *Studies in The Philosophy of Charles Sanders Peirce*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1952. 185-194.
- SPADE**, P. V. *Ockham's nominalist metaphysics: Some main themes*. Em **SPADE**, P. V. (Ed.). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 100-117.
- _____. *Five texts on the mediaeval problem of universals*. Indiana: Hackett P. C., 1994.
- _____. *Thoughts, Words and Things: An Introduction to Late Mediaeval Logic and Semantic Theory*. Disponível em <http://pvspade.com/Logic/docs/thoughts.pdf>, 1996.
- STEARNS**, Isabel. *Firstness, Secondness and Thirdness*. Em **YOUNG**, F. H. & **WIENER**, P. (Org.). *Studies in The Philosophy of Charles Sanders Peirce*. Cambridge: Harvard Univ. Press, 1952. 195-208.
- STUMP**, Eleonore. *The Mechanisms of Cognition: Ockham on Mediating Species*. Em **SPADE**, P. V. (Ed.). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 168-203.
- TIERCELIN**, Claudine. *A importância dos Medievais na Constituição da Semiótica e Teoria dos Signos de Charles Sanders Peirce*. Tradução: Luís Malta Louceiro. Publicado em: Rossella Fabbrichesi Leo and Suzanna Marietti (editors) – *Semiotics and Philosophy in Charles Sanders Peirce*, Cambridge, Cambridge Scholars Press, 2006. [Disponível em http://www.pucsp.br/pos/filosofia/pragmatismo/cognitio_estudos.htm]
- VOLLI**, Ugo. *Manual de Semiótica*. São Paulo: Loyola, 2007.
- WITTGENSTEIN**, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Editora Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 2000.
- _____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. 3ª ed., São Paulo: Edusp, 2008.